



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA

Ana Rita Ferreira Antunes

**BERTILLONAGE NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA**  
ESTUDO MUSEOLÓGICO DOS INSTRUMENTOS  
CIENTÍFICOS DA BERTILLONAGE NO MCUC

VOLUME 1

Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Património Cultural e Museologia, ramo de Museologia orientado pelo Professor Doutor Pedro Júlio Enrech Casaleiro e apresentado ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Setembro de 2019

# FACULDADE DE LETRAS

## BERTILLONAGE NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

### ESTUDO MUSEOLÓGICO DOS INSTRUMENTOS CIENTÍFICOS DA BERTILLONAGE QUE EXISTEM NO MCUC

#### Ficha Técnica

<b>Tipo de trabalho</b>	<b>Relatório de Estágio</b>
<b>Título</b>	<b>BERTILLONAGE NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA</b>
<b>Subtítulo</b>	<b>ESTUDO MUSEOLÓGICO DOS INSTRUMENTOS CIENTÍFICOS DA BERTILLONAGE QUE EXISTEM NO MCUC</b>
<b>Autora</b>	<b>Ana Rita Ferreira Antunes</b>
<b>Orientador</b>	<b>Professor Doutor Pedro Júlio Enrech Casaleira</b>
<b>Júri</b>	<b>Presidente: Doutor João Paulo Cabral de Almeida Avelãs Nunes</b>
	<b>Vogais:</b>
	<b>1. Doutor Décio Ruivo Martins</b>
	<b>2. Doutor Pedro Júlio Enrech Casaleiro</b>
<b>Identificação do Curso</b>	<b>2º Ciclo em Mestrado de Museologia e Património Cultural</b>
<b>Área científica</b>	<b>Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes</b>
<b>Especialidade/Ramo</b>	<b>Museologia</b>
<b>Data da defesa</b>	<b>30-10-2019</b>
<b>Classificação do Relatório</b>	<b>17 Valores</b>
<b>Classificação do Estágio e Relatório</b>	<b>18 Valores</b>

1 2  9 0

UNIVERSIDADE D  
COIMBRA

## **Agradecimentos**

Gostava de agradecer a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para a realização e conclusão deste trabalho. Quero agradecer ao Museu da Ciência da Universidade de Coimbra e a todos os seus trabalhadores por me terem acolhido durante o estágio e, em particular, à Carla Coimbra Alves por toda a disponibilidade prestada ao longo destes meses. Também ao meu orientador Prof. Dr. Pedro Casaleiro pelo disponibilidade e orientação ao longo deste ano letivo.

Aos meus pais por toda a paciência que tiveram e pelo esforço feito ao longo dos anos para que eu conseguisse chegar até aqui. À minha irmã pela amizade e por me defender em todas as situações. Obrigada aos três que fizeram de mim quem sou hoje.

Aos amigos de sempre, Nuno, Rafael e Cátia, mais do que amigos são família, que me acompanham e apoiam em tudo, fazem de mim melhor, mais feliz.

Aos meus amigos de licenciatura, Cátia, Diogo e Bruno, por terem feito parte do meu percurso e por o tornarem mais leve e especial. Em particular às minhas afilhadas, Ana Catarina, Tatiana e Elara, quero que saibam a gratidão que tenho por as ter guiado neste percurso, mas esta é uma ligação não termina nem aqui nem nunca. Às minhas amigas de mestrado, Ana Filipa e Vera, foram verdadeiras companheiras nesta fase do meu percurso académico, que me ouviram durante horas sem fim e sempre me deram força para não desistir. A todas estas pessoas que de alguma forma fizeram de Coimbra um lugar melhor.

## **Resumo**

O presente relatório foi elaborado com base nas atividades desenvolvidas durante o estágio curricular nas reservas de antropologia do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra. Este estágio teve como objetivo principal o estudo e posterior inventariação de uma parte da coleção dos instrumentos científicos de Antropologia Física da UC.

Primeiramente, neste relatório é elaborado o contexto histórico do Museu da Ciência desde a sua criação, a separação e independência conseguida pelas diferentes áreas disciplinares - nomeadamente a secção de Antropologia -, e a nova junção como museu que existe hoje em dia com uma missão mais ambiciosa. De seguida realizei uma abordagem à museologia, tanto no contexto internacional como nacional, e uma abordagem também ao ICOM e ao seu Conselho de Museologia. Para terminar uma parte mais teórica do trabalho fiz uma pequena bibliografia de Alphonse Bertillon e a contextualização do seu sistema de medições antropométricas e fotografia métrica, e de como este sistema no âmbito da antropologia criminal era utilizado e aplicado em Coimbra.

Passando à parte mais prática deste trabalho, explico antes de tudo a metodologia e as atividades desenvolvidas ao longo do estágio. Num novo capítulo faço referência ao processo de musealização e à sua importância, resumo as normas de inventário a aplicar em instrumentos da ciência e da técnica e por fim aplico isso na realização das fichas de inventário para os instrumentos. Para terminar faço o levantamento que foi possível de coleções semelhantes em outras instituições museológicas. Concluo este relatório com algumas considerações sobre este processo e algumas perspetivas futuras.

**Palavras-chave:** Alphonse Bertillon; Antropologia criminal; Processo de Musealização; Inventário; Instrumentos Científicos

## **Abstract**

This report was written using as a basis the activities undertaken by me, during my internship at the anthropology department in the Science Museum of the University of Coimbra. This internship had as its principal objective the study and posterior inventorying of the scientific instruments belonging to the collection of Biological Anthropology of the UC.

First and foremost, in this report is mentioned the historical context of the Science Museum of the University of Coimbra since its creation, the independence obtained by the different areas of knowledge - namely the section of Anthropology - and its merge as a Museum in the state in which it exists today, with a far more ambitious mission. Thereafter I made an approach to the museology, both on a national and international level, I also approached the subject of ICOM and its Council of Museology. To finish the most theoretical part of the report I made a small bibliography of Alphonse Bertillon works, and a contextualization of his system of anthropometric measurements and metric photo and how this system was used and applied in the area of criminal anthropology in Coimbra.

Now going to the most practical part of this report, first and foremost I explain the methodology and activities developed during the internship. In a new chapter, I talk about the process of musealization and its importance. I also summarize all the standards of inventory to apply in regard to scientific instruments and its techniques and I apply all the standards and techniques to the creation of catalogue records for the instruments. In the end, I conducted a survey of similar collections in other museum institutions. I finish this report with some considerations about the whole process and the expectations for the future.

**Keywords:** Alphonse Bertillon; Criminal Anthropology; Musealization Process; Inventory; Scientific Instruments

## **Lista de siglas**

DGPC – Direção Geral do Património Cultural

ICOFOM – International Committee for Museology

ICOM – International Council of Museums

MCUC – Museu da Ciência da Universidade de Coimbra

MEP - Museum Emergency Program

MLAUC – Museu e Laboratório da Universidade de Coimbra

RPM – Rede Portuguesa de Museus

UC – Universidade de Coimbra

# Índice Geral

<b>Agradecimentos</b> .....	II
<b>Resumo</b> .....	III
<b>Abstract</b> .....	IV
<b>Lista de siglas</b> .....	V
<b>Índice Geral</b> .....	VI
<b>Índice de Figuras</b> .....	VIII
<b>Introdução</b> .....	1
<b>1. CAPÍTULO - O MUSEU DA CIÊNCIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA</b> .....	3
1.1. Contextualização Histórica .....	5
1.1.1. As coleções do MCUC .....	7
1.2. Secção de Antropologia do MCUC .....	9
1.2.1. Origem das coleções de Instrumentos Antropologia Física .....	12
<b>2. CAPÍTULO – A INSTITUIÇÃO MUSEU</b> .....	14
2.1. Contextualização histórica .....	15
2.2. Museologia em Portugal .....	17
2.3. ICOM .....	21
2.3.1. ICOFOM .....	21
2.3.2. Código de ética para museus .....	22
<b>3. CAPÍTULO – BERTILLONAGE</b> .....	26
3.1. Bibliografia de Alphonse Bertillon .....	26
3.2. Contextualização histórica da evolução da antropologia criminal .....	27
3.3. Sistema de Bertillon explicado .....	30
3.3.1. Medições antropométricas .....	31
3.3.2. Fotografia métrica .....	37
3.3.3. Sinais particulares .....	40
3.4. Posto Antropométrico da Universidade de Coimbra .....	41
3.5. Ensino da Antropologia em Coimbra .....	42
<b>4. CAPÍTULO – Metodologia e organização do estágio</b> .....	46
<b>5. CAPÍTULO - A COLEÇÃO DE BERTILLON NO MCUC</b> .....	51
5.1. Processo de musealização .....	51
5.2. Construção da ficha de inventário .....	53
5.2.1. Descrição do conteúdo das fichas de inventário .....	58

<b>6. CAPÍTULO – INSTRUMENTOS DA BERTILLONAGE EM INSTITUIÇÕES MUSEOLÓGICAS.....</b>	<b>80</b>
<b>Conclusão .....</b>	<b>85</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>88</b>
<b>Fontes não publicadas .....</b>	<b>90</b>
<b>Webgrafia.....</b>	<b>91</b>
<b>Anexos I.....</b>	<b>92</b>
<b>Anexo II.....</b>	<b>94</b>
<b>Anexo III .....</b>	<b>96</b>
<b>Anexo IV.....</b>	<b>99</b>
<b>Anexos V.....</b>	<b>101</b>

## Índice de Figuras

Figura 1 - Laboratório Chimico - Sede do MCUC.....	3
Figura 2 - Fotografia de Alphonse Bertillon .....	26
Figura 3 - Ilustração do mobiliário para a realização das medições .....	31
Figura 4 - Ilustração de como medir a altura do individuo em pé. ....	32
Figura 5 - Ilustração de como medir a abertura dos braços. ....	33
Figura 6 - Ilustração de como medir a altura do homem sentado. ....	33
Figura 7 - Ilustração de como medir o comprimento da cabeça .....	34
Figura 8 - Ilustração de como medir a largura da cabeça.....	34
Figura 9 - Ilustração de como medir o comprimento da orelha direita. ....	35
Figura 10 - Ilustração de como medir a largura da orelha direita .....	35
Figura 11 - Ilustração de como medir o comprimento do pé esquerdo.....	36
Figura 12 - Ilustração de como medir o comprimento do dedo médio esquerdo.....	36
Figura 13 - Ilustração de como medir o comprimento do dedo anelar esquerdo. ....	37
Figura 14 - Ilustração de como medir o coudée esquerdo.....	37
Figura 15 - Ilustração dos instrumentos necessários para realizar a fotografia de face e de perfil .....	38
Figura 16 - Compasso grande de deslize.....	58
Figura 17 - Compasso pequeno de deslize. ....	61
Figura 18 - Mesa de apoio.....	63
Figura 19 - Banco móvel.....	66
Figura 20 - Banco auxiliar.....	68
Figura 21 - Cadeira de postura .....	70
Figura 22 - Base .....	72
Figura 23 - Tripé da câmara fotográfica.....	74
Figura 24 - Porte-mire. ....	76
Figura 25 - Câmara fotográfica. ....	78
Figura 26 - Compasso grande de deslize pertencente ao acervo do Museu de Ciência de Londres .....	80
Figura 27 - Compasso pequeno de deslize pertencente ao acervo do Museu de Ciência de Londres.....	81

Figura 28 - Compasso de espessura pertencente ao acervo do Museu de Ciência de Londres. .....	81
Figura 29 - Fotografia de Cadeira de Postura, utilizada no Instituto de Polícia Científica.....	82
Figura 30 – Fotografia da cadeira de postura e máquina fotográfica com tripé do sistema de Bertillon pertencentes ao Museu da Policia Judiciária.....	84
Figura 31 - Fotografia de perfil e de face completa segundo o método do sistema de fotografia métrica de Bertillon.....	84
Figura 32 - Fotografia do laboratório chimico, exposição de química .....	92
Figura 33 - Fotografia da exposição da Luz e da Matéria.....	92
Figura 34 - Fotografia da exposição de física do séc. XIX .....	92
Figura 35 - Fotografia da recriação do Gabinete de Domenico Vandelli. ....	92
Figura 36 - Figura métrica do homem em pé.....	93
Figura 37 – Ilustração da base e das letras pelas quais se devem orientar na montagem do posto .....	94
Figura 38 – Ilustração da colocação das diferentes peças no posto fixo.....	95
Figura 39 - Regulamento do posto antropométrico da Universidade de Coimbra.....	96
Figura 40 - Regulamento do posto antropométrico da Universidade de Coimbra.....	97
Figura 41 - Regulamento do posto antropométrico da Universidade de Coimbra.....	98
Figura 42 - Ilustração da ficha preenchida no Posto Antropométrico da Universidade de Coimbra.....	99
Figura 43 - Ilustração da Carteira de Identidade que se poderia realizar no Posto Antropométrico de Coimbra .....	100
Figura 44 - Fotografia onde se pode ver gravado “AB”, no compasso grande de deslize. ....	101
Figura 45 - Fotografia onde se pode ver gravado “AB”, no compasso pequeno de deslize. .	101
Figura 46 - Fotografia onde se pode ver a chapa com a gravação “IA 171”, na mesa de apoio .....	102
Figura 47 - Fotografia onde se pode ver a gravação em relevo do nome da construtura “Et’s Lacour Berthiot Constructeurs Paris”, na base.....	102
Figura 48 - Fotografia onde se pode ver os danos biológicos e estruturais da base.....	103
Figura 49 - Fotografia onde se pode ver a chapa com a gravação em relevo da letra "F" .....	104
Figura 50 - Fotografia onde se pode ver a chapa com a gravação da letra "P" .....	104
Figura 51 - Fotografia onde se pode ver os danos estruturais graves no Porte-mire .....	105
Figura 52 - Fotografia onde se pode ver a gravação em relevo do nome da construtura “Et’s Lacour Berthiot Constructeurs Paris”, no porte-mire.....	105

Figura 53 - Fotografia onde se pode ver a gravação em chapa do nome da construtora “Etablissements Lacour Berthiot Paris”, na câmara fotográfica .....	106
Figura 54 - Fotografia onde se pode ver a gravação em relevo do nome da construtora “Et’s Lacour Berthiot Constructeurs Paris”, no tripé .....	106

## Introdução

O presente relatório de estágio constitui o trabalho final do Mestrado em Património Cultural e Museologia, mais concretamente, da especialidade de Museologia, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

O estágio curricular foi realizado nas reservas de Antropologia do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra, iniciado em novembro de 2018 e terminado em abril de 2019. Este foi o local escolhido por conciliar a minha formação de licenciatura, Antropologia, e a Museologia. Com este estágio consegui aplicar, num contexto profissional, o que aprendi durante o primeiro ano deste mestrado e aprender com a dinâmica profissional de uma instituição como o MCUC.

Durante este estágio tinha como foco de estudo alguns objetos museológicos de antropologia criminal, mais concretamente instrumentos que fazem parte do sistema de antropometria criado por Alphonse Bertillon. Para a realização da Bertillonage – nome frequentemente atribuído a este sistema – a Universidade de Coimbra foi adquirindo instrumentos científicos durante o século XX. Hoje em dia estes instrumentos já se encontram obsoletos e não têm qualquer valor utilitário, no entanto, têm valor como objetos museológicos porque através da sua investigação conseguimos descobrir mais sobre a evolução da antropologia em Coimbra e em Portugal. Assim sendo, o meu objetivo com este estágio curricular foi realizar um estudo o mais completo possível de todos os objetos da Bertillonage, que se encontram nas reservas do MCUC e proceder à respetiva inventariação. Este conjunto de objetos ainda não se encontrava tratado ou inventariado, portanto a minha escolha foi uma mais valia tanto para o museu e o seu arquivo como para mim, que realizei todo o processo desde a sua fase mais inicial.

As duas primeiras partes do meu trabalho dedicam-se à realização de um contexto histórico, da entidade que me acolheu durante o estágio e da museologia. A primeira parte do meu relatório de estágio prende-se com o Museu da Ciência da Universidade de Coimbra, fazendo uma abordagem histórica do museu no seu contexto geral e da secção de antropologia em particular, para que se possa compreender a dinâmica de funcionamento do museu. Na segunda parte abordo a problemática da evolução da museologia a um nível mais global, restringindo-me depois ao caso português em particular. Neste capítulo abordo brevemente o ICOFOM e faço um resumo do

código de ética para os museus, um código pelo qual todas as instituições museológicas se devem reger.

Foi através de uma longa pesquisa bibliográfica que consegui realizar o estudo dos objetos museológicos, portanto na terceira parte do meu trabalho volto a fazer um contexto histórico, onde explico o que se entende por Bertillonage e a sua ligação com o ensino da antropologia na Universidade de Coimbra, para enquadrar as informações recolhidas ao longo dos meses de estágio que resultaram nas informações presentes nas fichas de inventário.

O quarto capítulo do meu trabalho intitulado de *Metodologia e organização do estágio* visa a descrição das atividades desenvolvidas ao longo do estágio, da metodologia utilizada para o estudo dos objetos museológicos e, por fim, da importância de um estágio a nível pessoal e profissional.

A parte prática está contida no quinto capítulo em que começo por abordar o processo de musealização e seleção de objetos dentro de um museu e mais concretamente dentro do MCUC, depois resumo de forma breve as normas de inventário gerais para ciência e técnica. No final apresento os objetos museológicos que foram estudados com todas as informações que consegui recolher.

Por fim, na última parte do trabalho faço um levantamento de coleções semelhantes em alguns museus da Europa, só assim é possível fazer uma avaliação da coleção do Museu da Ciência da UC, e descrevo um pouco o longo processo de entrar em contacto com instituições museológicas e das dificuldades encontradas para obter respostas e informação.

Concluo o trabalho com algumas considerações finais e conclusões sobre o estudo realizado ao longo destes meses, é nesta fase do trabalho que vou falar das dificuldades e dos méritos ocorridos ao longo deste ano letivo, mais concretamente durante a realização do estágio e do relatório.

## 1. CAPÍTULO - O MUSEU DA CIÊNCIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



Figura 1 - Laboratório Chímico - Sede do MCUC; Fonte: [museudaciencia.org](http://museudaciencia.org).

O Museu da Ciência da Universidade de Coimbra como o conhecemos hoje surge apenas em 2006, com um projeto renovado e novas ambições. “A sua sede está instalada num edifício neoclássico magnificamente recuperado, o *Laboratório Chymico* [fig.1], contemporâneo do nascimento da química moderna, constituído entre 1773 e 1777 a mando do Marquês de Pombal e o mais antigo edifício laboratório químico do mundo a resistir até aos nossos dias” (Simões, Casaleiro, & Mota, 2013, p.117).

O projeto para a criação de um museu da ciência moderno começou a ser desenvolvido na década de 90, para isto apoiou-se nas suas coleções – que foram consideradas por especialistas “como ricas com objetos que testemunham uma ciência feita por homens, que contribuíram para o nosso conceito contemporâneo de biodiversidade, descobrindo e inventariando as riquezas naturais da América do Sul, de África, ou do Oriente” - e na comunidade científica da UC. A integração do MCUC nos edifícios em que se encontra fez parte de um plano de reestruturação da universidade que visava a descentralização do polo I, através da criação de novos polos (Praet, Mota, & Byrne, 2006, p. 21).

O MCUC pretende constituir-se como um centro de referência inclusivo de difusão da cultura científica e tecnológica e como um museu moderno e atual capaz de responder às exigências da sociedade contemporânea assumindo-se com uma interface da atividade da Universidade de Coimbra. (Plataforma online do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra)<sup>1</sup>.

O MCUC está repartido por dois edifícios, o Laboratório Chimico e o Colégio de Jesus. No Laboratório Chimico existe a receção, um anfiteatro, uma sala que alberga as exposições temporárias e duas salas de exposições permanentes. *Segredos da Luz e da Matéria* (fig. 32 – ver no anexo I) é uma exposição permanente que podemos encontrar numa das salas deste edifício, que tem como foco possibilitar a observação de fenómenos, desde a experiência de decomposição da luz de Newton à neurobiologia da visão, através de um conjunto de experiências e modelos interativos (Plataforma online do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra)<sup>2</sup>. A outra exposição (fig. 33 – ver no anexo I) permanente presente neste edifício foca-se na evolução da Química através da disposição de instrumentos, utensílios e objetos, que vão desde o século XVIII ao século XIX.

O Colégio de Jesus está, por sua vez, dividido em duas temáticas, Física e História Natural, que estão distribuídas por várias salas e existem dois espaços onde, por vezes, se podem encontrar pequenas exposições temporárias. Dentro da temática da Física existe um anfiteatro e duas salas, uma com instrumentos do século XVIII e outra com instrumentos do século XIX (fig. 34 – ver no anexo I). A História Natural ocupa múltiplas salas e um anfiteatro, ou seja, ocupa uma extensão maior do Colégio de Jesus porque abrange mais áreas disciplinares, nomeadamente, a Antropologia, Zoologia, Botânica, Mineralogia, Paleontologia, entre outras. As salas apresentam exposições permanentes muito diversificadas dentro destas áreas disciplinares, como por exemplo: uma exposição que pretende recriar o gabinete de Domenico Vandelli<sup>3</sup> (fig. 35 – ver no anexo I)

---

<sup>1</sup> Excerto retirado de

<http://www.museudaciencia.org/index.php?module=content&option=museum&action=museum> [consultado pela última vez a 22/04/2019].

<sup>2</sup> Informação completa disponível em

<http://www.museudaciencia.org/index.php?module=content&option=museum&action=museum> [consultado pela última vez a 22/04/2019].

<sup>3</sup> “Domingos Vandelli (1730 – 1816), naturalista distinto e primeiro professor de História Natural da Faculdade de Filosofia, foi o responsável pela criação do Gabinete de História Natural. As primeiras colecções que entraram no Museu foram-lhe adquiridas e integravam uma colecção de produtos do reino animal (...), uma valiosa colecção de produtos do reino mineral (...), uma colecção de terras, e ainda, uma colecção de plantas secas e grande quantidade de frutos secos e sementes pertencentes ao reino vegetal.” (Museu Zoológico, 2000, p. 27).

com exemplares, maioritariamente de zoologia, mineralogia e paleontologia; uma exposição intitulada *Ao encontro de África*<sup>4</sup> que tem como objetivo representar os ecossistemas existentes neste continente e as manifestações culturais, apresenta por isso uma rica diversidade de objetos que se complementam entre si, de Antropologia, Botânica, Mineralogia, Paleontologia e Zoologia.

No que diz respeito à museologia podemos afirmar que a museologia tradicional é predominantemente sobre o “como fazer” administração, educação e conservação, em vez de se preocupar com os fundamentos e as conceções que estabelecem tais assuntos como significantes antes de mais e/ou moldam a maneira em que estas matérias são abordadas (Macdonald, 2006, p. 2). O MCUC apresenta no Laboratório Chimico uma disposição seguindo os pensamentos da nova museologia e no Colégio de Jesus uma mistura entre nova museologia e museologia tradicional – de forma intencional como por exemplo na Sala de Domenico Vandelli.

Podem ser nomeados três aspetos fundamentais em que a nova museologia e a museologia tradicional diferem. Em primeiro a compreensão do significado do objeto museológico como situados e contextualizados em vez de inerentes. A segunda diferença é a incorporação de temáticas que antes eram consideradas à parte da museologia para dentro do museu, como o comércio ou entretenimento. Por fim, perceber como as exposições podem ser interpretadas de diversas maneiras, especialmente por quem as visita. Estas três áreas demonstram uma mudança do museu e dos seus conteúdos (Macdonald, 2006, pp. 2 - 3).

### 1.1. Contextualização Histórica

Apesar do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra, tal como existe hoje, ser recente este museu tem uma história bastante longa, complexa e interessante, que surge com a Reforma Pombalina. No entanto, para contextualizar historicamente o museu é necessário recuar um pouco e abordar os antecedentes desta reforma universitária.

Em 1772, a reforma pombalina, remodelou de forma profunda o sistema educativo em Portugal, as transformações implementadas por Marquês de Pombal tiveram um grande impacto no ensino das ciências em geral. Antes desta reforma pombalina o ensino era completamente orientado e organizado por professores jesuítas, estes foram severamente criticados – pelos

---

<sup>4</sup> Esta exposição esteve patente até junho de 2019.

responsáveis da renovação do ensino – devido aos seus métodos pedagógicos e conteúdos programáticos retrógrados, com uma profunda influência da Escolástica<sup>5</sup>. Segundo os promotores da reforma a Companhia de Jesus era responsável pela decadência cultural e científica (Martins, 2013, p. 65).

A Universidade de Coimbra substituiu as quatro faculdades originais do século XVII – Teologia, Leis, Cânones, Medicina – por seis novas, com organismos mais modernos de apoio ao ensino e investigação – nomeadamente o jardim botânico, observatórios, laboratórios museus e gabinetes (Santos, 2005, p. 53).

Com a reforma pombalina é criada a *Faculdade de Philosophia* e a *Faculdade de Mathematica*, que se apresentam num sistema de ensino moderno e de complexidade pedagógica, com uma maior profundidade científica. Nestas faculdades o ensino tem uma base teórica sempre suportada por experiências práticas, nomeadamente no ensino da física e da química. Para isso foi criado neste novo projeto educativo o *Gabinete de Fysica Experimental* e o *Laboratório Chymico*. “Preconizava-se que as metodologias de ensino das ciências experimentais se fundamentassem em estratégias comparáveis às mais inovadoras que eram praticadas nas melhores escolas europeias” (Martins, 2013, pp. 69 - 70). Nos estatutos da criação da *Faculdade de Philosophia* é prevista a criação do Museu de História Natural. Domenico Vandelli é, nesse ano - 1772, nomeado como responsável pela cadeira de História Natural e pela de *Chimica*, tornando-se assim o primeiro diretor do Museu de História Natural e do Laboratório Chimico (Coutinho, 1978).

Esta reforma implicou mais que uma reestruturação do ensino, foram feitas também intervenções nos edifícios, é exemplo disso o Colégio de Jesus que é alvo de obras para acolher o Gabinete de Física, o Museu de História Natural e o Hospital Publico (Martins, 2013, p.70). A reforma pombalina – que se realizou entre 1773 e 1775 – adaptou o Colégio de Jesus – que se tinha estabelecido em Coimbra em 1542 – a um edifício universitário de ensino experimental (Simões, et al. 2013, p.119). “É no contexto histórico do Iluminismo, no decurso do qual a Química alcança o estatuto de ciência experimental, que a Reforma Pombalina da Universidade se materializa num vasto e emblemático conjunto de edifícios, dos quais se destaca a construção do *Laboratório Chymico*” (Casaleiro, Pires & Filipe, 2006, p. 39).

---

<sup>5</sup> Escolástica foi o método dominante no ensino europeias no período dos séculos IX ao XVI.

Juntamente com a criação das faculdades anteriormente referidas, o decreto pombalino refere também a criação de espaços de apoio ao ensino. Para a Faculdade de Filosofia foram criadas estruturas próprias, com uma regulamentação ajustada a uma política de ensino e investigação: o Gabinete ou Museu de História Natural, o Jardim Botânico, o Gabinete de Física Experimental e o Laboratório de Química (Ferreira, 1991, p. 70).

Pode ler-se nos estatutos pombalinos da Universidade de Coimbra de 1772:

«E porque muitas pessoas particulares por gosto, e curiosidade tem ajuntado muitas Collecções deste género, que fechadas nos seus Gabinetes privados não produzem utilidade alguma na Instrucção pública; e ficam pela maior parte na mão de herdeiros destituídos do mesmo gosto; os quaes não sómente as não sabem conservar, mas também as dissipam, e destroem; e poderão os ditos primeiros possuidores deixar as referidas Collecções ao Gabinete da Universidade, que deve ser o Thesouro público da Histotia Natural, para a Instrucção da Mocidade, que de todas as partes dos meus Reinos, e Senhorios a ella concorrem» (Estatutos da Universidade de Coimbra, Tit. VI, Cap. I, p. 265 in Ramos, 1993, p. 22).

### 1.1.1. As coleções do MCUC

Tal como a reforma dos edifícios e os novos projetos de ensino, as primeiras coleções museológicas do MCUC datam também do século das luzes. Posso nomear a título de exemplo a coleção de máquinas, aparelhos e instrumentos necessários para o ensino da física experimental, que Marquês de Pombal mandou transferir do Colégio dos Nobres em Lisboa (Ramos, 1993, p. 25). Hoje podemos ver dispostos estes instrumentos, que são objetos museológicos de grande valor histórico e artístico, em salas e mobiliário originais. Desta coleção fazem parte mais de três mil objetos, dos quais cerca de quinhentos são livros (Simões, et al. 2013, p. 122).

No contexto da aquisição de coleções, para o Gabinete de História Natural, é importante ter em consideração a insistência das Congregações da Faculdade de Filosofia em recomendar a realização de viagens e providenciar meios para que as mesmas acontecessem. O principal objetivo destas viagens era a observação dos locais, da fauna e da flora, e a recolha e estudo de produtos naturais para que enriquecessem o património do Gabinete (Museu zoológico, 2000, p. 13).

A *Viagem Philosophica* à Amazónia – 1783 a 1792 - de Alexandre Rodrigues Ferreira<sup>6</sup> também contribuiu para o enriquecimento do espólio do Gabinete de História Natural durante o século das luzes. Para o Gabinete de História Natural a incorporação da coleção privada de Domenico Vandelli foi também de grande importância (Simões, et al. 2013, p. 122). Hoje podemos encontrar no MCUC parte da coleção que pertenceu a Domenico Vandelli numa recriação daquilo que seria o seu Gabinete de História Natural. O espólio resultante das *Viagens Philosophicas* pode ser encontrado em várias salas de exposição do Gabinete de História Natural, mas encontra-se maioritariamente identificado e conservado nas reservas de antropologia do MCUC.

A troca de exemplares entre instituições similares, nomeadamente pelos museus universitários, era também uma forma de enriquecimento e de diversificar as coleções muito comum à época. Assim sendo, é normal que o Gabinete tivesse recebido material biológico proveniente de outras instituições (Museu zoológico, 2000, p. 14).

A coleção de antropologia tem um acervo de quatorze mil objetos<sup>7</sup> que contém coleções etnográficas – recolhidas na sua maioria durante o século XIX - e de osteologia humana (Simões, et al. 2013, pp. 125 – 126). À osteologia e etnografia podemos acrescentar a antropologia criminal, temática da qual trabalhei parte da coleção.

À data de 2013 o herbário é a coleção científica com maior espólio do MCUC, com cerca de oitocentos mil exemplares. Na botânica encontramos um espólio de cerca de três mil exemplares entre frutos, sementes e ramos. A zoologia, por sua vez, tem cerca de duzentos<sup>8</sup> mil exemplares com apenas cinco por cento de vertebrados, sendo que os invertebrados representam noventa e cinco por cento da coleção, maioritariamente insetos. “As coleções de mineralogia, geologia e paleontologia estimam-se em mais de vinte mil exemplares com origem nas coleções criadas no fim do século XVIII” (Simões, et al. 2013, pp. 123 - 124).

Tal como a física e as coleções etnográficas do Brasil, a química também tem o início do seu espólio associado ao século das luzes. O início da coleção está ligado ao início do ensino e investigação realizados no *Laboratório Chymico* em 1772, para além dos objetos que datam do

---

<sup>6</sup> “Alexandre Rodrigues Ferreira foi nomeado, em 1783, para chefiar uma expedição científica ao Brasil que tinha como programa proceder, no vasto e quase de todo desconhecido território dos Estados do Pará, Sertões do Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, ao estudo da Etnografia das regiões percorridas, preparação dos produtos naturais destinados ao Real Museu de Lisboa, e finalmente, fazer particulares observações filosóficas acerca de todos os objectos desta mesma viagem.” (Museu zoológico, 2000, p. 45).

<sup>7</sup> 14 mil objetos à data de 2013.

<sup>8</sup> Na atualização de 2015 foram contados quinhentos mil exemplares.

século XVIII existem mais mil, maioritariamente do século XIX e XX (Simões, et al. 2013, p. 126).

A coleção atual de astronomia é constituída por cerca de mil objetos, que inclui mais de duzentos instrumentos de observação. No entanto, esta coleção não é mais rica e diversa porque foi saqueada durante as invasões francesas, em 1810 (Simões, et al. 2013, pp. 126 - 127).

## 1.2. Secção de Antropologia do MCUC

Tal como já expus anteriormente a reforma pombalina proporcionou grandes alterações à Universidade de Coimbra. Com a criação da *Faculdade de Philosophia* surge também o Museu ou Gabinete de História Natural, o Jardim Botânico, o Gabinete de Física Experimental e o Laboratório Químico. Tal como todos os outros organismos da Universidade, o Gabinete de História Natural – à qual mais tarde foi anexado o Museu e Laboratório Antropológico - era também considerado um organismo essencial à investigação e ensino das ciências naturais.

Tal como noutros museus estrangeiros, nesta altura as motivações ainda eram influenciadas pelos «Gabinetes», onde a raridade e o exotismo funcionavam como critérios de incorporação das colecções, próprias do espírito vigente. Nos finais do séc. XVIII chegam ao Museu da Universidade as primeiras remessas de objectos etnográficos com base em expedições, colectas, compras, doações ou intercâmbios, através de naturalistas, viajantes, forasteiros, missionários, de gente mais letrada ou abastada ligada ao poder político (Museu zoológico, 2000, p. 19).

Foi no contexto deste espírito científico natural emergente na época, que por terminação régia de 1801, é estabelecido um programa de correspondência entre o Real Museu da Ajuda e a Universidade de Coimbra. É através deste programa que, em 1806, é enviado um conjunto pluridisciplinar de objetos e espécimes para o Museu de História Natural (França, 1922, p. 87 in Amaral, Martins, & Miranda, 2013, p. 132). “*Na relação dos Produtos naturais e industriaes que deste Real Museu se remetterão para a Universidade de Coimbra em 1806, contem-se 117 objetos de várias proveniências, incluindo África (93), Ásia (16), Índia (1), Nova Hespanha (2) e Peru (5).*” (Amaral, et al., 2013, p. 132).

Apesar desta diversidade, o maior número de objetos transferidos pertence à recolha efetuada por Alexandre Rodrigues Ferreira – entre 1783 e 1792 – durante a sua *Viagem philosophica* à Amazónia. A coleção tem como origem, na sua maioria, o Brasil – 321 objetos (Amaral, et al., 2013, p. 133).

As primeiras fichas de inventário, da secção de antropologia, datam do início do século XIX – de alguns objetos recolhidos nas colónias nos séculos anteriores – que nos remetem para o exótico, que na época se olhava fundamentalmente por contraste ao mundo civilizado da Europa. Estes objetos, completamente alienados do seu contexto original, eram classificados como *singularidades e curiosidades, antiguidades, e de produções naturais de lugares primitivos*. (Areia, 1991, pp. 88 - 89 in Santos, 2005, p. 54).

No fim do século XIX surgem novas perspetivas do ensino, com isto há o advento de novos ramos de conhecimento e respetiva institucionalização universitária. Estes acontecimentos foram em grande parte responsáveis pela criação e desenvolvimento diferenciado de secções do museu dedicadas a cada disciplina científica, conseqüentemente mais especializadas. Ao mesmo tempo que em Portugal se verificavam estas mudanças, em Londres, em 1851, tinha começado a primeira fase da organização de exposições universais, industriais e coloniais, intensificando-se à medida que se caminhava para o final do século. Com isto aumenta a preocupação de cada nação com o reforço das suas coleções museológicas, processo ao qual Portugal não ficou indiferente e incentivou o trabalho que já se vinha a verificar de preocupação com estes temas (Gouveia, 1983, p. 22 in Amaral, et al., 2013, p. 137).

A criação de uma secção antropológica na Faculdade de Filosofia é mencionada em 1877 num texto de apresentação da Universidade de Coimbra na exposição Universal de Paris (1878) elaborado pelo Visconde de Villa Maior, Comissário Real da participação portuguesa na exposição (Maior, 1877, p. 311 in Amaral, et al., 2013, p. 137).

Fruto do advento dos novos ramos de conhecimento, referido anteriormente, surge, em 1885, o ensino da Antropologia em Coimbra. Bernardino Machado cria e institucionaliza a cadeira de *Anthropologia, Paleontologia Humana e Archeologia Préhistórica* (Carta de Lei de 2 de julho de 1885, publicada no Diário do Governo, nº 149, de 9 de julho de 1885) (Areia & Rocha, 1985,

p. 13). Na Carta de Lei de 1885, onde se refere a criação da cadeira, refere-se também a constituição formal de quatro seções do museu de História Natural – Zoologia, Botânica, Mineralogia e Antropologia – cada uma destas seções deveria ser dirigida pelos professores responsáveis das diferentes áreas disciplinares. No ano letivo de 1886/87 já há registos de que o Museu estava oficialmente dividido nestas áreas e a funcionar interligado com o ensino (Areia & Rocha, 1985, p. 14). Esta descentralização do museu, e conseqüente especialização disciplinar, acaba formalmente com a direção do anterior museu “único” da Faculdade de Filosofia (Gouveia, 1983, p. 18 in Amaral, et al., 2013, p. 137).

Durante o período da direção de Bernardino Machado – 1885 até 1907 – há um acentuado aumento da incorporação de objetos nas coleções. Talvez para responder a esse aumento de incorporações e à necessidade de atualização dos inventários começou a ser publicado na revista *O Instituto*, intitulado de *Catálogo do Museu Ethnografico da Universidade de Coimbra*, um inventário detalhado dos objetos que existiam no museu. Durante este período a secção de Antropologia ainda ocupava algumas salas do Colégio de Jesus (Amaral, et al., 2013, pp. 138-140).

Em 1901, com a reforma dos Estudos Universitários, a Faculdade de Filosofia é dividida em duas seções, *Sciencias Physico-Chimicas* e *Sciencias Historico-Naturais*. “A antropologia passou a ser a 10ª cadeira do Curso Geral da *Faculdade de Philosophia, Secção sciencias Histórico-Naturais (...)*”. O ensino da cadeira está sempre intimamente ligado ao Museu Antropológico, estabelecimento anexo à Faculdade de Filosofia (Areia et al, 1991, p. 92 in Amaral, et al., 2013, p. 140).

O ensino na Universidade de Coimbra, em 1911, sofre uma nova reforma e passa a existir uma faculdade única que junta as antigas Faculdades de Matemática e de Filosofia. Surge então a Faculdade de Ciências, à qual fica anexado o Museu Antropológico. Isto leva à transferência física das instalações do Museu, que deixa o Colégio de Jesus e passa para o Colégio S. Boaventura – onde permanece cerca de 40 anos, quando passa para o colégio de S. Bento. Nos anos seguintes a estas mudanças há um aumento significativo das incorporações etnográficas no Museu, provenientes de Angola e Moçambique, aumentando significativamente o seu acervo (Amaral, et al., 2013, p. 142).

Em 1914, o museu começa a publicar as *contribuições para o estudo da Antropologia Portuguesa*. Em 1926, tem por fim a sua autonomia administrativa assegurada, por lhe atribuírem

funções de extensão extrauniversitária. Os anos seguintes são essencialmente marcados por novas aquisições para o museu – entre 1926 e 1951 a aquisição de uma coleção de 505 esqueletos identificados; aquisições etnográficas derivadas de missões botânicas – e pela elaboração de trabalhos académicos e inventários – *Catálogo – Inventário do Museu de Etnografia do Ultramar, do Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra* em 1955. (Coutinho, 1978).

Em 1978 “Por iniciativa do Museu e Laboratório Antropológico, realiza-se em Coimbra o Colóquio Anual da Associação Portuguesa de Museologia”. Nesta época, o Museu e Laboratório Antropológico, tinha como preocupação apagar a imagem errada de que o Museu era apenas universitário e que não se inseria na comunidade local, uma visão assente na “visão deturpada das relações entre a Universidade e o meio social em que se insere (...)” (Coutinho, 1978).

Nos séculos XIX e XX, o Museu de História Natural da Universidade de Coimbra recebeu diversas coleções em consequência de expedições científicas e em resultado das redes pessoais e institucionais estabelecidas ao longo do tempo. Assim, os acervos (...) tanto resultam de processos de recolha sistemática com fins científicos como de outros contextos. Coleções privadas, designadamente as que estiveram patentes nas exposições universais e coloniais, vieram a ser incorporadas no âmbito museológico universitário, transformando-se em patrimónios científicos (Amaral, et al., 2013, pp. 143 e 144).

### 1.2.1. Origem das coleções de Instrumentos Antropologia Física

Bernardino Machado foi o responsável pela cadeira de antropologia, e consequentemente do Museu Antropológico, de 1885 a 1907. Eusébio Tamagnini, foi quem lhe sucedeu, sendo o responsável de 1907 a 1950, assumindo a cadeira de *Anthropologia* e o Museu (Areia & Rocha, 1985, p. 18). A direção que diz respeito a Tamagnini é marcada pela atividade direcionada à investigação, no ensino da Antropologia Física (Amaral, et al., 2013, p. 141).

Os períodos, em que Bernardino Macho e Tamagnini são os responsáveis pelo ensino e direção do Museu Antropológico, são os períodos que registam o maior número de aquisições de instrumentos de antropologia física.

Isto deve-se não só ao facto de ambos serem defensores de um ensino teórico sempre complementado com trabalhos práticos, mas também ao facto de ser uma nova cadeira, ou seja,

necessitava de um maior investimento material nos primeiros anos. Esta era uma época em que existia grande interesse pela Antropologia Física, que mais tarde vai perdendo algum espaço para a Etnografia. Irei mais tarde abordar a temática do ensino da Antropologia na Universidade de Coimbra.

É deste interesse, pela antropologia física, e destas aquisições que surgem os instrumentos científicos de antropometria<sup>9</sup>. Em tempos, estes instrumentos, foram utilitários, tanto para serem utilizados no ensino e nas investigações por alunos como no auxílio de registos criminais e/ou civis, no entanto, hoje são objetos museológicos disponíveis para serem estudados. Hoje encontram-se no atual Museu da Ciência da Universidade de Coimbra, mais concretamente, nas reservas da secção de antropologia. A parte desta coleção sobre a qual me irei debruçar nunca foi estudada ou investigada.

---

<sup>9</sup> O termo antropometria surge no século XVII pelo alemão Johann Sigismund Elsholtz, para descrever o sistema de medidas que ele desenvolveu para provar que havia uma ligação intrínseca entre as proporções do corpo e certas doenças (Munster, 1966 in Spencer, 1997, p. 80). No fim do século XVIII e início do século XIX o termo torna-se mais abrangente, sendo antropometria definida pelo francês Paul Topinard como o sistema de medidas recolhidas em vivos – ou cadáveres – para recolher as suas medidas – qualquer que fosse a finalidade (Topinard, 1881, p. 212 in Spencer, 1997, p. 80).

## 2. CAPÍTULO – A INSTITUIÇÃO MUSEU

Segundo Ivo Maroević (2000, pág.5) a museologia, tal como qualquer outra disciplina, assumiu diferentes formas ao longo do tempo. É uma disciplina que se desenvolve a partir da prática, que é confirmada pela prática e até antecipa a prática, ao estudar teoricamente os fenómenos que se irão manifestar na prática e a sua posterior aplicação dentro de um quadro de trabalho. Se considerarmos a museologia de um ponto de vista histórico, é possível perceber que começou como museografia, isto é, como instrução prática sobre como colecionar, preservar, estudar e exhibir objetos. Com o decorrer do tempo a museologia teve de confrontar alguns problemas de significado e sentido, interpretação e conceptualização.

A museologia lida com os objetos em si, coleções de objetos e com todas as possíveis relações em que o objeto interage num contexto específico. De modo a ler a informação inerente ao objeto museológico, é necessário saber a linguagem do objeto, a linguagem da sua forma, materiais e estruturas. Para isto, o conhecimento base das disciplinas de arqueologia, etnografia, história de arte, ciências naturais e etc. é bastante importante. O objeto museológico – como documento de uma certa realidade, parte de uma identidade, testemunho de um evento, resultado do trabalho manual de um homem, um produto da natureza, ou uma evidência sobre a qual há teorias científicas – é sem dúvida uma das bases para o conhecimento humano (Moroevic, 2000, pp. 5 -6).

Por isto a museologia deve ser, para além da ciência que define a teoria da organização e gestão do museu, é a responsável pela proteção, estudo, documentação e disseminação da informação recolhida de património cultural. “Património histórico. A expressão designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação continua de uma diversidade de objetos que congregam a sua pertença comum ao passado (...)” (Choay, 2008, p. 11).

A profissão dos museólogos é traduzida num conjunto de práticas técnicas aprendidas nos mais variados museus, na universidade e através da prática diária.

## 2.1. Contextualização histórica

Há dois marcos históricos que são geralmente associados ao surgimento do museu público, a criação do Museu de Ashmolean, em 1683, e a abertura do Louvre, em 1793. Ashmolean marca a diferença dos restantes museus desta época por ser a primeiro a estipular o acesso a visitas públicas. O Louvre, por sua vez, em 1793, é um marco porque mais do que abrir ao público, simboliza a conquista da soberania política e do património nacional por parte do povo Francês. Mas estes são apenas dois acontecimentos que marcam a história da museologia em quase dois milénios de uso de objetos, espaços de exibição, práticas de aprendizagem e comunidades (Abt, 2006, p. 115).

O marco assinalado pelo Museu Ashmolean, em Oxford, teve repercussões além da Inglaterra, abriu debates sobre acessibilidade e posse de património, alargando-se da posse ao uso do património, e assim começa a emergir a preocupação com a transmissão de coleções de geração em geração. Isto gerou um modelo de transações na doação de coleções a instituições em troca de benefícios, como o acesso contínuo à coleção para gerações futuras de estudiosos e fundos para publicações. No entanto, no geral o acesso às coleções mais significantes na Europa continuava na posse dos monarcas e quando o acesso era permitido tinha quase sempre como objetivo o benefício próprio (Abt, 2006, pp. 123 - 127).

Por sua vez, a Revolução Francesa – 1789 -, que antecedeu a abertura do Louvre, criou um modelo diferente de acesso a património por parte do público. A Revolução Francesa causou danos irreversíveis a bastante património - igrejas, estátuas, castelos, objetos roubados. Estes eventos dão origem a um debate emergente sobre a conservação e preservação do património. “A obra conservadora das Comissões revolucionárias é objeto de dois processos distintos. O primeiro no tempo é a transferência para a nação dos bens do clero, da coroa e dos emigrantes. O segundo é a destruição ideológica de que uma parte destes bens foi objeto (...) de Salvação Pública” (Choay, 2008, pp. 85 – 87).

Apesar de, em alguns casos, as coleções já estarem abertas ao público é com a Revolução Francesa que há a verdadeira mudança dos museus pela Europa. As coleções são desapropriadas às famílias reais e clero, e criam-se verdadeiros museus instalados em palácios devidamente adaptados às suas novas funcionalidades (Ribeiro, 1993, p. 149).

No entanto, não se pode separar o início da história do museu da origem etimológica da palavra, que surge da palavra Grega de local de culto das musas “mouseion”. Nem se pode separar a origem do museu do Museu de Alexandria, fundado 280 anos a. C.. Apesar disto, diz-se que a coleção sistemática e o estudo de evidências começaram com as viagens de Aristóteles às ilhas Lesbos 340 anos a. C. (Abt, 2006, pp. 116 – 117).

Entre os vários textos deixados como parte do legado de Aristóteles existia o estudo e classificação de espécimes da natureza, que mais tarde são utilizados por eruditos interessados nas ciências naturais. Este interesse nas ciências, surge principalmente na Europa, no início começaram por estudar matérias de fontes locais, mas rapidamente foi ampliado a objetos e espécimes trazidos para a Europa por exploradores. Durante o século XVI a assimilação destas evidências, é ordenada de forma mais ou menos sistemática, em pequenos armários, pastas, gavetas e outro mobiliário especializado. Para caracterizar este conjunto de objetos estudados e, de certa forma, ordenados, foram utilizadas muitas palavras, mas museu foi a que mais se destacou e a mais utilizada (Abt, 2006, pp. 119 - 120). É neste processo de recolhas que surgem os antiquários, que começam por ter coleções de espécimes da natureza, mas que nos séculos seguintes se estendem a coleções de pintura, medalhas e moedas, entre outras.

Os antiquários, estudiosos e colecionadores, não tinham nos seus gabinetes apenas medalhas ou outros “restos” do passado, mas também tinham documentação que associava descrições e representações figuradas das antiguidades (Choay, 2008, p. 58).

Com a chegada do Iluminismo:

Os antiquários estabelecem então uma diferente relação com a duração, que não é apenas induzida pela gestação da ideia de progresso, uma nova presença do tempo é, simultaneamente, devedora da geologia, em particular das pesquisas acerca da idade do planeta (...) O círculo de colecionadores e de amadores alarga-se e abre-se a novas camadas sociais: institucionalizam-se novas práticas (exposições, vendas públicas, edições de catálogos de grandes vendas e de coleções de particulares) (...) (Choay, 2008, p. 69)

É, portanto, já no século XVIII, no iluminismo, que as coleções começam a ter as funções que lhes atribuímos hoje em dia.

No entanto, é já no século XIX que há uma grande expansão do número de museus, construídos após a Segunda Guerra Mundial, o que deu credibilidade ao museu como representação de forma cultural. Houve tanto proliferação de museus pequenos – baixo orçamento, museus locais, preocupados com cultura do dia-a-dia e património local – como de museus de empresas e franchise de museus. Este fenómeno do museu deve ser visto como produto da junção de motivações e preocupações parcialmente ligadas. Incluindo a ansiedade de “amnésia social” – questionar o passado, a autenticidade o antidoto para desassociar da sociedade consumista –, tentativas para lidar com a fragmentação da identidade e individualidade, e o desejo de conhecimento duradouro e experimental (Macdonald, 2006, pp. 4 -5).

No caso específico dos museus de Antropologia há também algumas evoluções e marcos que podem ser analisados. Os museus de Antropologia podem ser considerados um reflexo direto dos interesses das sociedades, ou seja, podemos ver através de uma análise das coleções dos museus de Antropologia, a evolução das preocupações sociais e culturais de várias épocas e, conseqüentemente, avaliar a evolução das sociedades.

Por exemplo, durante o século XIX e a primeira metade do século XX, há por toda a Europa um interesse por coleções e exposições de produtos exóticos que era fortemente influenciada por ideologias, políticas e aspirações coloniais. Cada onda museológica corresponde a condições sociais e políticas distintas dentro das culturas metropolitanas europeias (Shelton, 2006, p. 65).

Durante o século XX há uma crise nos museus de antropologia, onde se verifica um afastamento do público e dos próprios antropólogos dos mesmos. Por volta de 1980 começaram conferências e volumes editados direcionados a examinar a crise endémica da proliferação dos museus, e isto tornou-se parte da razão dos antropólogos voltarem a olhar para o museu. Ao mesmo tempo, os museus etnográficos tornaram-se mais diversificados (Shelton, 2006, pp. 73 – 74).

## 2.2. Museologia em Portugal

O período que se convencionou como a primeira fase da museologia portuguesa pode ser balizado com o início do reinado de D. João V, em 1706, e as invasões francesas, em 1808. Este período pode hoje ser estudado de forma mais precisa através da afirmação disciplinar da história do colecionismo e da museologia. Durante este tempo houve uma diversidade de correntes de pensamento – desde o Barroco, ao Romantismo e passando pelas Luzes – levando a que as elites

aceitassem diferentes valores culturais, incluindo gostos e sensibilidades, o que condicionou as suas representações mentais e intelectuais. As tendências culturais dominantes, que se traduzem em práticas de cariz museológico, são sempre perceptíveis, tanto no tipo de coleções como na organização dos discursos expositivos, mas sobretudo nos fins justificativos da sua existência (Brigola, 2010, p. 31).

Os Gabinetes de Curiosidades e os Jardins Botânicos de iniciativa privada, no discurso da presença de viajantes estrangeiros em Portugal, são uma das marcas mais expressivas das preferências museológicas da época. Este gosto permanece desde o Século das Luzes até à legislação liberal de oitocentos (Brigola, 2010, pp. 31 - 32). No entanto, em Portugal, ao contrário do que verificava na Europa, os Gabinetes de História Natural não pertenciam a figuras ligadas à ciência, mas sim a nomes da nobreza e o próprio Rei que mantinham gabinetes de curiosidades e exemplares exóticos (Museu zoológico, 2000, p. 9).

O papel exercido por Marquês de Pombal no percurso que conduziu as coleções, gabinetes e tesouros anteriormente referidos, aos museus é fulcral e não pode passar despercebido. Marquês de Pombal é o responsável por vários projetos museológicos como o Museu de História Natural da Universidade de Coimbra, O Real Museu da Ajuda ou a Coleção na Casa da Moeda (Ramos, 1993, pp. 22 – 26).

Contudo, é no final do século XVIII que se ganha a consciência de que a designação de museu não poderia ser aplicada a colecionismo privado de amadores, organizado de forma mais ou menos sistemática, mas que deveria reservar-se a iniciativas com dimensão e ambição. Com a chegada do liberalismo surgem novos fatores históricos – implantação do constitucionalismo, extinção e nacionalização dos bens e dos conventos e mosteiros – que levam à valorização de novas formas de pensamentos culturais – valorização da história nacional, gosto romântico e conceito de monumento histórico – e artístico – conjugando-se na emergência das novas realizações museológicas, a par com o interesse por objetos histórico natural e etnográficos. Anunciava-se agora, com autonomia museológica, o objeto artístico e arqueológico (Brigola, 2010, pp. 33 – 34).

Com a restauração do regime liberal, são criadas leis com o objetivo de promover a difusão de instrução na população portuguesa e o gosto pelo belo que se traduziu em grandes reformas na educação e na criação de conservatórios, academias, escolas politécnicas e de museus. “No

projecto museal setembrista foi bem visível a inspiração na Resolução Francesa.” (Ramos, 1993, p. 30).

Durante a primeira república – 5 de outubro 1910 a 28 de maio de 1926- , assenta sobre o estado uma responsabilidade de cuidar e preservar o património cultural, a divulgação do mesmo é uma ferramenta de progresso e sobrevivência da própria Nação. “Eminentemente pedagógica, a acção cultural da República fez com que a reforma dos museus acompanhasse, *par e passu*, a reforma do ensino em todos os seus graus, a reestruturação dos arquivos e bibliotecas, bem como o fomento do ensino livre.” (Ramos, 1993, p. 44). Com isto acresce, no contexto museológico, o alargamento das exigências de qualificação profissional e a criação de uma estrutura de enquadramento com acentuadas preocupações de descentralização (Gouveia, 2010, p. 106). Legislar e regionalizar foram as medidas principais, no contexto museológico, da Primeira República Portuguesa que durou apenas dezasseis anos, com fim a 28 de maio de 1926 com o Início da Ditadura militar.

Durante a ditadura militar, e com o regime do Estado Novo – que entra formalmente em vigor em 1933 com a alteração da Constituição-, os museus foram instrumentos de propaganda política e por isso alvo de uma atenção especial e de políticas intencionais. Há uma divisão dos museus, coleções e tesouros em três grupos – Museus Nacionais, Museus Regionais e Museus municipais. Para além disto ocorreram mudanças no panorama museológico durante este regime que podem dividir-se em três fases fundamentais.

Sendo a primeira fundamentalmente durante a Ditadura Militar, com a construção conceptual e legislativa. A primeira mudança a assinalar, na museologia, é a alteração relativa à gratuidade na entrada nos museus, primeiro fruto de determinação e mais tarde de regulamentação – em 1931. Apenas em 1932 são notadas mudanças significativas, com o Decreto 20.985, que interliga a legislação com o Espírito do Estado Novo. Podemos dizer que o Estado Novo viu nos museus um instrumento de propaganda política com grandes potencialidades, através de exposições temporárias os museus foram dos locais mais ideologizados do regime, mesmo quando os objetos apareciam de forma discreta e pouco interpretados. A segunda fase, que podemos balizar entre a década de 30, a Segunda Guerra Mundial e que se estende ao início da década de 50, teve como propósito fundamental a estabilização do trabalho realizado na primeira fase. Durante este período foi importante manter um controlo e consistência na forma como os museus eram apresentados ao público para a realização de propaganda política. Como podemos ver na carta

datada de 10 de fevereiro de 1936, dirigida a vários museus “de forma que a Exposição atinja o seu objetivo que é apresentar, de uma forma bem concreta, a folha de serviços prestados à Pátria pela Revolução Nacional.”. Por fim, na terceira fase, que corresponde ao fim do regime, há uma significativa mudança conceptual - iniciada a 1953 e terminada a 1965. Este último momento – 1965 – aparece como paradoxal no que diz respeito ao próprio museu, devido a uma legislação que vê os museus como mais do que locais conservadores, passam a ser definidos como instituições que devem expor, fazer conhecer e apreciar as peças, ou seja, apesar do regime se fechar mais dentro de si mesmo – dos seus princípios e dogmas -, inovou no que aos museus diz respeito. Em suma após a Segunda Guerra Mundial, Portugal aproxima-se da Europa relativamente a práticas museológicas, que trouxeram ideias e reflexões novas (Lira, 2010, pp. 188 - 197).

O primeiro fenómeno, com maior relevância e impacto depois da revolução de 25 de abril, foi a criação de Associações de dinamização de defesa do património, este apresenta-se como um significativo movimento de opinião. O segundo fenómeno terá sido a valorização de património além do que era considerado até então, nomeadamente a cultura material – negligenciada até aqui (Ramos, 1983, p. 61). Quando, a 25 de abril de 1974, se dá o fim da ditadura militar surgem algumas mudanças no panorama museológico em Portugal. Aumentam o número de museus e também a consciencialização museológica, tratam-se essencialmente de iniciativas de âmbito local com origem no associativismo e nas políticas culturais e turísticas dos municípios (Moutinho, 2010, p. 313). Este crescimento do número de museus, deve-se também à valorização da memória e do património artístico e cultural, a forma de ligação dos museus ao turismo e a articulação com o sistema de ensino.

Em 2000 é criada a Rede Portuguesa de Museus – RPM – um instrumento importante para a realização de política museológica em Portugal e na qualificação dos museus portugueses, a RPM fica responsável pela tutela central dos museus (Neves, Santos, & Lima, 2013, p. 23).

Tem como objetivos: a valorização e a qualificação da realidade museológica nacional, a cooperação institucional e a articulação entre museus, a descentralização de recursos, o planeamento e a racionalização dos investimentos públicos, decorrentes da aplicação de fundos comunitários, em museus, a difusão da informação relativa aos museus, a promoção do rigor e do

profissionalismo das práticas museológicas e das técnicas museográficas, o fomento da articulação entre museus e a valorização formativa dos seus profissionais. (DGPC)<sup>10</sup>.

## 2.3. ICOM

O conselho internacional dos museus é uma organização internacional com a ambição de melhorar a pesquisa, discussão, comunicação sobre o património natural e cultural, tangível e intangível, de todas as sociedades, e preservá-lo no presente e tomar medidas para o futuro. O ICOM é uma associação que funciona com sócios e é não governamental, estabelece padrões profissionais e éticos para todas as atividades museológicas. Todas as recomendações oferecidas pelo ICOM têm como base as opiniões de profissionais. Através de uma rede de comunicação global e programas com parcerias o ICOM gera, junto do público, sensibilidade para as problemáticas relacionadas com o património e, ao mesmo tempo, é a voz de todos os museus e dos seus profissionais. (Plataforma online do ICOM)<sup>11</sup>

### 2.3.1. ICOFOM

O ICOFOM é um fórum – um dos vários conselhos do ICOM - para debater as problemáticas da museologia criado em 1977 e continua ativo até aos dias de hoje. No início eram apenas alguns idealistas, que ao reconhecer a importância dos museus para o desenvolvimento social e ao considerarem o imenso potencial de cada museu para gerar informação e conhecimento, formularam um objetivo ambicioso: analisar o museu de um ponto de vista teórico. Depois de concordarem que o sistema museológico devia ser definido e devia constituir um curso universitário, um segundo objetivo foi definido: o estudo da museologia como campo de conhecimento e interação com outras áreas. Depois de 1982, especialistas do museu e professores de museologia de todo o mundo apoiaram de forma contínua e contribuíram para o ICOFOM (Scheiner, 2000, p. 2).

---

<sup>10</sup> Informação completa disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/intros/intro-rede-portuguesa-de-museus-home/> [consultado pela última vez a 12/06/2019].

<sup>11</sup> Informação completa disponível em <https://icom.museum/en/about-us/missions-and-objectives/> [consultado pela última vez a 12/06/2019].

Constante pesquisa teórica, análise e debate contribuíram para o desenvolvimento da museologia como um campo de investigação identificável, com um objetivo específico agora compreendido como um fenómeno que se manifesta de forma diferente ao longo do tempo e do espaço. A museologia implica o estudo do museu em todas as suas manifestações, desde a sua forma institucional até à sua realidade virtual (Scheiner, 2000, pp. 2 - 3).

### 2.3.2. Código de ética para museus

O código de ética do ICOM surge como um modo de autorregulação profissional. Define padrões mínimos de conduta e performance para os quais todos os profissionais dos museus, de todo o mundo, podem de forma razoável aspirar. Ao mesmo tempo também estabelece, de forma clara, o que o público pode esperar de um museu e dos seus profissionais. Tal como as leis, os códigos de ética, são influenciados pela mudança social e o desenvolvimento da prática profissional (ICOM, 2002, p. 4).

O primeiro código de ética completo do ICOM foi publicado em 1986, aprovado com unanimidade pela vigésima assembleia do ICOM em Barcelona, a 6 de julho de 2001 (ICOM, 2002, p. 4), e revisto em pela vigésima primeira assembleia geral do ICOM em Seoul, a 8 de outubro de 2004. O presente código – 2017 - encontra-se dividido em oito capítulos.

#### I. Museus preservam, interpretam e promovem o património humano natural e cultural.

A nível institucional o corpo regente do museu deve ser responsável por assegurar que este tem escrito e publicado um documento onde sejam apresentados de forma clara os estatutos e missão não-lucrativa da instituição de acordo com as leis do país em que se encontra. Os documentos publicados, do museu e do papel dos seus trabalhadores, devem servir como guia e preparação. A direção do museu deve assegurar-se de que estão a ser cumpridas as necessidades para que o museu cumpra as suas funções básicas definidas na sua missão (ICOM, 2017, p. 3).

A direção deve também assegurar-se de que o museu e as suas coleções estão disponíveis para serem visitadas num horário e período razoável – dando atenção redobrada a pessoas com necessidades especiais. Deve ser assegurado um ambiente seguro e saudável para quem trabalha no museu e para quem o visita, incluindo medidas que protejam as pessoas de desastres – naturais ou de origem humana. As coleções, por sua vez, devem também estar protegidas de roubo ou danos

em todas as circunstâncias – empréstimos, reservas, exposições -, como medida de segurança deve ser feito um seguro para os objetos museológicos adequado às necessidades (ICOM, 2017, pp. 3 - 4).

O museu deve assegurar-se de que existem fundos financeiros suficientes para o desenvolvimento de atividades e deve incentivar políticas como os *Amigos do Museu* – todos os fundos financeiros devem ser geridos de forma profissional (ICOM, 2017, p. 4).

Os recursos humanos devem ser sempre suficientes para o cumprimento da missão e políticas do museu e as leis do país – sendo fulcral contratar pessoal especializado para as atividades que vão sendo desenvolvidas. Os funcionários devem ter oportunidades adequadas de formação contínua e crescimento profissional, nunca devem agir de modo a que incumpram o código de ética. Voluntariado deve ser incentivado pelo museu, tal como uma boa relação destes com os funcionários (ICOM, 2017, pp. 5 -6).

## II. Os museus mantêm coleções para o benefício da sociedade e do seu desenvolvimento

A direção de todos os museus deve escrever e publicar uma política de aquisição<sup>12</sup>, cuidados e uso das coleções. Antes de qualquer aquisição, empréstimo, depósito, etc. o museu deve assegurar-se de que o objeto foi adquirido de forma legal – deve ser pedida a história completa do objeto desde que este foi adquirido e/ou produzido. O museu deve também assegurar-se do modo como objetos foram obtidos sendo fator de exclusão a obtenção através de: trabalho não autorizado ou científico; pela danificação de algum edifício histórico ou geológico; de reservas naturais ou espécies em risco; adquiridos de modo ilegal no país de recolha. Tal como para aquisições, o museu deve ter uma política rígida das circunstâncias em que é possível fazer o oposto, desfazer-se dum objeto – quer seja através de doação, transferência, venda, etc-, a decisão deve ser tomada depois da concordância por parte da equipa do museu, do diretor e do conservador da coleção. Em caso de venda o dinheiro gerado deve ser usado apenas para o benefício das coleções (ICOM, 2017, pp. 9 - 13).

No que diz respeito ao cuidado das coleções, o museu deve estabelecer e aplicar políticas para assegurar-se de que as suas coleções e informação associada<sup>13</sup> estão disponíveis para uso e se vão manter no futuro, ficando ao encargo de pessoas com conhecimento e formação para o fazer.

---

<sup>12</sup> Aquisições fora do âmbito das coleções do museu deve ser realizada apenas em caso muito especiais.

<sup>13</sup> A informação deve ser o mais completa possível de acordo com padrões profissionais.

A conservação preventiva é um elemento muito importante da política do museu, é responsabilidade dos trabalhadores do museu cuidar e manter o cuidado das coleções em reservas, exposições ou em trânsito, para isso é importante monitorizar as condições das coleções e determinar quando algum precisa de uma intervenção de restauro – sendo todas as intervenções devidamente documentadas. No entanto, não é menos importante ter uma política de proteção contra desastres naturais ou de origem humana (ICOM, 2017, pp. 14 - 15).

III. Os museus têm evidências primárias para estabelecer e perpetuar conhecimento

Os museus têm o dever de tornar toda a informação relevante o mais pública possível, sendo que pode ser restringida informação por motivos de segurança ou direitos de autor. A pesquisa contínua deve ser feita pelos trabalhadores dos museus sob orientações legais, éticas e práticas académicas. O conhecimento dos trabalhadores dos museus deve sempre ser partilhado com colegas, investigadores e alunos. As parcerias e consulta entre instituições com interesses e práticas semelhantes deve ser encorajada (ICOM, 2017, pp. 19 - 21).

IV. Os museus fornecem oportunidades para a apreciação, entendimento e gestão do património cultural e natural.

Os museus devem assegurar-se de que a informação que apresentam sobre as suas coleções é bem fundamentada, correta e dá considerações apropriadas para representar grupos ou crenças, incluindo informação publicada em artigos, revistas, sites, etc. Os museus devem sempre evitar a exposição de objetos que tenham uma origem duvidosa, estando sempre cientes de que isso pode contribuir para o tráfico ilegal de bens culturais. Objetos relativos a crenças ou restos humanos requerem sempre uma sensibilidade extra no modo como são expostos (ICOM, 2017, pp. 25 - 26).

V. Os museus têm recursos que dão oportunidade para outros serviços públicos e benefícios

A identificação e autenticidade de um objeto que foi adquirido de forma suspeita não deve ser pública até que as autoridades responsáveis sejam notificadas (ICOM, 2017, p. 29).

VI. Os museus trabalham de forma próximas das comunidades das quais as suas coleções são originárias bem como da comunidade que servem

Os museus devem promover a partilha de conhecimento, documentação e objetos com instituições das comunidades de origem das suas coleções, com isto, os museus devem estar preparados para dialogar sobre a devolução de propriedade cultural para um país e/ou à comunidade de origem – para isto tem de existir uma avaliação imparcial, profissional e de princípios humanitários e a aplicação de legislação. Os museus devem criar um espaço favorável para o apoio entre comunidades, para isto podem utilizar as suas coleções com respeito pela sua cultura e tradições, advogando direitos humanos, bem-estar de comunidades, desenvolvimento, tolerância social e respeito (ICOM, 2017, pp. 33 - 34).

#### VII. Os museus operam de forma legal

Os museus devem respeitar todas as leis locais e nacionais e dos países com os quais colaboram, tendo em conta algumas legislações internacionais: *Convention for the Protection of Cultural Property in the Event of Armed Conflict with Regulations for the Execution of the Convention*; *Convention on the Means of Prohibiting and Preventing the Illicit Import, Export and Transfer of Ownership of Cultural Property*; *Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora*; *Convention on Biological Diversity* *Convention on Stolen or Illegally Exported Cultural Objects*; *Convention on the Protection of the Underwater Cultural Heritage*; *Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage* (ICOM, 2017, p. 37).

#### VIII. Os museus operam de forma profissional

Todos os membros do museu devem estar a par da legislação nacional, internacional e local sobre as condições de trabalho. Os trabalhadores devem cumprir com as suas obrigações de acordo com os princípios da instituição, podendo agir de forma contrária caso seja favorável ao museu, coleções ou público de algum modo. Devem também ter uma conduta ética e leal com os colegas, promover investigação, preservação e uso informação – exceto informação confidencial-, não suportando de modo algum qualquer atividade ilícita relativa às coleções, devendo sempre evitar qualquer conflito de interesses, sendo que os interesses da instituição prevalecem. O nome e ícone do ICOM não deve nunca ser utilizado indevidamente ou para qualquer atividade que seja para gerar lucro (ICOM, 2017, pp. 41 - 44).

### 3. CAPÍTULO – BERTILLONAGE

#### 3.1. Bibliografia de Alphonse Bertillon



Figura 2 - Fotografia de Alphonse Bertillon.  
Fonte: Gallica.fr.

Alphonse Bertillon - 1853 – 1914 – nasceu em Paris, numa família de cientistas – demógrafos, físicos, antropólogos, etc – começou a sua carreira como professor de francês e alemão em Inglaterra e na Escócia. Em 1879, começa a trabalhar na Polícia de Paris como expedicionário, o seu trabalho consistia em copiar e preencher as fichas de identificação e fotografias (notícia biográfica, 1914)<sup>14</sup>. Não satisfeito com o rigor do sistema, Bertillon desenvolveu um método mais eficaz e rigoroso, baseado numa série de medidas antropométricas, descrições de traços particulares individualizantes, e duas fotografias – mug shot.

Foi uma pessoa extremamente importante na história do conhecimento criminal na viragem no século XIX. Influenciado pela antropologia criminal, a sua primeira contribuição foi o desenvolvimento e implementação de um método de identificação na polícia da prefeitura da Paris – para o qual desenvolveu os próprios instrumentos. A partir de 1880, ele também promoveu uma marca específica de conhecimento policial, e fomentou a sua disseminação numa larga escala em França e no estrangeiro (Piazza, 2014)<sup>15</sup>.

O seu trabalho foi uma grande influência por todo o mundo, e Bertillon foi unanimemente considerado como um dos pais da antropologia criminal. Ao mesmo tempo, ele também fomentou novas formas de análise judicial, e desenvolveu técnicas nunca antes vistas ou conhecidas no campo da identificação. As suas considerações escritas contêm uma variedade de assuntos, desde

<sup>14</sup> Notícia completa disponível em <https://criminocorpus.org/en/library/page/79290/#page> [consultada pela última vez a 16/06/2019].

<sup>15</sup> Informação completa disponível em <https://criminocorpus.org/en/exhibitions/suspects-defendants-guilty/alphonse-bertillon-and-identification-persons-1880-1914/alphonse-bertillon-story-identifier/> [consultada pela última vez a 19/05/2019].

fotografias criminais até dactiloscopia<sup>16</sup>, através da gestão de ficheiros e análises de cenas de crime. Bertillon foi sucessivamente visto como o fundador da antropometria, o pai da mug shot e da dactiloscopia. Este sistema tornou possível distinguir dois indivíduos diferentes e ao mesmo tempo reconhecer um indivíduo que tentava dar falsas informações sobre si. Para além da implementação deste método de identificação, Bertillon define um modo de arquivação para uma maior organização e eficácia do sistema burocrático. Fundou em 1893, o sistema *Identidade Judicial*, e difundiu o seu sistema de preenchimento e organização das fichas por todo o país, conhecido como “sommiers judiciaires” (Piazza, 2014)<sup>17</sup>.

Em 1914 Bertillon morre mesmo antes do primeiro Congresso de Polícia Criminal, no Mónaco, que condecorou o seu *Cartão de Identificação de Paris* e onde foi considerado um repositório central internacional de registo criminal (Piazza, 2014)<sup>18</sup>.

### 3.2. Contextualização histórica da evolução da antropologia criminal

“(…) o desenvolvimento de uma variante mais naturalista de reflexões antropológicas é levado a cabo, primeiro nos contextos francês e italiano, sob o impulso da escola positivista de antropologia criminal iniciada (...) por Alphonse Bertillon (1853-1914) e Cesare Lombroso (1835 – 1909)” (Santos, 2005, p. 63).

Cesare Lombroso – médico e professor em Turim, viveu de 1836 a 1909 – é o inspirador da escola positivista da criminologia e do direito criminal, apesar de ter desenvolvido uma teoria controversa, já na sua época, abriu as portas para a investigação aplicada aos que se seguiram – nomeadamente Alphonse Bertillon (Rocha, 1985, p. 83). Apesar dos resultados de investigação e estatística impressionantes, o princípio elaborado por Lombroso e os seus filiados poderia ser

---

<sup>16</sup> Técnica de identificação que tem como base a análise dos padrões individuais das mãos. Bertillon utilizada toda a mão e não apenas a ponta mais externa de cada dedo.

<sup>17</sup> Informação completa disponível em <https://criminocorpus.org/en/exhibitions/suspects-defendants-guilty/alphonse-bertillon-and-identification-persons-1880-1914/alphonse-bertillon-story-identifier/> [consultada pela última vez a 19/05/2019].

<sup>18</sup> Informação completa disponível em <https://criminocorpus.org/en/exhibitions/suspects-defendants-guilty/alphonse-bertillon-and-identification-persons-1880-1914/alphonse-bertillon-story-identifier/> [consultada pela última vez a 19/05/2019].

aplicado de forma, mais ou menos, rigorosa em casos relativamente modestos, mas não poderia ser aplicada como regra fixa (Augusto, 1902, p. 1).

De per si só estas e outras theorias não podiam realizar o *desideratum* dos criminalistas e prisionistas, comquanto tenham aberto um largo horizonte ao direito criminal moderno e possuem em muitos casos determinar princípios que regulem as relações entre os ofendidos e os criminosos. (Augusto, 1902, p. 2)

Bertillon estudou todos os erros e inconvenientes dos métodos utilizados pela escola Lombrosiana e, sem o desprezar, procurou melhorá-los.

Definir precisamente a situação jurídica de um individuo, era um dos maiores problemas da criminologia e dos sistemas judiciais de todo o mundo, não sendo a Europa exceção, era um dos temas sobre o qual mais prendia a atenção dos criminologistas e dos “prisionistas”. É neste contexto que Bertillon cria e aperfeiçoa um sistema para reconhecer a identidade de qualquer suspeito de algum crime, de modo a apurar se este é reincidente ou não (Augusto, 1902, p.1). O sistema foi criado, em 1879, partindo da aplicação da antropometria, este trabalho é apresentado no Congresso Penitenciário Internacional de Roma – 1885. Este sistema foi aplicado de imediato, em Paris, no entanto apenas em 1888 é legislado em toda a França. O sistema não consistia somente em recolha de dados antropométricos, mas também na recolha de dados descritivos como *marcas particulares* e o *retrato falado* (Bertillon, 1983, pp. LXXIX – 1, in Rocha, 1985, p.83).

Quando, em 1885, Bertillon apresenta no congresso o seu sistema de identificação antropométrico é parabenizado pelos especialistas de criminologia e nas prisões, “Foi um benemerito da humanidade com a invenção do seu methodo, fácil de compreender e também de fácil aplicação.” (Augusto, 1902, pp. 5 – 6). Ao retirar todas as consequências e todas as conclusões aproveitáveis do princípio em que assentava o seu sistema, Bertillon descobre um método sem precedentes, de uma exatidão absolutamente matemática para a base do seu sistema (notícia bibliográfica, 1904)<sup>19</sup>. Este sistema é pensado e começa a ser formulado por Bertillon, em 1879, mas é só em 1882 que começa a aplicá-lo.

---

<sup>19</sup> Noticia completa disponível em <https://criminocorpus.org/en/library/page/79289/#page>, consultado pela ultima vez a [16/06/2019].

Em 1892, em Bruxelas, é votado no congresso de antropologia criminal, para que fosse adotado este método de classificação de antropometria não só “*para melhor se conhecer a identidade dos reincidentes, mas também para verificação exacta e rápida da identidade pessoal*”, sendo amplamente divulgada a infalibilidade e simplicidade deste método (Augusto, 1902, p.11).

À data de 1902 o sistema de Bertillon já é utilizado em quase todos os países mais ou menos desenvolvidos, na área da criminologia. É nesta altura que, já legislado, começa a ser implementado este sistema em Portugal. Já existiam por esta altura leis em Portugal sobre a reincidência nas prisões, deste modo, é considerada uma necessidade de primeira ordem a instalação de postos antropométricos para a aplicação do sistema de Bertillon, como um complemento valioso para uma melhor aplicação das leis. Apesar disto, nem todos os edifícios penais ou com instalações criminais tinham condições para instalar estes postos, em alguns casos careciam de recursos financeiros para as instalações - embora estas fossem modestas, e um posto fosse instalado pela modica quantia de 30000 reis (Augusto, 1902, pp. VII - VIII).

António Ferreira Augusto dizia ser um perigo continuar com a legislação existente até então em Portugal, defendia um sistema penal mais pesado e repressivo. Os factos do país iam demonstrando que existia um aumento dos crimes e da gravidade dos mesmos. A instalação de postos antropométricos, mais ou menos completos, por todo o país foi parte integrante da sua luta para a mudança legislativa e penal em Portugal.

É, em 1899, que a antropologia criminal é institucionalizada, há uma reorganização das ciências médico-legais e são instalados postos antropométricos em Lisboa, Porto e Coimbra onde se passa a praticar a Bertillonage<sup>20</sup> (Rocha, 1985, p. 84).

É também nesta data que surgem os primeiros artigos na lei portuguesa sobre a criação de postos, nomeadamente no artigo 12 da lei de 17 de agosto de 1899, e o artigo II e seguintes no decreto de lei de 16 de novembro de 1899, a partir desta data é reconhecida legalmente a existência de postos antropométricos. Apenas, em 1901, no artigo 77 e seguintes do decreto de 21 de setembro é consignada a criação dos postos antropométricos de Lisboa e Porto, bem como todos os outros locais em que seja possível instalar (Augusto, 1902, pp. 7 – 8).

Em Coimbra, enquanto se aguarda a instalação do posto antropométrico, Bernardino Machado, vai adquirindo aos poucos materiais para a seção de antropologia do Museu de História

---

<sup>20</sup> Termo frequentemente aplicado aquando à referência do sistema de Bertillon.

Natural, com instrumentos do sistema de Bertillon e com obras literárias específicas, como por exemplo: 1894 – Lombroso – *L’homme criminel...*; 1895 – Corre – *L’ethnographie ciminelle...*; 1901 – *Compasso de Bertillon e um dinamómetro de Colin*” (Rocha, 1985, p. 84).

No posto antropométrico de Coimbra, “A primeira identificação é datada de 6 de julho de 1903 (boletim nº 1) e a última foi feita a 29 de janeiro de 1907”. Enquanto esperava que a legislação oficializasse o posto antropométrico da Universidade de Coimbra, Tamagnini, prossegue com as diligências para que nele fossem feitas as identificações dos detidos. Continuavam assim as aquisições de instrumentos científicos e bibliografia adequada. Finalmente surge a oficialização do posto antropométrico e este fica em atividade até 1927. (Rocha, 1985, pp. 85 – 88).

Foi reconhecida a excelência deste método e a importância de ser aplicado em larga escala, com claros melhoramentos para as investigações judiciais, por ser um sistema de fácil compreensão e aplicação, mas principalmente por necessitar de instrumentos de baixo custo e manuseamento prático. Um sistema simples, engenhoso e de fecundos resultados (Augusto, 1902, p. 12).

### 3.3. Sistema de Bertillon explicado

Para a base teórica deste sistema Bertillon partiu do princípio que não há indivíduos exatamente semelhantes e que há diferenças ósseas notáveis e imutáveis, que embora algumas partes do corpo humano possam mudar de tamanho até aos vinte cinco anos – como é o caso do fémur – essas mudanças são tão pouco sensíveis que em nada podem refutar este princípio. Tomou como verdadeiro e indiscutível a permanência quase absoluta do esqueleto humano a partir dos vinte cinco anos, a diversidade extrema das dimensões que o esqueleto humano apresenta de um individuo para outro, e a facilidade e a precisão relativa com que certas zonas do esqueleto são suscetíveis de ser medidas (Augusto, 1902, p. 12). Para isto, Bertillon selecionou um conjunto de nove medidas antropométricas, aos quais eram anexadas fotografias – de face e de perfil – e uma descrição física escrita do indivíduo.

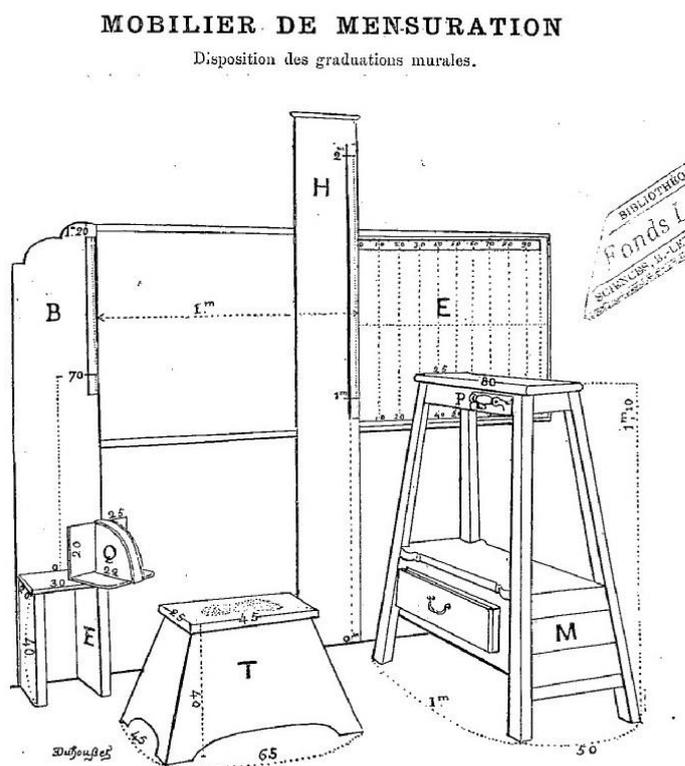
As fotografias assentavam nos mesmos princípios que as medidas, realizadas de forma rigorosa era possível reconhecer um indivíduo mesmo que alguns anos separassem as fotografias. No entanto as fotografias apresentavam um problema, não era possível controlar a expressão adotada pelo suspeito na altura em que este era fotografado, ou seja, sabendo qual era o fim para

o qual a fotografia seria utilizada este poderia mudar a sua expressão e não realizar o procedimento de boa vontade, muitas vezes encontrava-se até violentado e deformado. O que torna a fotografia um complemento deste sistema mais do que uma parte essencial (Augusto, 1902, pp. 2 – 3).

A descrição de sinais particulares servia, por sua vez, para anotar o máximo de características individualizantes, para além das medidas antropométricas, como a morfologia do rosto, cicatrizes, tatuagens, ferimentos, etc (Augusto, 1902, p. 19 – 20).

### 3.3.1. Medições antropométricas

Para a realização do sistema Bertillon desenvolveu instrumentos de fáceis manusear e que podiam ser adquiridos no mercado por preços relativamente acessíveis, alguns podiam até ser construídos no próprio país, desde que fossem seguidas as indicações certas. A escala<sup>21</sup> vertical, a



gradação em papel ou oleado<sup>22</sup>, os bancos e a mesa de apoio, eram os instrumentos que podiam ser construídos no nosso país, ou seja, os instrumentos de madeira podiam ser construídos no nosso país. Os compassos, por sua vez, teriam de ser comprados originais (Augusto, 1902, pp. 13 – 14).

H – Escala métrica de altura vertical para a medição da altura.

E – Gradação em papel ou oleado para a medição da largura dos braços.

B – Escala de meio metro para a medição do busto - altura do individuo sentado.

**Figura 3 - Ilustração do mobiliário para a realização das medições antropométricas. Fonte: gallica.fr.**

Q – Suporte móvel de projeção dupla para a medição da altura e do busto.

<sup>21</sup> Chamada de estalão por António Ferreira Augusto na sua obra “Posto Antropométricos”.

<sup>22</sup> Chamada de quadro em cruz.

E – Banco auxiliar utilizado na medição do busto.

T – Banco móvel para facilitar a medição do pé, dos diâmetros da cabeça e da orelha.

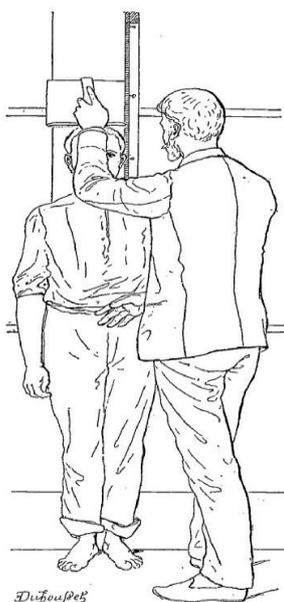
M – Mesa de apoio especialmente projetada para a medição do coudée<sup>23</sup> e fornecer um ponto de apoio ao sujeito durante a medição do pé.

A este material podemos somar os compassos:

- **Compasso de espessura** - Utilizado para medir a largura e o comprimento da cabeça.
- **Compasso pequeno de deslize** – Utilizado para medir a largura e comprimento da orelha direita.
- **Compasso grande de deslize** – Utilizado para medir o pé, o dedo médio e anelar, e o coudée.

Através da utilização destes instrumentos podemos obter as medidas da seguinte maneira:

**MENSURATION DE LA TAILLE**  
(hauteur de l'homme debout)



○ **Medir a altura**

Para medir a altura do homem em pé, deve inclinar-se o indivíduo contra a parede, com a coluna vertebral a cerca de 15 centímetros à esquerda do metro – e não contra o metro. Descer o suporte móvel, com o lado recortado para baixo e lê-se a indicação na graduação sem mover o sujeito (Bertillon, 1893, pp. 15 – 17).

Figura 4 - Ilustração de como medir a altura do indivíduo em pé. Fonte gallica.fr.

<sup>23</sup> Coudée é uma medida que era utilizada em França – já caiu em desuso – que representava a distancia entre o cotovelo e o dedo médio da mão.

- **Medir a abertura**

O sujeito, ainda encostado na parede, é convidado a estender os braços horizontalmente em cruz, curvando-se, se necessário, até o final do dedo médio direito tocar no grampo fixo. Com os ombros alinhados horizontalmente, o sujeito que está a tirar medidas, posiciona então os braços levemente contra a parede, lê a medida e assegura-se, antes de ditar o valor, que o final do dedo médio direito continua a toar no grampo, ou seja, o dedo no ponto de início da graduação (Bertillon, 1893, p. 17).

MENSURATION DE L'ENVERGURE

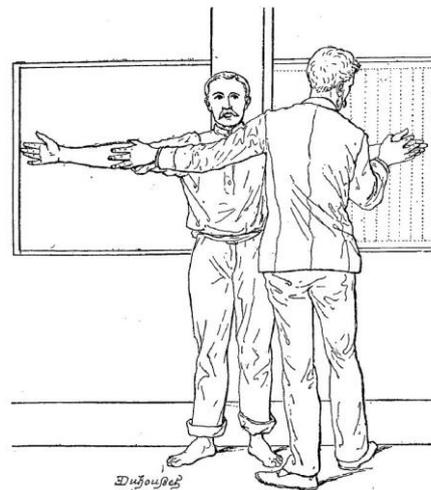


Figura 5 - Ilustração de como medir a abertura dos braços. Fonte: gallica.fr.

MENSURATION DU BUSTE

(hauteur de l'homme assis)



Figura 6 - Ilustração de como medir a altura do homem sentado. Fonte: gallica.fr.

- **Medir o busto**

Para medir a altura do homem sentado, faça o individuo sentar-se no banco, certifique-se de que está numa posição vertical e direita, coloque e posicione o suporte móvel como na medida da altura (Bertillon, 1893, p. 20).

○ **Medir o comprimento da cabeça**

**1º passo** – A ponta esquerda do compasso é colocada e mantida na “raiz” do nariz, o operador, com os olhos fixos na graduação, vai descendo a ponta direita na parte de trás e no centro da cabeça e vai vendo, a cada milímetro, o comprimento máximo provável.; **2º passo** – O operador retira o compasso da cabeça do sujeito e fixa a abertura do comprimento através do parafuso batente; **3º e último passo** – de verificação – O operador posiciona o compasso, uma vez fixado, na cabeça do sujeito e verifica a precisão do resultado encontrado. Verificando que a fricção do braço direito do compasso contra a cabeça é satisfatória (Bertillon, 1893, pp. 21 - 22).

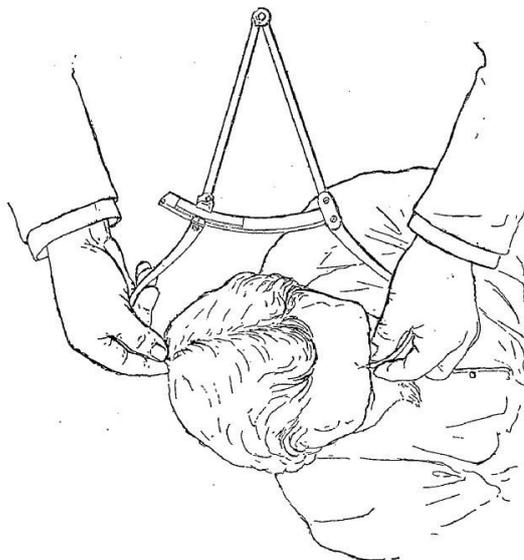


Figura 7 - Ilustração de como medir o comprimento da cabeça. Fonte: gallica.fr.

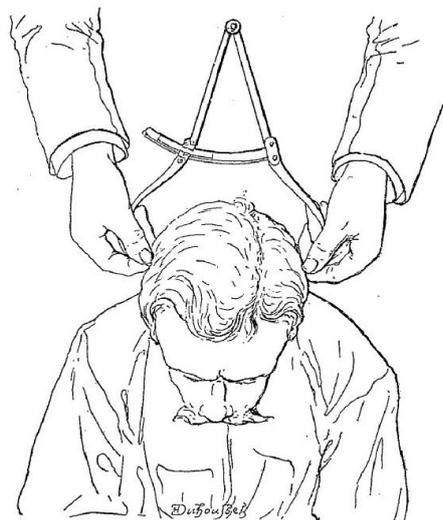


Figura 8 - Ilustração de como medir a largura da cabeça. Fonte: gallica.fr.

○ **Medir a largura da cabeça**

**1º passo** – O operador, com os olhos fixos na graduação, vê a cada milímetro, a provável largura máxima; **2º passo** – O operador retira o compasso da cabeça do individuo e fixa a abertura da medida da largura da cabeça através do parafuso batente; **3º e último passo** – de verificação – O operador posiciona o compasso, uma vez fixado, na cabeça do sujeito e verifica a precisão do resultado encontrado (Bertillon, 1893, pp. 22 - 23).

- **Medir o comprimento da orelha direita**

O operador toca o braço fixo e plano do instrumento contra a borda superior da orelha e imobiliza-o, pressionando o polegar esquerdo na extremidade superior da haste com força, os outros dedos permanecem como ponto de apoio no topo da cabeça. Numa posição paralela ao eixo da orelha, empurra o braço móvel para tocar com a extremidade inferior do lóbulo e assegura, antes de ler a medida indicada, que o pavillon<sup>24</sup> não é de modo algum comprimido (Bertillon, 1893, pp. 24 - 27).

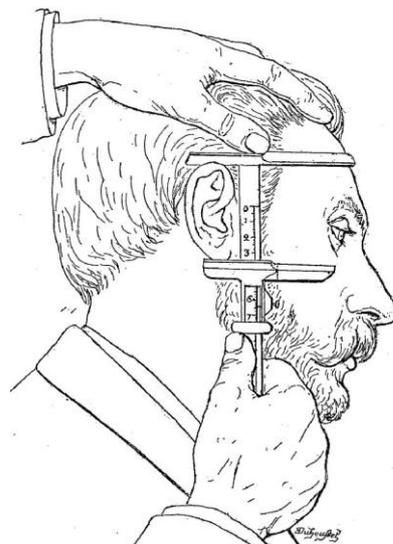


Figura 9 - Ilustração de como medir o comprimento da orelha direita. Fonte: gallica.fr.

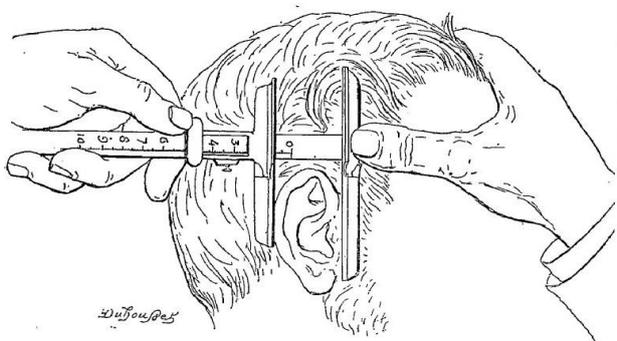


Figura 10 - Ilustração de como medir a largura da orelha direita. Fonte: gallica.fr.

- **Medir a largura da orelha direita**

O operador segura a haste do instrumento com a mão esquerda, coloca-o horizontalmente a cerca de meio centímetro da borda superior da orelha, de modo a que o braço fixo na parte estreita fique virado para baixo, contra o tragus<sup>25</sup>. Com a mão esquerda, afasta a haste graduada do crânio até que o braço móvel possa ser nivelado com a borda posterior (Bertillon, 1893, pp. 28 - 30).

<sup>24</sup> Parte inferior da orelha, constituída essencialmente por tecidos moles.

<sup>25</sup> Parte cartilaginosa que protege o orifício de entrada do ouvido.



Figura 11 - Ilustração de como medir o comprimento do pé esquerdo. Fonte: gallica.fr.

### ○ Medir o comprimento do pé esquerdo

O operador, depois de colocar o indivíduo na posição mostrada à esquerda, coloca o braço fixo do instrumento na parte detrás do calcanhar, assegurando que a haste graduada toca, se possível, na face interna do calcanhar e na articulação do dedo do pé. Então ele desce o ramo móvel, sem brusquidão, até ao contacto com o dedo grande do pé, assegurando que o braço móvel não tenha comprimido a ponta do dedo grande do pé. Por fim, reposicione o instrumento se necessário antes da leitura (Bertillon, 1893, pp. 31 - 33).

### ○ Medir o dedo médio da mão esquerda

**1º passo** – O operador, de frente para o indivíduo, coloca o dedo a ser medido na parte detrás do compasso; **2º passo** – Realizando um quarto de volta sobre si mesmo, o operador levanta fortemente o seu cotovelo esquerdo. Ele traz o dedo para medir numa direção perpendicular às costas da mão. Estando a mão do indivíduo colocada segundo o regulamentado, o operador faz descer o cursor e lê a medida indicada – a haste graduada está, idealmente, apoiada obliquamente no corpo do operador (Bertillon, 1893, p. 35).

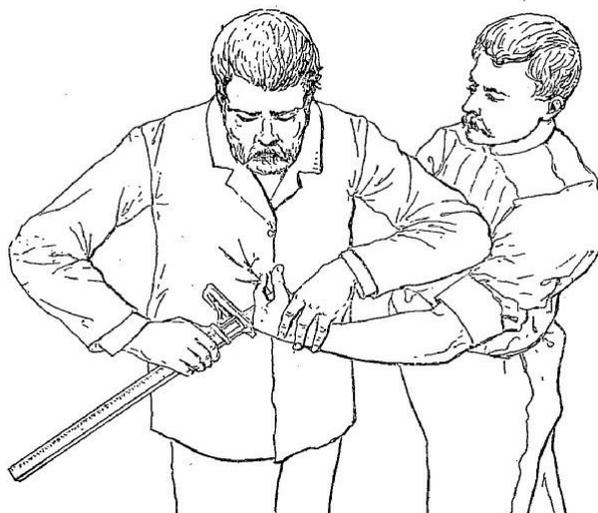


Figura 12 - Ilustração de como medir o comprimento do dedo médio esquerdo. Fonte: gallica.fr.

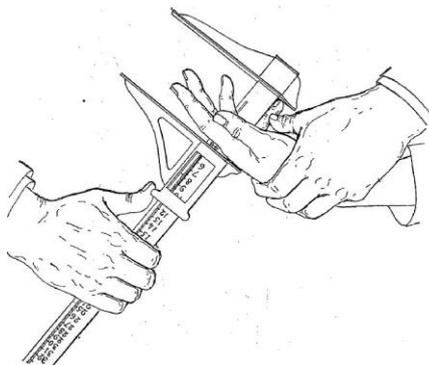


Figura 13 - Ilustração de como medir o comprimento do dedo anelar esquerdo. Fonte: gallica.fr.

- **Medir o dedo anelar da mão esquerda**  
O procedimento é igual ao descrito anteriormente (Bertillon, 1893, p. 36).

**MENSURATION  
DE LA COUDÉE GAUCHE (a)**

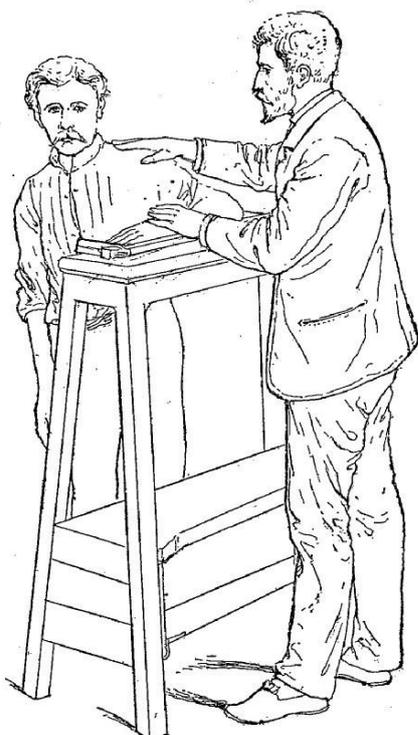


Figura 14 - Ilustração de como medir o coudée esquerdo. Fonte: gallica.fr.

- **Medir o coudée esquerdo**  
**1º passo** - O operador convida o sujeito a colocar o antebraço esquerdo no desenho traçado na mesa de apoio, ajusta o braço paralelamente à mesa. Depois, prendendo-o para evitar mais movimento, ele move o ombro do individuo para a frente até que o braço do individuo forme um angulo agudo com o antebraço; **2º passo** - O operador move o compasso para a esquerda até o que braço fixo encoste no final do cotovelo, ao mesmo tempo em que, com a mão esquerda, o operador empurra o braço móvel do compasso contra os dedos do individuo; **3º e último passo** - Com a sua mão direita, o operador achata a parte detrás da mão do individuo, enquanto com a esquerda ele puxa a extremidade do eixo do compasso para manter a adesão do braço fixo contra o cotovelo. Por fim, ele lê a medida da marca da graduação (Bertillon, 1893, pp. 38 - 39).

### 3.3.2. Fotografia métrica

O dispositivo automático da fotografia métrica foi estabelecido e combinado por Alphonse Bertillon, a fim de padronizar e regular a leitura dos retratos, de maneira tão absoluta, que é possível obter através do seu uso dois retratos idênticos do mesmo individuo em épocas diferentes.

Este modelo revela uma precisão e velocidade que seria absolutamente impossível de alcançar com os aparelhos do comércio comum. Para a realização da fotografia métrica uma oficina, especialmente organizada não é, de todo, indispensável (Bertillon & Chervin, 1909, p. 67).

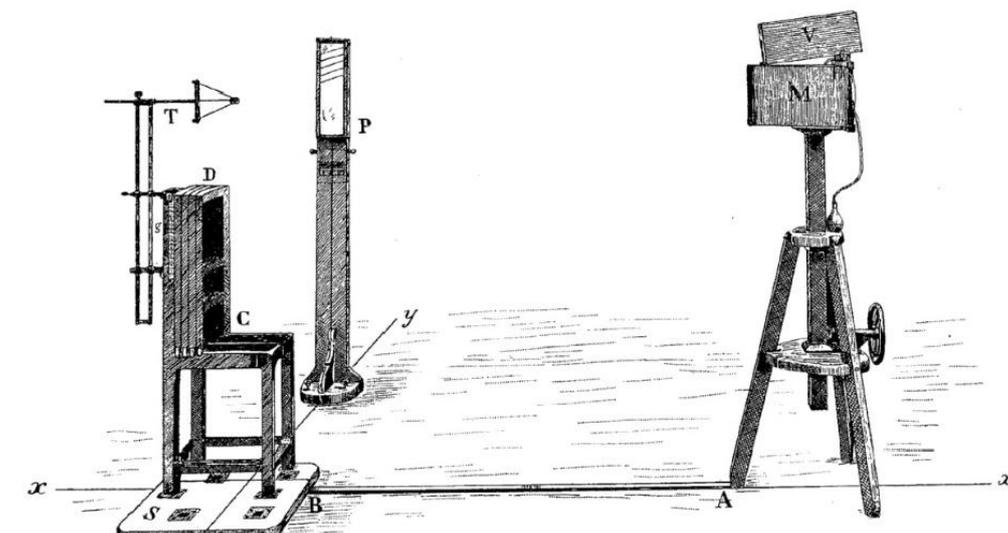


Figura 15 - Ilustração dos instrumentos necessários para realizar a fotografia de face e de perfil. Fonte: gallica.fr.

O dispositivo<sup>26</sup> compõe-se por:

- A **câmara fotográfica** propriamente dita (M), aparafusada a um tripé e enroscado em cima há um visor – um espelho – paralelepípedo (V).

Esta câmara, sem movimento de inclinação ântero-posterior, mantém o seu eixo ótico na direção horizontal. O foco é definido antecipadamente com a redução de um sétimo graças ao uso de um focómetro antropométrico especial, a nitidez máxima recai exatamente sobre o canto externo do olho (Bertillon & Chervin, 1909, p. 67).

- A **cadeira de postura** especial (C), com quatro costas móveis (D) e um apoio para a cabeça (T). O assento da cadeira tem uma saliência, que o atravessa, na direção do eixo ântero-posterior mediano para que os indivíduos se sentem obrigatoriamente no meio (Bertillon & Chervin, 1909, pp. 67 - 70).
- A **base** (S) que possui oito furos correspondentes aos quatro pés da cadeira, e permite uma mudança imediata da cadeira da posição para a realização da foto de face e perfil (Bertillon & Chervin, 1909, p. 70).

<sup>26</sup> Este equipamento, com todos os acessórios, pode ser transportado numa caixa sólida que dois homens consigam suportar, para as viagens.

- O **porte-mire** (P) que é equipado com um espelho vertical em que são traçadas linhas com uma inclinação de 15° (Bertillon & Chervin, 1909, p. 70).

As posições de perfil exato e face completa foram escolhidas por serem as únicas posições suscetíveis de uma definição fácil e rigorosa permitindo uma análise fisionómica completa. Mas, para isto é importante uniformizar a atitude, posição da cabeça<sup>27</sup> e expressão dos que estão a ser fotografados. Para este propósito na foto de perfil os indivíduos são convidados a olhar-se *olhos nos olhos*, ao olhar para o espelho colocado verticalmente no porte-mire e cujo plano é paralelo ao eixo ótico da câmara fotográfica. Nestas condições o individuo é intuitivamente levado a enfrentar o espelho e, conseqüentemente, apresentar à objetiva o seu perfil absoluto. O mesmo resultado é obtido para a pose de face por meio de um pequeno espelho colocado logo acima da objetiva. Em certa medida, a uniformidade da atitude do sujeito e até mesmo a expressão fisionómica também são asseguradas pela atenção que ele naturalmente atribui ao olhar para a sua própria imagem refletida no espelho. (Bertillon & Chervin, 1909, pp. 70 - 71).

Do ponto de vista ótico, é necessário concentrar-se em reproduzir, tanto quanto possível o contorno da figura do individuo e ao mesmo tempo os detalhes mais minuciosos da sua estrutura, o que requer, uma nitidez levada ao extremo em todos os planos. Nas poses de perfil e de face a distância da objetiva (centro ótico) ao individuo é fixado a dois metros<sup>28</sup> e a redução da fotografia dos retratos é fixada a um sétimo do tamanho real (Bertillon & Chervin, 1909, pp. 74 – 75).

Todos os operadores sabem como é difícil obter uma redução determinada e ao mesmo tempo com um foco perfeito para diferentes indivíduos. O uso da cadeira com costas móveis e rotação de 90° em torno de si mesma, permite essa focalização, mantendo a redução exata em relação ao ponto de foco. Tanto na fotografia de face como de perfil, sem tentativa-erro (Bertillon & Chervin, 1909, p. 77).

Para isto na posição de perfil – ajuste de cada individuo e ponto de focagem – é necessário um movimento duplo, em altura e largura. O movimento em altura é dado pela câmara fotográfica, que permite elevar e baixar sem alterar a direção. Quanto ao movimento transversal, ele é obtido

---

<sup>27</sup> Para precisão e facilidade de comparações ou classificações subseqüentes, tornar constante a inclinação das cabeças dos sujeitos, tanto para pose de perfil como de face é essencial. Esta é estabelecida a 15° de inclinação para que todos se possam adaptar sem esforço (Bertillon, Chervin, 1909, p. 71).

<sup>28</sup> Dois metros parecem o espaço máximo necessário compatível com o espaço que um estúdio de fotografia comum possui e a instalação do aparelho não exigirá mais de três metros de comprimento e um metro e meio de largura (Bertillon, Chervin, 1909, p. 75).

pelo reajuste das costas móveis da cadeira – adicionar ou retirar as costas que têm dois centímetros de espessura. Em resumo, a objetiva sobe e desce para alcançar o nível do olho do sujeito e este, por sua vez, é movido lateralmente para ajustar exatamente o ângulo externo do seu olho no eixo de focagem<sup>29</sup> (Bertillon & Chervin, 1909, pp. 78 - 80).

Para realizar a fotografia de face basta girar a cadeira colocando-a nos orifícios da base correspondente a essa pose. Graças a esses orifícios, esse movimento simples leva o sujeito à posição regulamentada de face completa sem qualquer ajuste adicional – na câmara ou no indivíduo para obter a focagem e redução certas. Este resultado – rotação de 90°, preservação da distância do ponto de focagem (o olho) e a centralização do indivíduo – resulta da posição ideal da base na qual a cadeira gira (Bertillon & Chervin, 1909, pp. 82 -83).

O aparelho do qual acabei de explicar o funcionamento pode ser usado para fotografia métrica de indivíduos em pé, na escala de redução de um vigésimo. A distância do ponto de focagem tem de ser de cinco metros para a redução fique certa. As regras teóricas gerais são as mesmas que para a fotografia métrica sentada. Vamos ter a vista frontal, a lateral e a posterior. A melhor posição do sujeito e da câmara a ser adotada, quando o estado do solo e a disponibilidade do indivíduo permitirem, é aquela representada pela fig. 36 – ver no anexo I (Bertillon & Chervin, 1909, pp. 98 – 99).

### 3.3.3. Sinais particulares

O Decreto de 21 de Setembro de 1901 recommenda também que se transcrevam nas *fichas* ou *boletins* quaisquer signaes particulares do preso, taes como desenhos, cicatrizes, etc.

E' assim conveniente para a melhor identificação do mensurado que se descrevam, quase seja possível, os caracteres morfológicos do rosto, do nariz, da orelha direita, a côr de pelle, da barba, do cabelo, as dimensões e inclinação dos hombros, a *tatuage*, signaes e caracteres do corpo, dividindo-o para esse fim em seis regiões: braço esquerdo, rosto e cabeça, peito, costas e pernas. (Augusto, 1902, p. 19).

---

<sup>29</sup> Mais informações sobre este procedimento mecânico e a instalação do posto fixo no anexo II.

Todas as cicatrizes devem ser descritas, fazendo referência à sua extensão, à zona do corpo e à proveniência das mesmas – queimaduras, ferimentos, etc. As deformidades como rugas, sulcos, sinais, cabelo, barba, ou a maneira de andar, grau de instrução, gesticulação, tudo o que for conveniente para uma boa individualização deve ser mencionado nas fichas. Para além disto, nas fichas deve também ser indicado o nome do indivíduo, alcunha, naturalidade, idade, nascimento e morada – eram estas as indicações exigidas nas cadeias. Nas cadeias de Paris, era ainda exigida a dactiloscopia, ou seja, uma impressão “digital” da mão inteira (Augusto, 1902, pp. 19 – 22)

### 3.4. Posto Antropométrico da Universidade de Coimbra<sup>30</sup>

No decreto de 12 de maio de 1911, que estabelece o plano de estudos nas Faculdades de Ciências, o legislador anuindo ao que muito judiciosamente lhe foi solicitado com uma lacuna a preencher, (...) no artº 46 “Nos laboratórios antropológicos haverá um Posto Antropométrico, especialmente destinado à aquisição de dados estatísticos sobre antropologia criminal.” (Rocha, 1985, pp. 88 – 89).

Torna-se assim oficial uma aspiração do Instituto de Antropologia de Coimbra, a criação do Posto Antropométrico, instalado e apto a funcionar segundo os modernos ensinamentos da Antropologia Criminal.

Contudo, só em dezembro desse mesmo ano é assegurada a sua existência, estabelecendo-lhe a frequência, num novo decreto de lei. Essa omissão foi reparada pelo decreto nº 280 de dezembro de 1911, publicado em Diário da República (Rocha, 1985, p. 89).

“Sob proposta dos Ministros do Interior e da Justiça e para os fins determinados no artº 16º do decreto com força de lei de 12 de Maio de 1911, aquisição de dados estatísticos sobre Antropologia Criminal: Hei por bem decretar que todos os detidos nas prisões, esquadras e cadeias da cidade de Coimbra, passem pelo laboratório do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra, a fim de serem mensurados e arquivadas as respectivas fixas.

---

<sup>30</sup> O regulamento completo do Posto Antropométrico da Universidade de Coimbra e as notas suplementares no anexo III.

(...) Paços do Governo da República, em 9 de Dezembro de 1911. – Manuel de Arriaga – Silvestre Falcão – António Macieira.” (Rocha, 1985, p. 89).

A partir deste momento, o instituto de antropologia passa a trabalhar no auxílio da polícia de Coimbra<sup>31</sup>, cobrando 20 centavos por cada pessoa identificada, o suficiente para indemnizar do gasto feito com o material fotográfico (Rocha, 1985, p. 89). Para além deste serviço, o diretor do museu entendeu que o posto antropométrico poderia estender os seus serviços à população civil, facultando a obtenção da Carteira de Identidade<sup>32</sup>, que até à data não era possível obter em Coimbra, e na realização deste serviço era utilizado o material de Bertillon, tanto o antropométrico como o fotográfico.

No ano letivo de 1911/1912, Tamagnini, cria um curso livre de antropologia criminal, destinado a difundir os conhecimentos sobre os modernos processos científicos de investigação e identificação criminais. A partir desta data o posto acaba por ter uma redução da sua atividade, limitando-se a identificação de pessoas que pretendem obter carteira de identidade (Rocha, 1985, p. 93).

### 3.5. Ensino da Antropologia em Coimbra

Antes da existência individualizada da cadeira de Antropologia já se verificava o ensino desta área, subjacente no ensino da cadeira de História Natural. No entanto, verificava-se uma preocupação da necessidade emergente da criação da cadeira de Antropologia para acompanhar o progresso da ciência europeia. “O Gabinete de Antropologia e Archeologia pré-histórica é pobríssimo no Museu desta Universidade. A razão deste atrazo está em que não temos cadeira especial de história natural do homem. Nem isso é para estranhar porque é a sciência mais moderna que se conhece” (Villa-Maior, 1877 in Areia, Rocha, & Miranda, 1991, p. 89).

Sob proposta de Bernardino Machado cada secção do Museu de História Natural tinha o seu diretor, sendo este o responsável pelo ensino da disciplina correspondente ao museu. “Hoje, pois, não há professor de história natural, mas professores, a cada um dos quaes cumpre cuidar da

<sup>31</sup> Ficha preenchida no posto antropométrico de Coimbra no anexo IV.

<sup>32</sup> Imagem da Carteira de Identidade no anexo IV.

secção respectiva do museu, e deveria pertencer a direcção d'elle para que à responsabilidade correspondesse a auctoridade..." (Areia, et al. 1991, p. 90).

Os professores responsáveis pelo ensino da cadeira de Antropologia e diretores do Museu e Laboratório Antropológico foram: Bernardino Machado – 1885 até 1907; Eusébio Tamagnini – 1907 até 1950; José Antunes Serra - 1950 até 1952; Alberto Xavier da Cunha – 1952 até 1963; José de Barros Neves – 1963 até 1974; Susana A. Santos e Ferrand de Almeida – 1974 até 1985. No entanto, apenas irei aprofundar as épocas que estiveram mais intimamente ligadas à Antropologia Criminal – de Bernardino Machado e Eusébio Tamagnini – fazendo um breve apanhado dos restantes.

- Bernardino Machado – 1885 – 1907

O influente académico, político, pedagogo e membro da franco-maçonaria portuguesa Bernardino Machado (1851-1944) é uma figura determinante, não tanto no empreendimento (...) do trabalho cientificamente renovador por detrás do processo de desenvolvimento e de autonomização científica de uma antropologia da população portuguesa e de inclinação naturalista e com bases museológicas, mas no empreendimento do importante trabalho de institucionalização dessa mesma antropologia no espaço da Faculdade de Filosofia Natural da Universidade de Coimbra (...) (Santos, 2005, p. 99).

Em Coimbra, o ensino de antropologia começa em 1885, com a cadeira de *Anthropologia, Paleontologia Humana e Archeologia Préhistórica*, devido aos esforços de Bernardino Machado. O ensino surge sempre muito ligado ao Museu de História Natural, que acaba por evoluir no sentido de criar no museu uma secção didáctica para apoiar o ensino de antropologia – no ano letivo de 1886/1887 já existe a secção. Bernardino Machado defendia que a universidade mais do que administrar conhecimento devia ensinar a trabalhar, por isto, valorizou os trabalhos práticos dos alunos realizados entre 1884/1885 e 1904 – sendo publicados em 1904 *Aula de Anthropologia da Universidade de Coimbra – Trabalhos de alunos* –, os trabalhos visavam não apenas a osteometria, mas também a etnografia, sociologia, antropometria e ecologia humana. Este modelo de trabalhos práticos acaba por servir de modelo a toda a faculdade, dando origem a um regulamento de trabalhos práticos. (Areia & Rocha, 1985, pp. 13 -17).

Machado impulsionava a antropologia além das fronteiras da sala de aula e da universidade, “Congregando alguns entusiastas da investigação antropológica, funda a “Sociedade de

Antropologia”, com sede em Coimbra e com o fim de “desenvolver estudos antropológicos em Portugal” (Art. 2º dos estatutos in Areia & Rocha, 1985, p. 16).

Bernardino Machado - começa a sua vida na política em 1882 com a sua adesão ao Partido Regenerador - acaba por privilegiar, na sua vida profissional, a esfera política sobretudo depois da implementação da república, em 1910.

- o Eusébio Tamagnini – 1907 – 1950

(...) a longa carreira largamente em regime de monopólio de Eusébio Tamagnini (1880 – 1972) enquanto principal dirigente da escola de antropologia de Coimbra na primeira metade do século XX – ajustando-se constantemente às transformações nas expectativas inscritas tanto na história do campo científico da antropologia e do ensino universitário em Portugal como na história do campo político e social nacional que foi marcado, acima de tudo pela implantação revolucionária de uma I República (1910 -1926) extraordinariamente instável e intervencionista e, depois, pela implementação por golpe militar de uma II República (1926 – 1974) (...) (Santos, 2005, p. 122).

Na sequência da resignação de Bernardino Machado, Tamagnini torna-se, em 1907, o titular da cadeira de Antropologia e da secção *Anthropologia e Arqueologia Préhistorica*. Com a mudança de diretor verificam-se também mudanças no ensino, em primeiro a *Antropologia zoológica*, que pode ser considerada uma introdução à primatologia, em segundo surge a *Antropologia Etnológica*, voltada para as raças humanas. Uma terceira medida a assinalar é o Curso Livre de Antropologia Criminal – este curso beneficia bastante do posto antropométrico instalado na Universidade e evolui para um curso essencialmente ao serviço da criminologia, com uma parte teórica de lições magistrais e uma parte prática que consiste na prática laboratorial (Areia & Rocha, 1985, pp. 18 - 19).

A primeira fase, do ensino e da secção do museu, sob orientação de Tamagnini, foi marcada pela expansão. Há a criação de um *Regulamento Interno do Instituto de Antropologia* para facilitar a organização interna e as atividades. O Instituto colaborou também na fundação do *Institut International d’Anthropologie* de Paris, em 1920, “que teve um papel essencial na preparação do VX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica que viria a realizar-se em Portugal”, em 1930 (Areia & Rocha, 1985, pp. 19 – 20).

- José Antunes Serra – 1950 – 1952

José Antunes Serra foi professor e diretor do Museu Antropológico durante um curto período de tempo o que não permitiu que mostrasse todas as suas potencialidades. Desenvolveu uma linha de investigação na área da melanogénese, elaborou também trabalhos de genética e osteometria (Areia & Rocha, 1985, p. 22).

- Alberto Xavier da Cunha – 1952 – 1963

Neste período a maior diferença é a aproximação do Museu às coleções ultramarinas, é institucionalizada uma colaboração do Museu e Laboratório Antropológico com a Junta de Investigações do Ultramar e há ainda a criação, em 1953, da secção de Antropologia e Etnologia no Agrupamento Científico de Estudos Ultramarinos. Em relação ao ensino a cadeira de Antropologia mantém as linhas que seguia nos anos letivos anteriores (Areia & Rocha, 1985, pp. 22 - 23).

- José de Barros Neves – 1963 – 1974

Este período é o primeiro em que o diretor do museu é um professor de outra área, nomeadamente da botânica, tentou, no entanto, dar seguimento aos planos dos antecessores tanto na área da Antropologia Física como da Antropologia Cultural. Deve-se ainda a Barros Neves a criação do *Museu Didáctico* de Antropologia cultural, onde objetos etnográficos foram expostos, segundo as correntes evolucionistas da época. O ensino esteve, por sua vez, a ser assegurado pela assistente da cadeira Dr<sup>a</sup> Susana Almeida até 1965, quando passa a estar a cargo do Prof, Dr<sup>o</sup> Ferrand de Almeida até 1972, quando se contrata um assistente (Areia & Rocha, 1985, pp. 23 - 25).

- Susana A. Santos e Ferrand de Almeida – 1974 – 1985

Ambos, anteriormente docentes da cadeira de antropologia, presidiram respetivamente o conselho diretivo do museu, tendo voltado, em 1981, a presidência para um professor de antropologia. As linhas de investigação mantiveram-se na osteometria, mas criou-se ainda uma linha de investigação de biodemografia e uma outra linha de investigação relativa à menarca e menopausa, a isto juntam-se investigações sobre coleções africanas ligadas ao Centro de Estudos Africanos (Areia & Rocha, 1985, p. 26).

#### 4. CAPÍTULO – Metodologia e organização do estágio

Um estágio curricular oferece-nos experiência laboral em contacto com o trabalho diário do museu, que pode ser um fator importante no mercado de trabalho. Como já referi anteriormente – no segundo capítulo, contextualização histórica da museologia em Portugal –, desde 1960 que se verificou uma revolução museológica, tanto no número de museus como no modo como estes operam. O número de museus cresceu de facto, mas a verdadeira mudança no panorama museológico é verificada no modo como o museu olha para a sua importância na comunidade em que se insere e no modo como interagem. Com a nova museologia, o museu deixa de ser tanto um museu conservador virado para os objetos e passa a ser um museu virado para o público, para a educação, integração, comunicação – não para o acervo que tem, mas o que consegue fazer com o que tem.

Com estas mudanças foi necessária também uma especialização dos trabalhadores do museu, é neste contexto que surge a necessidade<sup>33</sup> de um curso especializado em Museologia na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra<sup>34</sup>, que tinha como objetivo preparar os seus alunos para trabalhar em qualquer tipo de museu – desde museus de arte a museus de ciência e da técnica. Relativamente à formação podemos dizer que “(...) da formação de museólogo, recorda Ignacio Diaz Balerdi: «teoria e prática não se podem dissociar. E, muito menos, no museu.»” (Balerdi, 1996 in Mendes, 2013, p. 97).

O meu estágio – que veio de forma prática complementar a minha formação académica teórica adquirida durante o primeiro ano do Mestrado em Património Cultural e Museologia - foi realizado nas reservas de Antropologia do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra, sob orientação da conservadora Carla Coimbra Alves. Teve como proposta inicial o estudo, investigação e inventariação da coleção de Antropologia Física – instrumentos provenientes do ensino da cadeira de antropologia. Estes instrumentos encontravam-se nas reservas de Antropologia do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra – localizadas no primeiro piso do Colégio de São Bento -, alguns dos objetos não estavam devidamente acondicionados em

---

<sup>33</sup> Apesar de ser visto como uma prioridade só no final do séc. XX é que a proposta de um curso de Museologia é realmente pensada. É então solicitado um parecer ao Conselho Científico da FLUC sobre a proposta de criação de um curso de Museologia (Mendes, 2013, p. 101).

<sup>34</sup> “O mencionado Curso de Mestrado foi aprovado por deliberação do Senado da Universidade de Coimbra de 23 de Abril de 1998 e criado em Julho do mesmo ano, tendo-se iniciado no ano lectivo de 1998-99.” (Desp. N° 11 968/98, Diário da República, Desp. N° 14 571/98, Diário da República, n° 190 in Mendes, 2013, p. 103).

prateleiras – alguns instrumentos são de grandes dimensões – outros encontravam-se em armários. Alguns objetos – poucos – apresentavam uma pequena etiqueta indicativa da realização de um inventário anterior, mas na sua maioria os objetos não apresentavam qualquer informação. Durante o estágio consegui conversar com a Dr<sup>a</sup> Maria Augusta, antiga trabalhadora do Museu e Laboratório Antropológico, que tinha realizado o inventário anterior em papel – mais uma forma de levantamento de alguns objetos com nome e algumas informações adicionais. Infelizmente, apesar da sua disponibilidade para ajudar e de ter procurado nos seus arquivos antigos fui informada pela Dr<sup>a</sup> Maria Augusta que o inventário em papel estaria perdido.

Para realizar então um inventário de raiz comecei por colocar um número de inventário provisório em todos os objetos e também os fotografei, segundo as linhas de orientação da conservadora. De modo a que houvesse um registo provisório de todos os instrumentos, associei a fotografia ao nº que coloquei, enquanto se procedia a uma investigação para realizar uma ficha de inventário completa. Posteriormente comecei a fazer uma pesquisa sobre os instrumentos, entre catálogos, inscrições nos próprios instrumentos, bibliografia e registos de arquivos separei os instrumentos existentes por grupos, nomeadamente instrumentos fabricados na casa Mathieu – Paris -, instrumentos desenvolvidos por Paul Broca, etc. Depois desta pesquisa consegui aperceber-me de que tinha cometido alguns erros e que alguns números de inventário que tinha colocado como se fossem instrumentos individuais eram apenas peças de outros instrumentos presentes na coleção, o que me levou a ter de reorganizar todos os números de inventário e repetir o processo de registo.

Durante este processo conseguimos perceber que a coleção de instrumentos de Antropologia Física era demasiado grande para que eu pudesse tratá-la toda durante o meu tempo de estágio curricular, seria um processo longo que levaria muito tempo. Decidi por isso escolher um grupo de instrumentos relacionados entre si dentro desta coleção, os instrumentos utilizados no Posto Antropométrico da Universidade de Coimbra para se proceder à Bertillonage. Quando restringi a este grupo tinha conhecimento de que existiam alguns instrumentos, sem saber quais exatamente, apenas a câmara fotográfica apresentava uma inscrição clara de Alphonse Bertillon. O meu trabalho durante o estágio implicou uma longa investigação, uma pesquisa bibliográfica e de arquivo.

Património Imaterial, em particular na esfera de actuação dos museus, sublinha, afinal, a necessidade do entendimento da actividade de inventário como processo de produção de conhecimento, e, como tal, a necessidade da sua concepção como acto de estudo e investigação. Devendo a produção de conhecimento sobre um determinado objecto constituir o plano de leitura primacial da actividade do inventário, tal acto é, contudo, frequentemente desvalorizado face ao acto administrativo (a atribuição de um número de inventário individualizado ao bem, e o seu correspondente registo do bem no livro de tombo ou num software de inventário) e ao acto físico (a marcação indelével daquele mesmo número no próprio bem) com os quais o inventário é geralmente mais identificado ou circunscrito, e aos quais os museus frequentemente dedicam excessivo tempo e energia, quantas vezes concentrando-se na reformulação de sistemas de numeração e correspondente marcação previamente existentes. (Costa & Costa, 2010, pp. 58 – 59).

Apesar de já conhecer de forma muito superficial quem era Alphonse Bertillon, não sabia identificar os instrumentos utilizados no seu sistema, então a partir da câmara fotográfica, comecei a minha investigação. Durante esse trabalho de investigação li muitas informações que não foram necessárias, no entanto, os livros *Instructions Signalétiques*, *Anthropologie métrique* e *Postos Anthropométricos* foram essenciais, bem como alguns artigos de *Bulletins et Mémoires de la Société d'Anthropologie de Paris* e muita bibliografia adicional. Neste processo a minha maior dificuldade foi a bibliografia em Francês, uma língua que não domino, os livros e artigos eram extensos e por isso representou um grande obstáculo no avanço da minha investigação porque a tradução era muito demorada. Esta parte do processo prolongou-se por várias semanas.

Depois da ter realizado esta primeira parte da investigação consegui identificar todos os objetos que se encontravam na sala da reserva e pertenciam ao grupo que selecionei da coleção. Apesar desta fase estar concluída, ainda tinha a informação em bruto, foi necessário trabalhá-la para avançar na pesquisa. Nesta altura tratei a informação recolhendo o que era mais importante e fazendo uma seleção. Depois deste processo voltei a fotografar os objetos, desta vez com mais atenção aos detalhes e pormenores que deviam ficar registados.

Para me adiantar a alguns atrasos de cariz burocrático decidi começar a enviar emails a instituições museológicas que pudessem ter algum tipo de instrumentos iguais ou similares, para que me fornecessem a informação sobre os mesmos, comparando assim à coleção presente no MCUC. Este tornou-se um processo longo e repetitivo, tive de enviar várias vezes email a algumas instituições para obter resposta e, mesmo assim, em alguns casos a resposta foi inexistente.

Seguiu-se de novo investigação, mas desta vez nos arquivos da Universidade de Coimbra, analisei todos os registos de compras do Museu e Laboratório Antropológico até á data em que a antropologia criminal deixou de ser utilizada em Coimbra em 1927 – data das últimas utilizações do Posto.

De seguida comecei a ler as normas de inventário feitas pela empresa Sistemas do Futuro especificamente para o Museu da Ciência da Universidade de Coimbra – programa In arte-, para proceder à construção da ficha de inventário da forma mais correta e informada possível. Segundo a Direção Geral do Património a construção de um inventário deve seguir os seguintes passos:

Assim, como qualquer projecto ou processo técnico, o inventário deve ser conduzido de acordo com procedimentos indispensáveis ao controle da qualidade dos seus resultados, sendo de destacar os seguintes: a) Definição do Projecto (identificando, em particular, as prioridades no âmbito da colecção a inventariar); b) Identificação dos recursos humanos e materiais a utilizar (equipamento informático, software de inventário, meios de registo de imagem, etc.); c) Planeamento e sistematização de tarefas específicas, na óptica simultânea de uniformização e de optimização de procedimentos; d) Definição dos recursos documentais e metodologias a utilizar (normativos e boas práticas, thesauri, bibliografia e fontes específicas sobre a colecção, etc.); e) Formação específica dos recursos humanos envolvidos para os processos a desenvolver; f) Supervisionamento dos recursos humanos envolvidos (sendo de destacar a necessidade de uma figura de coordenação técnica do trabalho de inventário, com formação e conhecimentos adequados ao conteúdo específico de cada colecção, mas igualmente com competências técnicas no âmbito dos processos de inventário); g) Avaliação, intercalar(es) e final dos processos de trabalho, recursos humanos envolvidos e resultados obtidos. (Costa & Costa, 2010, pp. 60 – 61).

No processo da construção da ficha de inventário encontrei um problema, não existia no sistema da In arte nenhuma categoria onde estes instrumentos se encaixassem, isto porque as colecções inventariadas anteriormente eram de cariz etnográfico e as categorias existentes tinham sido criadas para essa realidade. Assim surgiu a necessidade de adicionar uma nova categoria intitulada de *Instrumentos científicos*, que para já tem quatro subcategorias – Antropometria; Fotografia; Forense; Osteometria -, a estas subcategorias podem ser acrescentadas mais assim que a restante colecção for estudada e surgir a necessidade.

Durante este processo do estágio curricular foi-me dada a possibilidade de fazer algumas tarefas extra, sempre supervisionadas, para tornar o meu percurso académico e habilitações de trabalho práticas tão enriquecedoras quanto possível. Dentro destas atividades acompanhei o processo de empréstimo de objetos a outras instituições – o que implicou a leitura de contractos e protocolos entre instituições -, realizei condition reports de alguns objetos, acompanhei visitas às reservas, etc.

## 5. CAPÍTULO - A COLEÇÃO DE BERTILLON NO MCUC

### 5.1. Processo de musealização

O museu moderno não é só responsável pela preservação do património cultural, a responsabilidade dos administradores e dos conservadores vai mais além. Estes têm o poder de decidir que objetos são conservados, para isto devem ter em consideração qual a importância dos objetos para o acervo do museu e qual o significado que podem ter para as gerações seguintes. Todos os objetos indispensáveis para a compreensão do nosso passado ou que sejam necessários para a compreensão do presente no futuro devem ser salvaguardados, ser responsável por esta seleção exige responsabilidade, coragem e visão (Venegas, 1894b, p.11).

A este processo de escolha de objetos, que devem ou não ser integrados nos acervos do museu e conservados para a posterioridade, damos o nome de processo de musealização. Segundo Mensch (1984b, p. 29) este processo pode ser definido como "the very act of the assessment of values adds a new value to the object: the value of being chosen". Mensch (1984b, p. 29) afirma também que a museologia – durante este processo – deve olhar a essência do objeto à luz de uma contextualização e do seu significado original. Neste sentido, podemos dizer que os objetos museológicos e as coleções documentam a sua própria história e do seu contexto. No caso desta coleção os objetos documentam também a história da ciência, mais concretamente da antropologia criminal, do contexto de desenvolvimento destes instrumentos em Paris e da sua utilização em Portugal.

Cada objeto por si só ou em relação com outros tem um determinado valor. É devido a este valor, que lhes é atribuído, que as sociedades pensam ser útil preservar, copiar e documentar objetos - o próprio ato de recolha de objetos é por si só uma maneira de documentar. A cultura material tem aqui um papel importante, é produzida pela sociedade e é o seu próprio espelho<sup>35</sup>, ao mesmo tempo, acaba por moldar a sociedade em si. A cultura material que escolhemos guardar é uma forma de preservar património cultural e gerar conhecimento sobre a própria sociedade (Mensch, 1984a, p. 19). O objeto pode ser interpretado como um texto para uma prática, como

---

<sup>35</sup> O museu espelha a sociedade, ou seja, o panorama sociopolítico dos países vai ser refletido nos museus e na sua política de recolha e incorporação (Sola, 1984, p. 63). É historicamente sabido que há uma dependência forte entre os museus e as políticas e ideologias – muito evidente, tal como expliquei no segundo capítulo, durante o regime do Estado Novo em Portugal.

uma forma de discurso ou de escrita, uma forma de expressão objetificada que contém informação sobre um contexto social específico. Apesar da cultura material ser produzida por indivíduos resulta sempre de uma produção social, ou seja, não é fruto da visão de um único indivíduo, é pelo contrário resultado de relações sociais que resultam em significado, conhecimento e ação (Tilley, 1994, p. 70).

Para efetuar um bom processo de seleção – conservar e manter para gerações futuras - e musealização de objetos é necessário conhecimento daquilo que se vai tratar, isto porque o museu não pode incorporar no seu acervo todos os objetos que lhe chegam. Tem de existir uma seleção primária que tem de seguir princípios que correspondam à missão e objetivos do museu, esta operação de selecionar é uma das principais para o funcionamento do museu. Não se pode simplesmente aceitar e recolher todos os objetos, é uma operação científica que tem de ser tomada com base em princípios definidos pela instituição. Quase todos os objetos podem ser considerados adequados para se integrarem como objetos museológicos tendo em conta a diversidade de coleções e museus existentes, por isto a autenticidade torna-se um fator importante para decidir o que preservar ou não. A abundância de produção de “coisas” leva à existência de um ilimitado número de objetos que podem ser musealizados, no entanto, é impossível tornar todo este conjunto de objetos produzidos – ou até parte deles – em objetos museológicos. (Ennenbach, 1984, p. 48).

A incorporação de objetos por si só está, por isto, sempre relacionada com a definição dos objetivos e da natureza da instituição, mas principalmente relaciona-se com os objetos que já fazem parte do acervo, de modo a que não se torne repetitivo ou com falhas. A museologia tem a obrigação de se relacionar com as coleções no sentido de ser responsável pelo património que é salvaguardado (Sola, 1984, p. 60). “It becomes more necessary with each passing day for museums to have very clear criteria for selection. To achieve this the first step is to define the institution's 'purposes and objectives' and carefully plan for its development, before, beginning to acquire indiscriminately.” (Venegas. 1984a, p. 70).

Segundo Susan Pearce (1994, p. 10) o valor cultural que é atribuído a um objeto confere ou não estatuto para este se tornar um objeto museológico, apesar da tecnologia com que foi construído para lhe dar forma e uso ser importante não é suficiente para lhe conferir esse estatuto. No fim, o valor cultural é crucial para o processo de seleção e é também um ato de seleção que torna um pedaço de natureza num objeto e depois num objeto musealizado.

Susan Pearce (1994, p. 125) afirma que para a maioria dos curadores as coleções são a parte central do museu, é a posse de um acervo por parte do museu que o distingue de outras instituições semelhantes – como centros de interpretação por exemplo -, as coleções acabam por ser a base para todo o tipo de atividades realizadas no museu. Os objetos incorporam informação única sobre a natureza do homem e da sociedade, é a tarefa dos trabalhadores do museu encontrar formas de decodificar significados e histórias através do estudo e da investigação dos objetos. Esta é uma contribuição única que só pode ser dada pelos museus e as suas coleções.

Podemos dizer que os instrumentos científicos de antropologia criminal que investiguei ao longo do meu estágio são a cultura material que resulta do contexto de desenvolvimento científico que vigorava naquela época. Hoje em dia conseguimos investigar o que representam em si mesmos e no contexto universitário em que surgem, em Coimbra, com o início da cadeira e do programa de ensino prático impulsionado por Bernardino Machado.

Há semelhança do que acontece no caso do Museu Universitário de Ghent, também na Universidade de Coimbra, a maioria dos instrumentos científicos presentes na coleção provêm dos laboratórios e eram utilizados no ensino. Devido ao uso intensivo, às mudanças naturais de objetos utilitários, há sempre sinais de deterioração, perda de peças ou perdas completas (Dorikens & Dorikens-Vanpraet, 2002, p. 153).

Musealizar estes instrumentos de antropometria parece-me extremamente adequado para o MCUC, um museu universitário que tem como missão “inspirar e motivar os cidadãos para a ciência através da investigação, produção, transmissão e difusão do conhecimento científico e da história da Universidade de Coimbra, a partir das suas coleções.” (plataforma online do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra)<sup>36</sup>.

## 5.2. Construção da ficha de inventário

O MCUC utiliza o programa In arte para a inventariação dos seus objetos museológicos, da empresa Sistemas do Futuro, que fez um manual especialmente para o Museu da Ciência da Universidade de Coimbra - Secção de Antropologia, Secção de Botânica, Física, Astronomia e

---

<sup>36</sup> Informação completa disponível em:

<http://www.museudaciencia.org/index.php?module=content&option=museum&action=museum>. [consultado pela última vez a 17/07/2019].

Química. No entanto esta plataforma vai deixar de existir, vai unir-se ao programa In natura, para dar origem a um programa único chamado de In património. Devido a esta mudança não é possível colocar novos inventários no sistema e, por isso, eu realizei o inventário - que corresponde na mesma a todos os parâmetros - numa folha de excel com todos os dados - assim pode mais tarde ser colocado no sistema.

A empresa *Sistemas do Futuro*, define o In arte como:

Destinado à gestão do património cultural móvel, o in arte foi o primeiro produto a ser desenvolvido pela *Sistemas do Futuro* e encontra-se em utilização por um vasto número de instituições (Museus, Fundações, Universidades, etc) com responsabilidades nesta área de salvaguarda do património.

Um dos imperativo para a *Sistemas do Futuro* no desenvolvimento dos produtos é o total respeito pelas normas internacionais de inventário, gestão e documentação de património, com especial atenção para as normas elaboradas pelo “The International Committee for Documentation of the International Council of Museums (ICOM-CIDOC)” (plataforma online da empresa *Sistemas do Futuro*)<sup>37</sup>.

Esta plataforma de gestão cultural segue mais especificamente, no caso concreto do MCUC, as normas internacionais do Spectrum: The UK Museum Documentation Standard (Museums Documentation Association), que pertence à Collections Trust<sup>38</sup>. O Spectrum<sup>39</sup> é uma plataforma que fornece padrões para gestão de coleções do Reino Unido, e é utilizado por todo o mundo, a versão mais recente é o Spectrum 5.0 – de 2017 – que está neste momento a ser adotada no museu. Esta é uma plataforma para instituições com acervos – sejam museus ou não - de qualquer dimensão e com coleções de qualquer tipo

O preenchimento dos dados segundo esta plataforma, que se aplicam a estes objetos museológicos, é o seguinte para a informação base: Número de inventário; Designação; Descrição;

---

<sup>37</sup> Informação completa disponível em <http://sistemasfuturo.pt/> [consultado pela última vez a 28/08/2019].

<sup>38</sup> Collections Trust é uma empresa que fornece padrões e aconselhamento a museus por todo o mundo para tornar as suas coleções mais acessíveis.

<sup>39</sup> Informação completa disponível em <https://collectionstrust.org.uk/spectrum/spectrum-5/> [consultado pela última vez a 28/08/2019].

Multimédia/Imagem. Para a informação específica já existem mais campos a preencher: Autoria; Componentes; Condições; Cronologia; Designação; Estado; Função; Incorporação; Inscrições; Inventariantes; Localização; Materiais; Medidas; Observações; País, Proprietário e, por fim, Proveniência.

De seguida passo a explicar de forma breve a que corresponde cada parâmetro que é utilizado na ficha de inventário.

Apesar de existirem critérios do ICOM<sup>40</sup> para a elaboração de números de inventário, estes objetos têm um número de inventário diferente. Objetos de antropologia que ainda não foram inventariados – como estes –, mas que pertencem há algum tempo ao museu tem um número de inventário que começa por “ANT” e seguido de um número – que começou com “00001”. No caso de serem dois objetos que pertencem a um conjunto o número de inventário passa a assumir uma forma ligeiramente diferente, por exemplo ANT.00192.1 e ANT.00192.2, acrescentamos no final do número de inventário “.1” para a parte maior ou mais geral do objeto e continuamos nesta sequência para as restantes partes do objeto. Esta foi uma medida tomada internamente para organização de objetos antigos de antropologia.

A designação corresponde ao termo generalista utilizado para identificar o tipo e objeto ou espécime, tendo como principal objetivo a sua identificação simples (Amaral, et al., 2008, p. 2).

O título é o único campo de preenchimento não obrigatório da informação base e corresponde ao nome comum atribuído pelo autor do objeto ou como este é conhecido ao longo dos tempos (Amaral, et al., 2008, p. 2).

A descrição deve ser feita a pensar nas pessoas externas que não conhecem o objeto, de modo textual e objetivo, sem abreviaturas, curta e específica, apenas com base no objeto e não no conhecimento que se tem. Deve ter-se em conta a sua forma e/ou estrutura, os materiais, técnica de fabrico, utilização etc., partindo sempre do geral para o particular (Amaral, et al., 2008, p. 4).

---

<sup>40</sup> Segundo o ICOM o número de inventário deve começar com a designação da instituição a que os objetos pertencem, ou seja, neste caso começaria por “MCUC”, de seguida deve ser colocado o ano de entrada do objeto na instituição. Em terceiro é colocado o número de incorporação do objeto na coleção, sendo que todos os anos estes números renovam. Por fim acaba com a colocação de número sequenciais atribuídos a cada objeto da coleção que está a ser incorporada. Por exemplo, um número de inventário poderia ser MCUC.2019.3.3.

O campo de multimédia/imagem serve para anexar uma ou mais fotografia que permitam identificar o objeto (Amaral, et al., 2008, p. 4).

Segundo o Manual de Procedimentos e Definições de Acessibilidade (2008, pp. 4 – 11):

- A autoria que corresponde a quem fabricou o objeto ou o autor que o desenvolveu.
- A categoria corresponde a grupos temáticos pelos quais se podem agrupar certos tipos de objetos. Ou seja, a categoria serve para dividir os diversos objetos do acervo em pequenos grupos.
- O campo dos componentes é utilizado para objetos compostos com partes fisicamente distintas, mas indispensáveis ao seu todo. Neste campo identificam-se todas as partes.
- A cronologia permite registar todos os acontecimentos que fazem parte do percurso do objeto.
- No campo do estado, deve ser avaliada a conservação do objeto segundo os seguintes parâmetros para danos<sup>41</sup>: Muito bom; Bom – com danos estruturais superficiais, danos biológicos superficiais, danos químicos superficiais -; Razoável - danos estruturais; danos biológicos; danos químicos -; Mau - danos estruturais graves; danos biológicos graves; danos químicos graves -; e Inaceitável.
- A função serve para descrever o contexto inicial em que o objeto era utilizado.
- O campo das incorporações serve para dizer o modo de entrada do objeto no acervo do museu, neste caso todos os objetos foram adquiridos pelo museu enquanto seção anexa e auxiliar às aulas, portanto o modo de entrada destas peças no museu foi por aquisição.
- As inscrições correspondem à “Informação inscrita, em relevo ou gravada directamente no objecto.”, já as marcas de fabricantes devem ser colocadas no campo Marcas.
- O campo dos inventariantes deve ser preenchido com o nome da/s pessoa/s responsáveis pela elaboração da ficha de inventário, seguido da data em que o inventário foi realizado.
- A localização corresponde à localização física do objeto, facilitando o acesso.
- Os materiais devem ser indicados “todos os tipos de materiais existentes nos objectos e seus componentes” com uma referência sucinta à cor do material.

---

<sup>41</sup> “- Danos estruturais - quando o espécime está quebrado, fraturado, partido, entre outros.

- Danos biológicos - quando o espécime está/esteve infestado por agentes biológicos resultando numa degradação visível.

- Danos químicos - quando tem depósito de sais, descoloração, quebrações.” (Manual de Procedimentos e Definições de Acessibilidades, 2008, p. 7).

- Para as medidas<sup>42</sup> devem sempre ser consideradas as dimensões máximas, sendo utilizado o cm como medida.
- Por fim, deve ser mencionada a origem do objeto, seja país ou local, o proprietário – neste caso o MCUC – e a proveniência – o antigo proprietário que era o Museu e Laboratório Antropológico.
- Nas observações deve ser colocado tudo sobre os objetos que não pertença aos campos abordados anteriormente, mas que seja pertinente referir.

Na descrição do conteúdo das fichas de inventário apresentadas no ponto seguinte – 5.2.1.- repito as mesmas funções em instrumentos diferentes, isto porque tenho de ter em conta a ficha de inventário de um instrumento pode ser lida de forma isolada. Então é importante que a informação, embora seja a mesma, esteja sempre presente em todas as fichas de inventário.

---

<sup>42</sup> Todas as medidas vão ser organizadas por altura x largura x profundidade.

### 5.2.1 Descrição do conteúdo das fichas de inventário



Figura 16 - Compasso grande de deslize. Fonte: Fotografia de autor, 2019.

#### Informação base

- **Nº de inventário:** ANT.00187
- **Designação:** Compasso grande de deslize
- **Descrição:** Instrumento antropométrico, em latão, com formato de “L” invertido. Apresenta uma haste principal paralelepípedica retangular graduada em milímetros, com dois elementos de auxílio à medição: na extremidade superior um fixo; e, deslizando paralelamente ao longo de toda a haste, um elemento móvel onde se destacam as iniciais “AB” gravadas em relevo.
- **Multimédia/imagem:** A imagem de multimédia colocada no sistema é sempre tirada por um profissional, no entanto estes objetos ainda não foram fotografados, portanto

apresento a imagem à esquerda.

#### Informação específica

- **Autoria:** Alphonse Bertillon
- **Categoria:** Instrumentos científicos – Antropometria
- **Componentes:** Não aplicável
- **Cronologia:**
  - Início do século XX – O instrumento foi comprado no início do século XX.
  - 1927 - Deixou de ter utilidade em 1927 quando se efetuaram os últimos serviços do Posto Antropométrico.
  - 1927 até ao presente – Ao longo dos anos todos os objetos utilizados para realizar os serviços do Posto Antropométrico foram recolhidos dos gabinetes e colocados nas reservas do MCUC.

- **Designação:** Bertillonage
- **Estado:** Muito Bom - 25/03/2019
- **Função:** Instrumento utilizado para efetuar quatro medições antropométricas diferentes, segundo o sistema de Bertillon: Compasso grande de deslize utilizado na medição do pé esquerdo descalço; medição do coudée esquerdo; medição do dedo médio esquerdo; medição do dedo anelar esquerdo.
  - Medição do pé esquerdo descalço: O operador, depois de posicionar o indivíduo, coloca o braço fixo do instrumento na parte detrás do calcanhar, assegurando que a haste graduada toca a face interna do calcanhar e a articulação do dedo do pé. Então ele desce o ramo móvel até ao contacto com o dedo grande do pé, assegurando que o braço móvel não tenha comprimido a ponta do dedo grande do pé. (Bertillon, 1893, pp. 31 - 33).
  - Medição do coudée esquerdo: 1º O operador coloca o braço do indivíduo de forma a que faça um ângulo agudo com o antebraço, paralelo à mesa e imóvel; 2º O operador move o compasso para a esquerda até o que braço fixo encoste no final do cotovelo e empurra o braço móvel do compasso contra os dedos do indivíduo; 3º O operador achata a parte detrás da mão do indivíduo, enquanto puxa a extremidade do compasso para manter a adesão do braço fixo contra o cotovelo. Por fim, ele lê a medida da marca da graduação (Bertillon, 1893, pp. 38 - 39).
  - Medição do dedo médio e do dedo anelar esquerdos: 1º O operador coloca o dedo a ser medido na parte detrás do compasso; 2º Realizando um quarto de volta sobre si mesmo, o indivíduo que está a medir levanta fortemente o seu cotovelo esquerdo. Ele traz o dedo para medir numa direção perpendicular às costas da mão. Estando a mão do indivíduo colocada segundo o regulamentado, o operador faz descer o cursor e lê a medida indicada (Bertillon, 1893, p. 35).
- **Incorporação:** Aquisição
- **Inventariantes:** Ana Rita Antunes sob orientação de Carla Coimbra Alves
- **Localização:** Colégio de São Bento, reserva 1º piso
- **Marcas:** Gravação “AB” no braço móvel<sup>43</sup>
- **Materiais:** Metal - latão
- **Medidas:** 71 cm x 15,5 cm x 3,5 cm
- **Observações:**

---

<sup>43</sup> Fotografia da gravação colocada no anexo V – fig. 44.

- **Origem:** Europa; França; Paris
- **Proprietário:** Museu da Ciência da Universidade de Coimbra
- **Proveniência:** Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra



Figura 17 - Compasso pequeno de deslize. Fonte: Fotografia de autor, 2019.

### Informação base

- **Nº de inventário:** ANT.00188
- **Designação:** Compasso pequeno de deslize
- **Descrição:** Instrumento antropométrico, em latão, com formato de “T”. Apresenta uma haste paralelepípedica retangular graduada em milímetros com dois elementos de auxílio à medição: na extremidade superior um fixo, e, deslizando paralelamente ao longo de toda a haste, um elemento móvel. Na extremidade inferior da haste, destacam-se as iniciais “AB” gravadas em relevo.
- **Multimédia/imagem:** A imagem de multimédia colocada no sistema é sempre tirada por um profissional, no entanto estes objetos ainda não foram fotografados, portanto apresento a imagem à esquerda.

### Informação específica

- **Autoria:** Alphonse Bertillon
  - **Categoria:** Instrumentos científicos – Antropometria
  - **Componentes:** Não aplicável
- **Cronologia:**
    - Início do século XX – O instrumento foi comprado no início do século XX.
    - 1927 - Deixou de ter utilidade em 1927 quando se efetuaram os últimos serviços do Posto Antropométrico.
    - 1927 até ao presente – Ao longo dos anos todos os objetos utilizados para realizar os serviços do Posto Antropométrico foram recolhidos dos gabinetes e colocados nas reservas do MCUC.
  - **Designação:** Bertillonage
  - **Estado:** Muito bom - 25/03/2019
  - **Função:** Instrumento utilizado para efetuar uma medição antropométrica, segundo o sistema de Bertillon: Compasso pequeno de deslize utilizado na medição da orelha direita.

- Medição do comprimento da orelha direita: O operador toca o braço fixo e plano do instrumento contra a borda superior da orelha e imobiliza-o. Numa posição paralela ao eixo da orelha, empurra o braço móvel para tocar com a extremidade inferior do lóbulo e seegura-se que o pavillon não é de modo algum comprimido. No fim, lê a medida indicada (Bertillon, 1893, pp. 24 - 27).

- Medição da largura da orelha direita: O operador segura a haste do instrumento e coloca-a horizontalmente a cerca de meio centímetro da borda superior da orelha, de modo a que o braço fixo na parte estreita fique virado para baixo, contra o tragus. Depois afasta a haste graduada do crânio até que o braço móvel possa ser nivelado com a borda posterior (Bertillon, 1893, pp. 28 - 30).

- **Incorporação:** Aquisição
- **Inventariantes:** Ana Rita Antunes sob orientação de Carla Coimbra Alves
- **Localização:** Colégio de São Bento, reserva 1º piso
- **Marcas:** Gravação “AB” na parte inferior da haste graduado<sup>44</sup>
- **Materiais:** Metal - latão
- **Medidas:** 23,5 cm x 10,3 cm x 2 cm
- **Observações:**
- **Origem:** Europa; França; Paris
- **Proprietário:** Museu da Ciência da Universidade de Coimbra
- **Proveniência:** Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra

---

<sup>44</sup> Fotografia da gravação colocada no anexo V – fig. 45.



Figura 18 - Mesa de apoio. Fonte: Fotografia de autor, 2019.

### Informação base

- **Nº de inventário:** ANT.00189
- **Designação:** Mesa de apoio
- **Descrição:** Mesa em madeira, com formato paralelepípedo, tampo liso de seção retangular, com quatro pernas quadrangulares afastando-se, muito ligeiramente, no sentido da base. Apresenta uma prateleira também de tampo liso de seção retangular, com uma pequena gaveta inserida por baixo. No alçado esquerdo destaca-se uma maçaneta de porcelana fixa à mesa através de uma estrutura metálica. À direita deste elemento existe uma chapa com

a seguinte gravação “IA 171”.

- **Multimédia/imagem:** A imagem de multimédia colocada no sistema é sempre tirada por um profissional, no entanto estes objetos ainda não foram fotografados, portanto apresento a imagem à esquerda.

### Informação específica

- **Autoria:** Desconhecida
- **Categoria:** Instrumentos científicos – Antropometria
- **Componentes:** Não aplicável
- **Cronologia:**
  - Início do século XX – O instrumento foi comprado no início do século XX.

- 1927 - Deixou de ter utilidade em 1927 quando se efetuaram os últimos serviços do Posto Antropométrico.

- 1927 até ao presente – Ao longo dos anos todos os objetos utilizados para realizar os serviços do Posto Antropométrico foram recolhidos dos gabinetes e colocados nas reservas do MCUC.

- **Designação:** Bertillonage
- **Estado:** Bom<sup>45</sup> - 25/03/2019
- **Função:** Instrumento utilizado para efetuar duas medições antropométricas diferentes, segundo o sistema de Bertillon: mesa de apoio utilizada para auxiliar na medição do coudée; na medição do pé esquerdo descalço.
  - Medição do pé esquerdo descalço: O operador, depois de posicionar o indivíduo, coloca o braço fixo do instrumento na parte detrás do calcanhar, assegurando que a haste graduada toca a face interna do calcanhar e a articulação do dedo do pé. Então ele desce o ramo móvel até ao contacto com o dedo grande do pé, assegurando que o braço móvel não tenha comprimido a ponta do dedo grande do pé. (Bertillon, 1893, pp. 31 - 33). A mesa é apenas utilizada como apoio, através da maçaneta, não se move.
  - Medição do coudée esquerdo: 1º O operador coloca o braço do indivíduo de forma a que faça um ângulo agudo com o antebraço, paralelo à mesa e imóvel; 2º O operador move o compasso para a esquerda até o que braço fixo encoste no final do cotovelo e empurra o braço móvel do compasso comprime os dedos do indivíduo; 3º O operador achata a parte detrás da mão do indivíduo, enquanto puxa a extremidade do compasso para manter a adesão do braço fixo contra o cotovelo. Por fim, ele lê a medida da marca da graduação (Bertillon, 1893, pp. 38 - 39). A mesa é apenas utilizada no tampo para apoiar o braço, não se move.
- **Incorporação:** Aquisição
- **Inventariantes:** Ana Rita Antunes sob orientação de Carla Coimbra Alves
- **Localização:** Colégio de São Bento, reserva 1º piso
- **Marcas:** Chapa com gravação “I A 171”<sup>46</sup> no cimo da parte lateral da perna anterior esquerda
- **Materiais:** Madeira castanha escura; Metal; Porcelana
- **Medidas:** 110 cm x 110 cm x 54,5 cm

<sup>45</sup> Apresenta alguns danos estruturais derivados do desgaste durante a sua utilização.

<sup>46</sup> Fotografia da gravação colocada no anexo V – fig. 46.

- **Observações:**
- **Origem:** Europa; possivelmente fabricado em Portugal
- **Proprietário:** Museu da Ciência da Universidade de Coimbra
- **Proveniência:** Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra



Figura 19 - Banco móvel. Fonte: Fotografia de autor, 2019.

## Informação base

- **Nº de inventário:** ANT.00190
- **Designação:** Banco móvel
- **Descrição:** Banco em madeira, com formato paralelepípedo, apresenta um assento liso de seção retangular. Todas as faces do banco são preenchidas com duas régua colocadas paralelamente, sendo que a inferior relewa um recorte semi-ovalado.
- **Multimédia/imagem:** A imagem de multimédia colocada no sistema é sempre tirada por um profissional, no entanto estes objetos ainda não foram fotografados, portanto apresento a imagem à

esquerda.

## Informação específica

- **Autoria:** Desconhecida
- **Categoria:** Instrumentos científicos – Antropometria
- **Componentes:** Não aplicável
- **Cronologia:**
  - Início do século XX – O instrumento foi comprado no início do século XX.
  - 1927 - Deixou de ter utilidade em 1927 quando se efetuaram os últimos serviços do Posto Antropométrico.

- 1927 até ao presente – Ao longo dos anos todos os objetos utilizados para realizar os serviços do Posto Antropométrico foram recolhidos dos gabinetes e colocados nas reservas do MCUC.

- **Designação:** Bertillonage
- **Estado:** Bom<sup>47</sup> – 25/03/2019
- **Função:** Instrumento utilizado para efetuar medição antropométrica, segundo o sistema de Bertillon: Banco móvel utilizado na medição do pé esquerdo descalço.
  - Medição do pé esquerdo descalço: O operador, depois de posicionar o indivíduo, coloca o braço fixo do instrumento na parte detrás do calcanhar, assegurando que a haste graduada toca a face interna do calcanhar e a articulação do dedo do pé. Então ele desce o ramo móvel até ao contacto com o dedo grande do pé, assegurando que o braço móvel não tenha comprimido a ponta do dedo grande do pé. (Bertillon, 1893, pp. 31 - 33). O banco móvel é apenas utilizado para o indivíduo colocar o pé, não se move.
- **Incorporação:** Aquisição
- **Inventariantes:** Ana Rita Antunes sob orientação de Carla Coimbra Alves
- **Localização:** Colégio de São Bento, reserva 1º piso
- **Marcas:** Não aplicável
- **Materiais:** Madeira escura
- **Medidas:** 40 cm x 64 cm x 44 cm
- **Observações:**
- **Origem:** Europa; possivelmente fabricado em Portugal
- **Proprietário:** Museu da Ciência da Universidade de Coimbra
- **Proveniência:** Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra

---

<sup>47</sup> Apresenta alguns danos estruturais derivados do desgaste durante a sua utilização.



Figura 20 - Banco auxiliar. Fonte: Fotografia de autor, 2019.

### Informação base

- **Nº de inventário:** ANT.00191
- **Designação:** Banco auxiliar
- **Descrição:** Banco em madeira, com formato paralelepípedo, apresenta um assento liso de seção retangular onde se destacam os encaixes das duas traves verticais, de seção retangular, que o sustentam. Estas traves encontram-se unidas através de uma travessa cilíndrica.
- **Multimédia/imagem:** A imagem de multimédia colocada no sistema é sempre tirada por um profissional, no entanto estes objetos ainda não foram fotografados, portanto apresento a imagem à esquerda.

### Informação específica

- **Autoria:** Desconhecida
- **Categoria:** Instrumentos científicos – Antropometria
- **Componentes:** Não aplicável
- **Cronologia:**
  - Início do século XX – O instrumento foi comprado no início do século XX.
  - 1927 - Deixou de ter utilidade em 1927 quando se efetuaram os últimos serviços do Posto Antropométrico
  - 1927 até ao presente – Ao longo dos anos todos os objetos utilizados para realizar os serviços do Posto Antropométrico foram recolhidos dos gabinetes e colocados nas reservas do MCUC.
- **Designação:** Bertillonage

- **Estado:** Bom<sup>48</sup> - 25/03/2019
- **Função:** Instrumento utilizado para efetuar medição antropométrica, segundo o sistema de Bertillon: Banco auxiliar utilizado na medição do busto.
  - **Medição do busto:** Para medir a altura do homem sentado, o individuo senta-se no banco, certifique-se de que está numa posição vertical e direita, coloque e posicione o suporte móvel com o lado recortado para baixo e lê-se a indicação na graduação (Bertillon, 1893, p. 20). O banco é apenas utilizado para o individuo se sentar, não se move.
- **Incorporação:** Aquisição
- **Inventariantes:** Ana Rita Antunes sob orientação de Carla Coimbra Alves
- **Localização:** Colégio de São Bento, reserva 1º piso
- **Marcas:** Não aplicável
- **Materiais:** Madeira escura
- **Medidas:** 40 cm x 30 cm x 19 cm
- **Observações:**
- **Origem:** Europa; possivelmente fabricado em Portugal
- **Proprietário:** Museu da Ciência da Universidade de Coimbra
- **Proveniência:** Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra

---

<sup>48</sup> Apresenta alguns danos estruturais derivados do desgaste durante a sua utilização.



### Informação base

- **Nº de inventário:** ANT.00192.1
- **Designação:** Cadeira de postura
- **Descrição:** Cadeira em madeira. Apresenta uma estrutura paralelepípedica quadrangular alta e fina metálica na face posterior da cadeira, fixada no assento e nas costas, prolongando-se acima das costas. Assento retangular, apresenta uma saliência que o divide na perpendicular, apresenta também saliências em todas as bordas. Espaldar ligeiramente curvado, aberto, apresenta duas travessas lisas que o atravessam na horizontal. Quatro pernas que apresentam uma estrutura de apoio de pés a toda a volta. Todas as pernas apresentam um recorte que as torna mais estreitas na parte inferior.
- **Multimédia/imagem:** A imagem de multimédia colocada no sistema é sempre tirada por um profissional, no entanto estes objetos ainda não foram fotografados, portanto apresento a imagem à esquerda.

Figura 21 - Cadeira de postura. Fonte: Fotografia de autor, 2019.

### Informação específica

- **Autoria:** Et's Lacour Berthiot Constructeurs Paris (?)
- **Categoria:** Instrumentos científicos - Fotografia
- **Componentes:** A Cadeira de Postura – ANT.00192.1 – funciona em conjunto com a Base – ANT.00192.2 -, onde se encaixa para funcionar corretamente.
- **Cronologia:**
  - Início do século XX – O instrumento foi comprado no início do século XX.

- 1927 - Deixou de ter utilidade em 1927 quando se efetuaram os últimos serviços do Posto Antropométrico.

- 1927 até ao presente – Ao longo dos anos todos os objetos utilizados para realizar os serviços do Posto Antropométrico foram recolhidos dos gabinetes e colocados nas reservas do MCUC.

- **Designação:** Bertillonage
- **Estado:** Razoável<sup>49</sup> - 25/03/2019
- **Função:** Instrumento utilizado para efetuar a fotografia métrica, segundo o sistema de Bertillon: Cadeira de postura utilizada na realização da fotografia de face completa e de perfil.
  - Fotografia de face completa e de perfil: Todos os operadores sabem como é difícil obter uma redução determinada, ao mesmo tempo com um foco perfeito. O uso da cadeira com costas móveis e rotação de 90° em torno de si mesma, permite essa focalização, mantendo a redução exata em relação ao ponto de foco. (Bertillon & Chervin, 1909, p. 77). Acrescentar ou retirar costas móveis permite um ajuste mais fácil da posição do indivíduo na foto de perfil.
- **Incorporação:** Aquisição
- **Inventariantes:** Ana Rita Antunes sob orientação de Carla Coimbra Alves
- **Localização:** Colégio de São Bento, reserva 1º piso
- **Marcas:** Não aplicável
- **Materiais:** Madeira escura e metal
- **Medidas:** 108 cm x 25 cm x 37,4 cm
- **Observações:** Está em falta o encosto metálico para a cabeça, que deveria estar colocado no tipo da estrutura metálica que se encontra fixada na parte posterior da cadeira de postura
- **Origem:** Europa; França (?)<sup>50</sup>
- **Proprietário:** Museu da Ciência da Universidade de Coimbra
- **Proveniência:** Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra

---

<sup>49</sup> Apresenta alguns danos estruturais derivados da utilização, e encontra-se em falta uma peça deste objeto.

<sup>50</sup> Apesar de não apresentar qualquer marca do construtor como os restantes elementos, podemos observar as claras semelhanças de materiais que a cadeira apresenta com a base, que funcionam sempre em conjunto como componentes. Para além disto conseguimos observar também as semelhanças com a cadeira representada na ilustração do livro do próprio Alphonse Bertillon (ver figura 15). No entanto, é colocado um ponto de interrogação porque esta informação necessita de ser completamente confirmada.



Figura 22 - Base. Fonte: Fotografia de autor, 2019.

### Informação base

- **Nº de inventário:** ANT.00192.2
- **Designação:** Base
- **Descrição:** Base de madeira com secção quadrangular, apresentando oito aberturas quadradas com molduras metálicas fixas através de 4 pregos/parafusos. Em cada um dos ângulos, destaca-se um elemento metálico para fixação da base ao chão. Gravado na madeira podemos ler a

seguinte inscrição “Et’s Lacour Berthiot Constructeurs Paris”. Duas chapas com gravação em relevo da letra “F” e da letra “P”.

- **Multimédia/imagem:** A imagem de multimédia colocada no sistema é sempre tirada por um profissional, no entanto estes objetos ainda não foram fotografados, portanto apresento a imagem à esquerda.

### Informação específica

- **Autoria:** Et’s Lacour Berthiot Constructeurs Paris
- **Categoria:** Instrumentos científicos - Fotografia
- **Componentes:** A Base – ANT.00192.2 – funciona em conjunto com a Cadeira de Postura – ANT.00192.1. Na Base serve para encaixar a cadeira para que funcione corretamente.
- **Cronologia:**
  - Início do século XX – O instrumento foi comprado no início do século XX.

- 1927 - Deixou de ter utilidade em 1927 quando se efetuaram os últimos serviços do Posto Antropométrico.

- 1927 até ao presente – Ao longo dos anos todos os objetos utilizados para realizar os serviços do Posto Antropométrico foram recolhidos dos gabinetes e colocados nas reservas do MCUC.

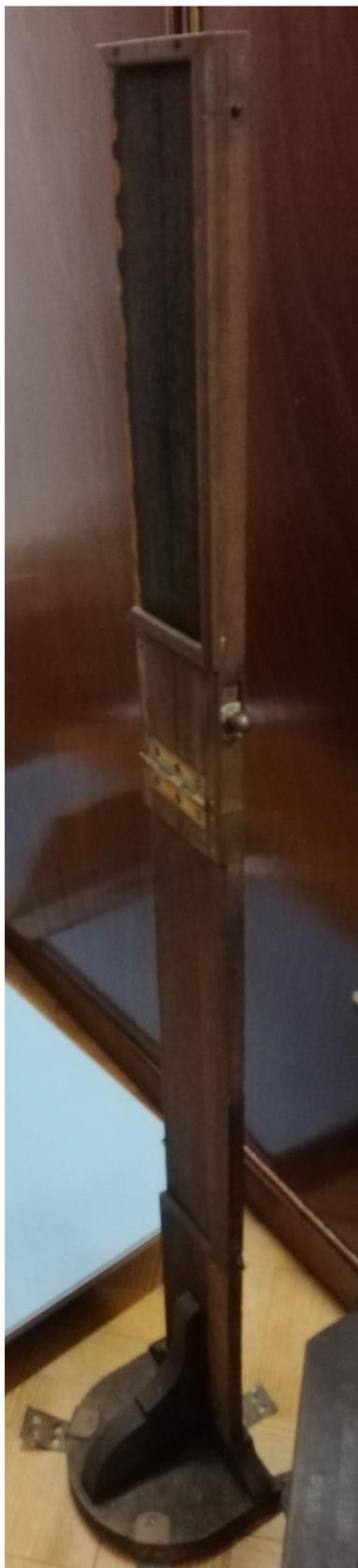
- **Designação:** Bertillonage
- **Estado:** Mau<sup>51</sup> - 25/03/2019
- **Função:** Instrumento utilizado para efetuar a fotografia métrica, segundo o sistema de Bertillon: Base utilizada para realizar a rotação da cadeira na realização da fotografia de face completa e de perfil. A base, tanto para a foto de face completa como para a foto de perfil é fixada no chão de modo a facilitar a rotação da cadeira.
- **Incorporação:** Aquisição
- **Inscrições:** Gravação em relevo da letra *P* e da letra *F*<sup>52</sup>
- **Inventariantes:** Ana Rita Antunes sob orientação de Carla Coimbra Alves
- **Localização:** Colégio de São Bento, reserva 1º piso
- **Marcas:** Gravação em relevo de “Et’s Lacour Berthiot Constructeurs Paris”<sup>53</sup> a meio da face superior da base
- **Materiais:** Madeira escura e metal
- **Medidas:** 4 cm x 59 cm x 53 cm
- **Observações:**
- **Origem:** Europa; França; Paris
- **Proprietário:** Museu da Ciência da Universidade de Coimbra
- **Proveniência:** Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra

---

<sup>51</sup> Apresenta danos biológicos e estruturais graves (Fig. 48 – ver anexo V).

<sup>52</sup> Fotografias das gravações colocadas no anexo V – fig. 49 e fig. 50.

<sup>53</sup> Fotografia da gravação colocada no anexo V – fig. 47.



### Informação base

- **Nº de inventário:** ANT.00193
- **Designação:** Porte-mire
- **Descrição:** Porte -mire em madeira, alto e estreito. Com uma base em formato de meia circunferência que apresenta quatro aplicações metálicas para a sua fixação ao chão. Estrutura de madeira para suporte fixada na base do porte-mire. Dobradiça metálica aplicada a meio da face frontal. Moldura em madeira na parte superior, no entanto apenas apresenta três faces da moldura, estando uma partida. Na parte posterior existe uma inscrição em relevo, onde se pode ler “Et’s Lacour Berthiot Constructeurs Paris”.
- **Multimédia/imagem:** A imagem de multimédia colocada no sistema é sempre tirada por um profissional, no entanto estes objetos ainda não foram fotografados, portanto apresento a imagem à esquerda.

### Informação específica

- **Autoria:** Et’s Lacour Berthiot Constructeurs Paris
- **Categoria:** Instrumentos científicos - Fotografia
- **Componentes:** Não aplicável
- **Cronologia:**
  - Início do século XX – O instrumento foi comprado no início do século XX.
  - 1927 - Deixou de ter utilidade em 1927 quando se efetuaram os últimos serviços do Posto Antropométrico.
  - 1927 até ao presente – Ao longo dos anos todos os objetos utilizados para realizar os serviços do Posto Antropométrico foram recolhidos dos gabinetes e colocados nas reservas do MCUC.
- **Designação:** Bertillonage

Figura 23 - Porte-mire. Fonte: Fotografia de autor, 2019.

- **Estado:** Mau <sup>54</sup> - 25/03/2019
- **Função:** Instrumento utilizado para efetuar a fotografia métrica, segundo o sistema de Bertillon: Porte-mire utilizado para auxiliar na realização da fotografia de perfil. Os indivíduos são convidados a olhar-se *olhos nos olhos*, ao olhar para o espelho colocado verticalmente no porte-mire e cujo plano é paralelo ao eixo ótico da câmara fotográfica. Nestas condições o individuo apresenta à objetiva o seu perfil absoluto (Bertillon & Chervin, 1909, pp. 70 - 71).
- **Incorporação:** Aquisição
- **Inventariantes:** Ana Rita Antunes sob orientação de Carla Coimbra Alves
- **Localização:** Colégio de São Bento, reserva 1º piso
- **Marcas:** Gravação em relevo de “Et’s Lacour Berthiot Constructeurs Paris”<sup>55</sup> a meio da face posterior do porte-mire
- **Materiais:** Madeira escura e metal
- **Medidas:** 145 cm x 25 cm x 19 cm
- **Observações:**
- **Origem:** Europa; França; Paris
- **Proprietário:** Museu da Ciência da Universidade de Coimbra
- **Proveniência:** Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra

---

<sup>54</sup> Apresenta danos estruturais graves (Fig. 51 – ver anexo V).

<sup>55</sup> Fotografia da gravação colocada no anexo V – Fig. 52.



Figura 24 - Câmara fotográfica. Fonte: Fotografia de autor, 2019.

### Informação base

- **Nº de inventário:** ANT.00194.1
- **Designação:** Câmara fotográfica
- **Descrição:** Câmara fotográfica com duas estruturas de madeira, apoiadas numa base também de madeira. Base com formato retangular em que se apoia na totalidade uma estrutura de madeira paralelepípedica quadrangular oca/aberta. A outra estrutura de madeira, é mais pequena com formato paralelepípedo quadrangular completamente fechado e contém um pequeno espelho redondo na face

superior.

- **Multimédia/imagem:** A imagem de multimédia colocada no sistema é sempre tirada por um profissional, no entanto estes objetos ainda não foram fotografados, portanto apresento a imagem à esquerda.

### Informação específica

- **Autoria:** *Etablissements Lacour Berthiot Paris*
- **Categoria:** Instrumentos científicos - Fotografia

- **Componentes:** A Câmara fotográfica – ANT.00194.1 – funciona em conjunto com o Tripé – ANT.00194.2. A Câmara Fotográfica é enroscada no tripé para ter esta ter estabilidade e a altura correta.
- **Cronologia:**
  - Início do século XX – O instrumento foi comprado no início do século XX.
  - 1927 - Deixou de ter utilidade em 1927 quando se efetuaram os últimos serviços do Posto Antropométrico.
  - 1927 até ao presente – Ao longo dos anos todos os objetos utilizados para realizar os serviços do Posto Antropométrico foram recolhidos dos gabinetes e colocados nas reservas do MCUC.
- **Designação:** Bertillonage
- **Estado:** Muito bom - 25/03/2019
- **Função:** Instrumento utilizado para efetuar a fotografia métrica, segundo o sistema de Bertillon: Câmara fotográfica utilizada para fotografar os indivíduos durante a realização da fotografia de face completa e de perfil.
- **Incorporação:** Aquisição
- **Inventariantes:** Ana Rita Antunes sob orientação de Carla Coimbra Alves
- **Localização:** Colégio de São Bento, reserva 1º piso
- **Marcas:** Chapa com gravação “Appareil Anthropometrique A. Bertillon Etablissements Lacour Berthiot Paris”<sup>56</sup> na lateral direita da câmara fotográfica
- **Materiais:** Madeira clara; Metal; Espelho
- **Medidas:** 42 cm x 35 cm x 36 cm
- **Observações:**
- **Origem:** Europa; França; Paris
- **Proprietário:** Museu da Ciência da Universidade de Coimbra
- **Proveniência:** Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra

---

<sup>56</sup> Fotografia da gravação colocada no anexo V – Fig. 53.



Figura 25 - Tripé da câmara fotográfica. Fonte: Fotografia de autor, 2019.

### Informação base

- **Nº de inventário:** ANT.00194.2
- **Designação:** Tripé da câmara fotográfica
- **Descrição:** Tripé em madeira com estrutura quadrada para apoio da câmara fotográfica. Três pernas paralelepípedicas retangulares, altas e estreitas que apresentam uma ligeira inclinação para fora, no sentido descendente. Uma perna central, paralelepípedica e ligeiramente mais volumosa. Uma prateleira apoiada em todas estas pernas em formato de triângulo com uma inscrição em relevo, onde se pode ler “Et’s Lacour Berthiot Constructeurs Paris”.

- **Multimédia/imagem:** A imagem de multimédia colocada no sistema é sempre tirada por um profissional, no entanto estes objetos ainda não foram fotografados, portanto apresento a imagem à esquerda.

### Informação específica

- **Autoria:** Et’s Lacour Berthiot Constructeurs Paris
- **Categoria:** Instrumentos científicos - Fotografia
- **Componentes:** O Tripé – ANT.00194.2 – funciona em conjunto com a máquina fotográfica – ANT.00194.1. Encaixa-se a Câmara fotográfica no tripé que este lhe dê a altura correta e estabilidade.
- **Cronologia:**
  - Início do século XX – O instrumento foi comprado no início do século XX.
  - 1927 - Deixou de ter utilidade em 1927 quando se efetuaram os últimos serviços do Posto Antropométrico.

- 1927 até ao presente – Ao longo dos anos todos os objetos utilizados para realizar os serviços do Posto Antropométrico foram recolhidos dos gabinetes e colocados nas reservas do MCUC.

- **Designação:** Bertillonage
- **Estado:** Razoável<sup>57</sup> - 25/03/2019
- **Função:** Instrumento utilizado para efetuar a fotografia métrica, segundo o sistema de Bertillon: Tripé utilizado para apoiar a câmara fotográfica durante a realização da fotografia de face completa e de perfil.
- **Incorporação:** Aquisição
- **Inventariantes:** Ana Rita Antunes sob orientação de Carla Coimbra Alves
- **Localização:** Colégio de São Bento, reserva 1º piso
- **Marcas:** Gravação em relevo de “Et’s Lacour Berthiot Constructeurs Paris”<sup>58</sup> na prateleira de apoio do tripé
- **Materiais:** Madeira escura
- **Medidas:** 95 cm x 60 cm x 60 cm
- **Observações:**
- **Origem:** Europa; França; Paris
- **Proprietário:** Museu da Ciência da Universidade de Coimbra
- **Proveniência:** Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra

---

<sup>57</sup> Apresenta alguns danos estruturais derivados da utilização.

<sup>58</sup> Fotografia da gravação colocada no anexo V – Fig. 54.

## 6. CAPÍTULO – INSTRUMENTOS DA BERTILLONAGE EM INSTITUIÇÕES MUSEOLÓGICAS

Para conseguir ter mais fontes de informação e para fazer uma avaliação mais fundamentada deste conjunto de objetos da coleção de Antropologia Física entrei em contacto com várias instituições museológicas europeias. Comecei por fazer um levantamento inicial de diversas instituições onde pudessem ser encontrados objetos similares, depois deste passo concluído fiz uma pesquisa nas suas bases de dados para efetuar um contacto mais informado e preciso. Deixo aqui uma listagem de algumas das instituições que contactei:

- Museu da Ciência de Londres

O Museu da Ciência de Londres foi o primeiro museu de que obtive resposta, que prontamente me enviou três imagens dos objetos do sistema antropométrico de Bertillon e as correspondentes fichas de inventário.



Na descrição de inventário pode ler-se:

Compasso Grande de deslize.

(Grand compass à glissière) para a medição do pé, dedo médio e dedo anelar, e do coudeé no sistema de identificação antropométrico criminal de Bertillon. Talvez o compasso do próprio Bertillon, do seu escritório na prefeitura da polícia de Paris.

Assunto: Medições - Antropometria

Materiais: Latão

Medidas: comprimento – 680; largura – 27 (régua) e 160 (grampos fixos); profundidade - 36<sup>59</sup>

(ficha de inventário nº A659239, tradução de autoria própria)

Figura 26 - Compasso grande de deslize pertencente ao acervo do Museu de Ciência de Londres. Fonte: sciencemuseumgroup.org.

<sup>59</sup> Apesar de não ter escala, podemos assumir pelos valores que as medidas foram recolhidas em mm.



Figura 27 - Compasso pequeno de deslize pertencente ao acervo do Museu de Ciência de Londres. Fonte: [sciencemuseumgroup.org](http://sciencemuseumgroup.org).

Na descrição de inventário pode ler-se:

Compasso Pequeno de deslize.

(Petit compas à glissière) para a medição do comprimento e largura da orelha no sistema de identificação antropométrico criminal de Bertillon. Talvez o compasso do próprio Bertillon, do seu escritório na prefeitura da polícia de Paris.

Assunto: Medições - Antropometria

Materiais: Latão

Medidas: comprimento – 248; largura – 105; profundidade – 19<sup>60</sup>

(ficha de inventário nº A683199, tradução de autoria própria)



Figura 28 - Compasso de espessura pertencente ao acervo do Museu de Ciência de Londres. Fonte: [sciencemuseumgroup.org](http://sciencemuseumgroup.org).

Na descrição de inventário pode ler-se:

Compasso de espessura.

(Compass d'épaisseur) para a medição da largura e comprimento da cabeça no sistema de identificação antropométrico criminal de Bertillon. Talvez o compasso do próprio Bertillon, do seu escritório na prefeitura da polícia de Paris.

Assunto: Medições - Antropometria

Materiais: Aço e latão

Medidas: comprimento – 316; largura – 210; profundidade – 24<sup>61</sup>

(ficha de inventário nº A615346, tradução de autoria própria)

<sup>60</sup> Apesar de não ter escala, podemos assumir pelos valores que as medidas foram recolhidas em mm.

<sup>61</sup> Apesar de não ter escala, podemos assumir pelos valores que as medidas foram recolhidas em mm.

- Museu da Câmara na Suíça



Figura 29 - Fotografia de Cadeira de Postura, utilizada no Instituto de Polícia Científica. Fonte: cameramuseum.ch.

Contactei este museu porque encontrei na sua plataforma online uma fotografia de uma cadeira de postura semelhante à utilizada no sistema de Bertillon, na legenda desta fotografia havia referência ao *Institut de police scientifique* – criado em 1909 por Rodolphe Archibald Reiss em Lausanne -, onde era utilizada. Enviei email para o Instituto da Polícia Científica, no entanto, sem sucesso.

- Museu de Antropologia Forense e Médica, Paleopatologia e Criminologia de Madrid

Apesar das várias tentativas de contacto, tanto para emails institucionais como para emails pessoais nunca recebi qualquer resposta. Também não há forma de fazer pesquisa online do acervo presente neste museu. Neste âmbito visitei também o Museu de Antropologia de Madrid que não tinha qualquer objeto desta temática no seu acervo.

- Museu de Lombroso

Ao primeiro contacto com o Museu de Lombroso obtive logo respostas, apesar de não terem objetos do sistema de antropometria criminal de Bertillon. No entanto, enviaram-me um artigo sobre instrumentos científicos de antropometria contemporâneos aos de Bertillon utilizados no Instituto de Medicina Legal de Turim, que poderiam ser também utilizados no seu sistema e algumas fotografias.

Nas salas do museu e nas instalações do Instituto de Medicina Legal, os instrumentos estão completos e conservados - o estado de conservação tem aparecido na maioria dos casos bastante precário, mas é uma situação muito comum que pode ser adequadamente abordada por restauro

apropriado -, e hoje em dia representa um testemunho significativo dos aspetos experimentais do trabalho realizado por Lombroso e seus alunos. No entanto, alguns instrumentos perderam a utilidade e foram rapidamente entregues ao museu, como os dispositivos de antropometria de Bertillon, que foram substituídos, na prática criminológica, pelas impressões digitais (Galloni, pp. 197 – 199). No artigo Marco Galloni aborda as várias categorias de instrumentos adquiridos pelo Instituto de Medicina Legal de Turim – instrumentos médico clínicos; instrumentos fisiológicos; instrumentos antropométricos; instrumentos óticos e fotográficos.

- Fundação da resistência em Paris

Apesar da Fundação da resistência em Paris não ter qualquer objeto do sistema de antropometria criminal de Bertillon forneceram-me alguns links<sup>62</sup> da sua plataforma online com informações e encaminharam-me para o Museu da Prefeitura da Polícia de Paris. Através dos links percebi que há, pelo menos, a cadeira de postura do sistema de Bertillon no Centro de Detenção de Eysses. Através do Ministério da Justiça tentei saber mais informações sobre esta cadeira em específico e sobre outras peças que pudessem existir em alguma repartição da justiça Francesa, mas não obtive qualquer resposta.

- Museu da Prefeitura da Polícia de Paris

Na plataforma online do Museu da Prefeitura da Polícia de Paris não é possível fazer pesquisa dos objetos que constitui o seu acervo, neste sentido mandei um email para obter a informação de que objetos existiam. Recebi muito rapidamente a resposta de que existiam vários objetos, livros e fotografias no acervo do museu, no entanto, quando pedi informações mais específicas de quais eram os objetos e as suas informações não obtive uma resposta esclarecedora.

- Museu da História da Justiça, Crime e Punição – Crimino Corpus - de Paris

Assim que enviei email para o Museu da história da justiça, crime e punição obtive resposta e apesar de não terem qualquer objeto deste sistema direcionaram-me para Pierre Piazza,

---

<sup>62</sup> Links fornecidos pela Fundação de resistência de Paris: <http://www.museedelaresistanceenligne.org/media1357-Chaise-anthropometrique>  
<http://www.museedelaresistanceenligne.org/media.php?media=1500>  
<http://www.museedelaresistanceenligne.org/media.php?media=5860>  
<http://www.museedelaresistanceenligne.org/media6335-Photographie-anthropometrique-de-Paul-Weil>.

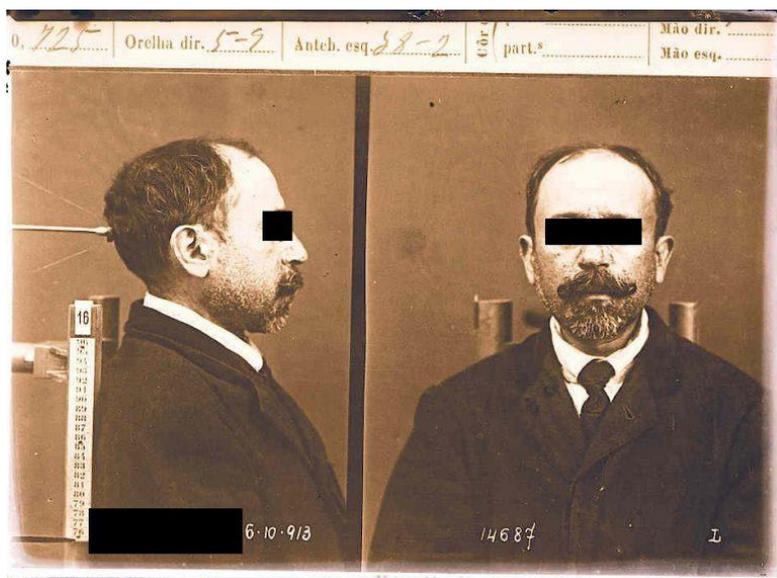
especialista no sistema de Bertillon, que me deu algumas informações sobre o tema – que acabei por utilizar ao longo do meu trabalho.

- Museu da Polícia Judiciária em Lisboa

O museu da Polícia judiciária foi muito rápido na sua resposta, disseram ter vários objetos museológicos do sistema de Bertillon e disponibilizou-se para mostrar os objetos nas suas instalações provisórias na Escola de Polícia Judiciária. No entanto dada a impossibilidade de me deslocar pedi permissão para aceder à informação sobre os objetos e saber quais se encontravam na sua coleção, no entanto essa informação não me foi fornecida e remeteram-me para a plataforma online do museu onde apenas se encontravam duas fotografias legendadas – pode ler-se na plataforma online do Museu da policia judiciária a seguinte legenda na imagem da esquerda “Máquina fotográfica e cadeira para fotografar presos, segundo o método de Alphonse Bertillon.” e “Retrato perfil/frente Homem, 1913.” na imagem da direita.



**Figura 30 – Fotografia da cadeira de postura e máquina fotográfica com tripé do sistema de Bertillon pertencentes ao Museu da Polícia Judiciária. Fonte: policiajudiciaria.pt.**



**Figura 31 - Fotografia de perfil e de face completa segundo o método do sistema de fotografia métrica de Bertillon. Fonte: policiajudiciaria.pt.**

## Conclusão

O museu resulta da longa evolução de interesses e exigências pessoais e/ou sociais relacionados com a utilização de objetos. Hoje em dia o museu deve ser uma instituição que presta serviços na comunidade e para a comunidade, pensando em todas as pessoas, mas sabendo que cada pessoa é individual. Esta evolução levou à necessidade de trabalhadores com especialização e formação devida, para assegurar que um serviço de qualidade – como a conservação, investigação, inventariação, transporte de objetos, gestão de coleções e planos culturais, curadoria, etc. - fosse prestado a todas as comunidades. O ICOM surge como entidade reguladora para estabelecer as linhas de orientação pelas quais qualquer museu se deve guiar para a realização de um bom trabalho, nomeadamente com o código de ética que define o modo como proceder em várias situações. A informação disponibilizada pelos museus sobre os seus objetos, e como esta deve ser tratada e partilhada, é sempre um dos pontos abordados pelo ICOM, quer seja no seu código de ética, no conselho de museologia ou em conferências. Pode ser dito o mesmo sobre o processo de inventariação, sendo que este nunca está desligado do processo de pesquisa de informação e divulgação. Estes passos devem anteceder em todas as circunstâncias qualquer operação do museu que envolva os objetos de algum modo, seja em empréstimos entre instituições, exposição ou divulgação em catálogos e revistas.

Já fui ao longo deste trabalho salientando a importância dos objetos para o museu e, em particular, a importância de ter informação fundamentada sobre os objetos para um melhor funcionamento do museu como um todo, isto porque os objetos que constituem o acervo e as temáticas das coleções acabam por ser – direta ou indiretamente – o centro das atividades que ocorrem no museu. Ou seja, dentro de qualquer museu devia sempre existir uma equipa permanente que efetuasse pesquisa e investigação, o MCUC não é exceção. Uma instituição com um acervo tão rico como o Museu da Ciência da Universidade de Coimbra devia ter mais funcionários – com a formação devida – a investigar em todas as áreas. Espero que trabalhos de funcionários e estagiários, como eu, demonstrem que é necessário um maior investimento na investigação e nos recursos humanos do MCUC, para que possamos ver este museu a progredir com toda a capacidade que tem. É por isso importante que o museu estabeleça internamente políticas e planos de investigação para que se possam considerar mudanças e estabelecer um melhor plano a longo prazo. Com isto posso dizer que o trabalho que realizei nesta parte da coleção

de Antropologia Física pode e deve ser continuado e aplicado aos restantes instrumentos científicos que se encontram nas reservas de antropologia.

A procura de informação pode ser definida como a redução do que é incerto, para um museu o que é incerto sobre o significado ou estatuto de um objeto na sua coleção faz com que a coleção em si perca valor. O museu precisa de estar certo e ter informação daquilo que coloca em exposição, publica ou o modo como informa o público sobre o significado de algo. Sendo que partilhar e disseminar informação publicamente sobre as suas coleções é um dos princípios essenciais do museu, a gestão dessa informação é de algum modo tão importante como a gestão do próprio museu e das coleções (Lord & Lord, 1997, p. 71).

Deparei-me com alguns obstáculos durante a realização do estágio e do relatório, entre eles é de salientar a bibliografia em língua estrangeira – mais concretamente francês e italiano – que não domino, a pesquisa no arquivo e a dificuldade em obter respostas de outras instituições. Durante a pesquisa no arquivo, que se realizou ao longo de algumas semanas em várias fases do desenvolvimento deste trabalho, sempre me foi dito que não existiam registos do Museu e Laboratório Antropológico anteriores a 1916. Procurei, portanto, em todos os anos seguintes, em todos os registos de compras ou gastos financeiros, entre obras e reparos, pagamentos de assinaturas de revistas e compras de folhas, compra de materiais para laboratórios e pagamento para transporte de objetos etnográficos vindos das colónias. No entanto não havia qualquer registo de nenhum destes instrumentos. Fui informada que existe a possibilidade destes arquivos ainda se encontrem encaixotados sem organização no sótão do Colégio de São Bento.

O processo de comunicação com outros museus ou instituições é muitas vezes burocrático, é necessário preencher formulários para posteriormente ser contactada e muitas vezes esse retorno não acontece. Ainda dentro do contacto com outras instituições, fui informada algumas vezes da existência de instrumentos científicos do sistema de Bertillon, mas quando solicitei mais informações sobre os objetos a resposta era, por norma, negativa. Está escrito no código de ética para museus do ICOM que os museus e os seus funcionários devem incentivar a pesquisa e devem ter tanta informação quanto possível pública, partilhando com os seus colegas dentro e fora do museu. Infelizmente foram vários os museus que, por razões que desconheço, não cumpriram com estas normas estabelecidas.

Esta coleção do MCUC não é única na Europa ou mesmo Portugal, como foi confirmado pela presença de objetos no Museu da Polícia Judiciária, no entanto, esta é uma coleção bastante

completa que apresenta quase todos os instrumentos<sup>63</sup> utilizados para a correta realização do sistema. A isto podemos somar o facto de, na sua maioria, os objetos serem originais e produzidos em França pelos fabricantes oficiais. Para além disto, é uma coleção que na sua generalidade se encontra em bom estado de conservação. Por tudo isto posso afirmar que esta é uma coleção importante para a comunidade de Coimbra, para a história da ciência – nomeadamente da Antropologia - e para o MCUC, sendo uma coleção que se encaixa perfeitamente na sua missão e nos seus princípios. É representativa da história da ciência na universidade de Coimbra e da ciência criminal, dos serviços que prestou à comunidade da cidade de Coimbra e do auxílio dado à polícia de Coimbra.

---

<sup>63</sup> Do mobiliário está em falta a Escala métrica de altura vertical, a Graduação em papel ou oleado, o Suporte móvel de projeção dupla e a Escala de meio metro, utilizados para a medição da altura, o busto e o comprimento dos braços em cruz.

Por fim, falta o compasso de espessura utilizado para medir o comprimento e largura da cabeça – este compasso era, provavelmente, substituído por algum semelhante pois existem na coleção alguns compassos de espessura com graduação milimétrica muito semelhantes, mas não originais de Bertillon.

## Bibliografia

Areia, M., Rocha, M., Miranda, M. (1991). O Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra. In Universidade(s): história, memória, perspectivas: actas do Congresso "História da Universidade". Lisboa: Diglivro.

Augusto, A. (1902). Postos Anthropometricos: (Breve explicação do systema de Mr. Alphonse Bertillon e a sua applicação pratica). Porto: Typographia Universal.

Bertillon, A. (1893). Instructions signalétiques: identification anthropométrique. Melun: Imprimerie Administrative.

Bertillon, A., Chervin, A. (1909). Anthropologie métrique: conseils pratiques aux missionnaires scientifiques...pièces anatomiques: Anthropométrie, photographie métrique, portrait descriptif, craniométrie. Paris: Imprimerie Nationale.

Choay, F. (2008). A Alegoria Do Património. Lisboa: Edições 70, LDA.

Coutinho, G. (1978). Museu e Laboratório Antropológico 1772-1978: exposição temporária. Coimbra: MLAUC.

Costa, P., Costa, M. (2010). Normas de inventário: Ciência e Técnica – normas gerais. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação.

Dorikens, M. (2002). Scientific instruments and museums: proceedings of the XXth International Congress of the History of Science (Liège, 20 – 26 July 1997). Turnhout, Belgium: Brepols.

Ennenbach, W. (1984). German Democratic Republic in Study series: Collecting today for tomorrow. Leiden: ICOM. Acedido a 15 de julho de 2019, em <http://network.icom.museum/icofom/publications/icofom-study-series/>.

Ferreira, M. (1991). O Museu de História Natural de Coimbra (Gabinete ou secção de mineralogia) Desde a Reforma Pombalina (1772) até à República (1910). In Universidade(s): história, memória, perspectivas: actas do Congresso "História da Universidade". Lisboa: Diglivro.

Fiolhais, C., Martins, D., Simões C. (2013). História da ciência da Universidade de Coimbra. Coimbra: Universidade de Coimbra.

ICOM (2002). ICOM code of ethics for museums.

ICOM (2017). ICOM code of ethics for museums. Acedido a 30 de junho de 2019, em <https://icom.museum/en/activities/standards-guidelines/code-of-ethics/>.

Knell, S. (Ed.). (1999). *Museums and the Future of Collecting*. Aldershot: Ashgate.

Lord, B.; Lord, G. (1997). *The Manual of Museum Management*. Londres: The Stationery Office.

Macdonald, S. (Ed.). (2006). *A companion to Museum Studies*. Reino Unido: Blackwell Publishing Ltd.

Maroevi'c, I. (2000). *Museology as a field of knowledge in Study series: Museology Bélgica: Groeninghe, Courtrai*.

MAUC (1985). *Cem Anos de Antropologia em Coimbra*. Coimbra: Museu Antropológico da Universidade de Coimbra.

MCUC. (2006). *Museu da ciência luz e matéria: Universidade de Coimbra*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

Mendes, J. (2013). *Estudos do Património: Museus e Educação*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

Mensch, P. V. A. (1984a). *The Netherlands in Study series: Collecting today for tomorrow*. Leiden: ICOM. Acedido a 15 de julho de 2019, em <http://network.icom.museum/icofofom/publications/icofofom-study-series/>.

Mensch, P. V. A. (1984b). *The Netherlands in Study series: Collecting today for tomorrow. Comments and views* Leiden: ICOM. Acedido a 15 de julho de 2019, em <http://network.icom.museum/icofofom/publications/icofofom-study-series/>.

Museu Zoológico. (2000). *Gabinete de história natural: revivências*. Coimbra: Museu Zoológico da Universidade de Coimbra.

Neves, J., Santos, J., Lima, M. (2013). *O panorama museológico em Portugal: os museus e a rede portuguesa de museus na primeira década do século XXI*. Lisboa: Direcção-Geral do Património Cultural.

Pearce, S. (1994). *Interpreting Objects and collections*. London: Routledge.

Ramos, P. O., et al. (1993). *Iniciação à museologia*. Lisboa: Universidade Aberta.

Santos, G. (2005). *A Escola de Antropologia de Coimbra, 1885-1950: o que significa seguir uma regra científica?*. Lisboa: ICS-Imprensa de Ciências Sociais.

Scheiner, T. (2000). *Les multiples facetes de L'ICOFOM in Study series: Museology* Bélgica: Groeninghe, Courtrai.

Soromenho, M., Cortesão, M. (Ed.) (2010). *100 Anos de Património: Memória e identidade. Portugal 1910 – 2010*. Lisboa: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico.

Spencer, F. (1997). *Anthropometry*. In *History of Physical Anthropology na Enciclopedia*. (Vol. 1, pp. 80-88). New York: Garland Publishing, INC.

Sola, T. (1984). *Yugoslavia in Study series: Collecting today for tomorrow*. Leiden: ICOM. Acedido a 15 de julho de 2019, em

<http://network.icom.museum/icofom/publications/icofom-study-series/> .

Venegas, H. P. (1984a). *Porto Rico – USA in Study series: Collecting today for tomorrow*. Leiden: ICOM. Acedido a 15 de julho de 2019, em

<http://network.icom.museum/icofom/publications/icofom-study-series/>.

Venegas, H. P. (1984b). *Porto Rico - USA Study series: Collecting today for tomorrow. Comments and views* Leiden: ICOM. Acedido a 15 de julho de 2019, em

<http://network.icom.museum/icofom/publications/icofom-study-series/>.

## **Fontes não publicadas**

Amaral, A. et al. (2008). *Manual de Procedimentos e Definições de Acessibilidades: Catalogação e informatização das colecções na base de dados In Arte Premium, relativas ao Museu da Ciência da Universidade de Coimbra*.

Ficha de inventário do Museu da Ciência de Londres com nº A659239.

Ficha de inventário do Museu da Ciência de Londres com nº A683199.

Ficha de inventário do Museu da Ciência de Londres com nº A615346.

Galloni, M. Gli strumenti scientifici.

## Webgrafia

<https://criminocorpus.org/en/library/page/79289/#page> [consultado pela última vez a 19/05/2019].

<https://criminocorpus.org/en/exhibitions/suspects-defendants-guilty/alphonse-bertillon-and-identification-persons-1880-1914/alphonse-bertillon-story-identifier/> [consultado pela última vez a 19/05/2019].

<http://www.museudaciencia.org/index.php?module=content&option=museum&action=museum> [consultado pela última vez a 22/04/2019].

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/intros/intro-rede-portuguesa-de-museus-home/> [consultado pela última vez a 12/06/2019].

<https://icom.museum/en/about-us/missions-and-objectives/> [consultado pela última vez a 12/06/2019].

<http://www.museudaciencia.org/index.php?module=content&option=museum&action=museum>. [consultado pela última vez a 17/07/2019].

<https://gallica.bnf.fr/services/engine/search/sru?operation=searchRetrieve&version=1.2&query=%28gallica%20all%20%22alphonse%20bertillon%22%29&lang=fr&suggest=0> [consultado pela última vez a 08/08/2019].

<https://www.policiajudiciaria.pt/museu-policia-judiciaria/> [consultado pela última vez a 12/08/2019].

<http://sistemasfuturo.pt/> [consultado pela última vez a 28/08/2019].

<https://collectionstrust.org.uk/spectrum/spectrum-5/> [consultado pela última vez a 28/08/2019].

## Anexos I



Figura 32 - Fotografia do laboratório químico, exposição de química. Fonte: museudaciencia.org.



Figura 33 - Fotografia da exposição da Luz e da Matéria. Fonte: museudaciencia.org.



Figura 34 - Fotografia da exposição de física do séc. XIX. Fonte: museudaciencia.org.



Figura 35 - Fotografia da recriação do Gabinete de Domenico Vandelli. Fonte: museudaciencia.org.

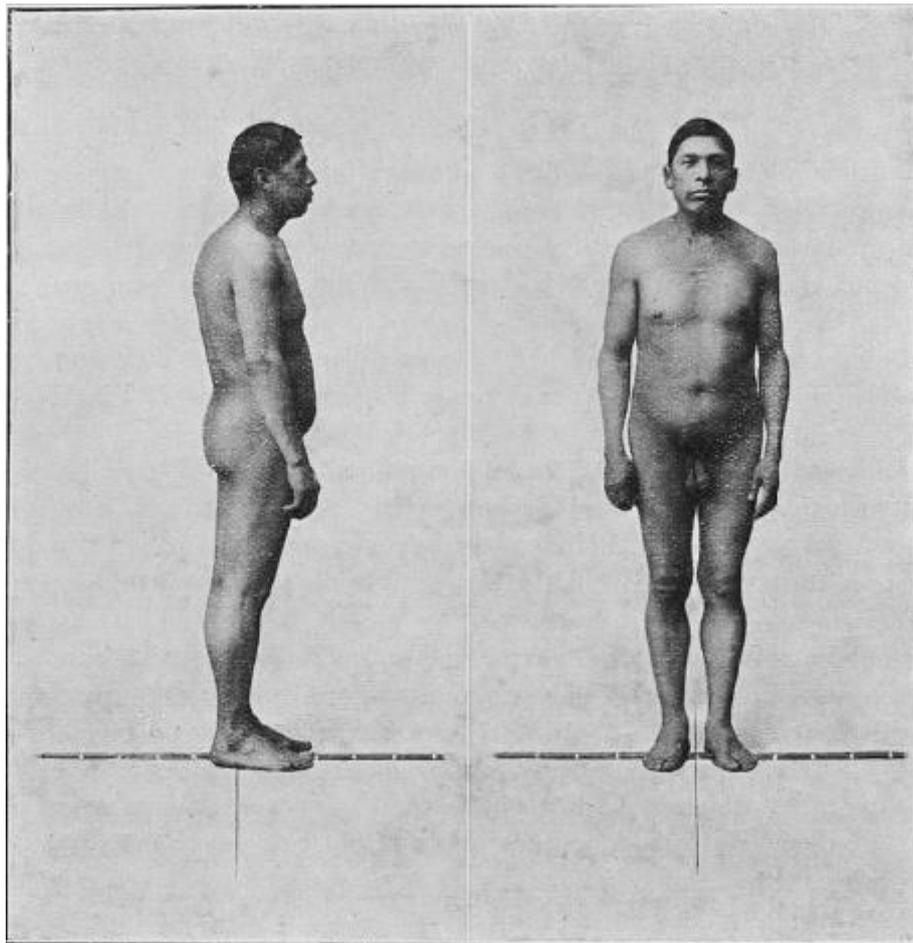


Figura 36 - Figura métrica do homem em pé. Fonte: Gallica.fr.

## Anexo II

**Realização mecânica** – Todos os operadores sabem como é difícil obter uma redução determinada, ao mesmo tempo que um foco perfeito. Além disso, o processo teria de ser repetido para todos os indivíduos (Bertillon, Chervin, 1909, p. 77)

**Pose de perfil** – Para ajustar o indivíduo e a focagem é necessário um movimento duplo, em altura e largura. O movimento em altura é dado pela cremalheira da câmara fotográfica, que permite elevar ou baixar sem alterar a sua direção. Quando ao movimento transversal é obtido ao jogar com as costas móveis da cadeira. Bastava, portanto, poder posicionar o ângulo de todos os sujeitos, mais gordos ou magros, direitos ou não, na direção do eixo ótico. Colocando um máximo de quatro costas móveis de dois centímetros de espessura. O visor que está colocado no topo da câmara fotográfica tem como função de indicar ao operador a correção exata, positiva ou negativa – colocar ou retirar costas móveis-, que deve ser feita à posição do sujeito sentado na cadeira, para trazer o ângulo externo do olho ao plano do eixo ótico. Para este propósito o espelho do visor possui uma linha mediana preta acompanhada por duas linhas vermelhas à sua esquerda e duas linhas verdes à direita – todas equidistantes e cujo espaçamento corresponde à espessura de umas costas (dois centímetros). A cor vermelha indica que é necessário retirar uma ou duas costas, a cor verde por sua vez indica a necessidade de acrescentar costas à cadeira (Bertillon, Chervin, 1909, p. 80).

Estes ajustes fazem com que não seja necessário mais nada quando se tira a foto de face, para além da rotação da cadeira.

### Instruções para a instalação do posto fixo

1º Base – Colocar temporariamente a base de madeira, tendo em conta que para a fotografia de perfil o sujeito sentado na cadeira colocará os pés ao lado da letra P, e que para a foto de face no lado da letra F, gravados respetivamente na base quadrada. Escolher a forma de colocar a base de maneira a que durante a pose de perfil o sujeito seja principalmente iluminado na face completa, e

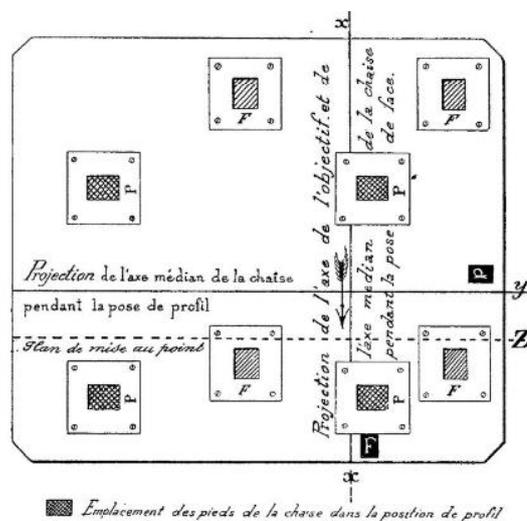


Figura 37 - Ilustração da base e das letras pelas quais se devem orientar na montagem do posto. Fonte: Gallica.fr.

durante a pose de face, tanto quanto possível, seja iluminado de ambos os lados (Bertillon, Chervin, 1909, p. 87).

A finalidade da primeira operação é de determinar a direção de duas linhas retas perpendiculares –  $xx$  e  $yy$  - entre si, que são desenhadas no chão e na interseção da qual a base é fixa, tomando cuidado para atingir exatamente nessas linhas os traços de cada lado (Bertillon, Chervin, 1909, p. 87).

2º Câmara fotográfica – Na linha  $xx$ , colocar a parte frontal, marcada com A. Além disso, fazer o meio da parte de trás da câmara coincidir com a mesma linha  $xx$ , com a ajuda de um fio de prumo (Bertillon, Chervin, 1909, p. 87).

3º Porte-mire – Na linha  $yy$ , a uma distância de aproximadamente um metro da borda da base – onde tem a letra P – fixar o porte-mire com o espelho voltado para a base (Bertillon, Chervin, 1909, p. 87).

Todas estas operações devem ser feitas num terreno perfeitamente horizontal.

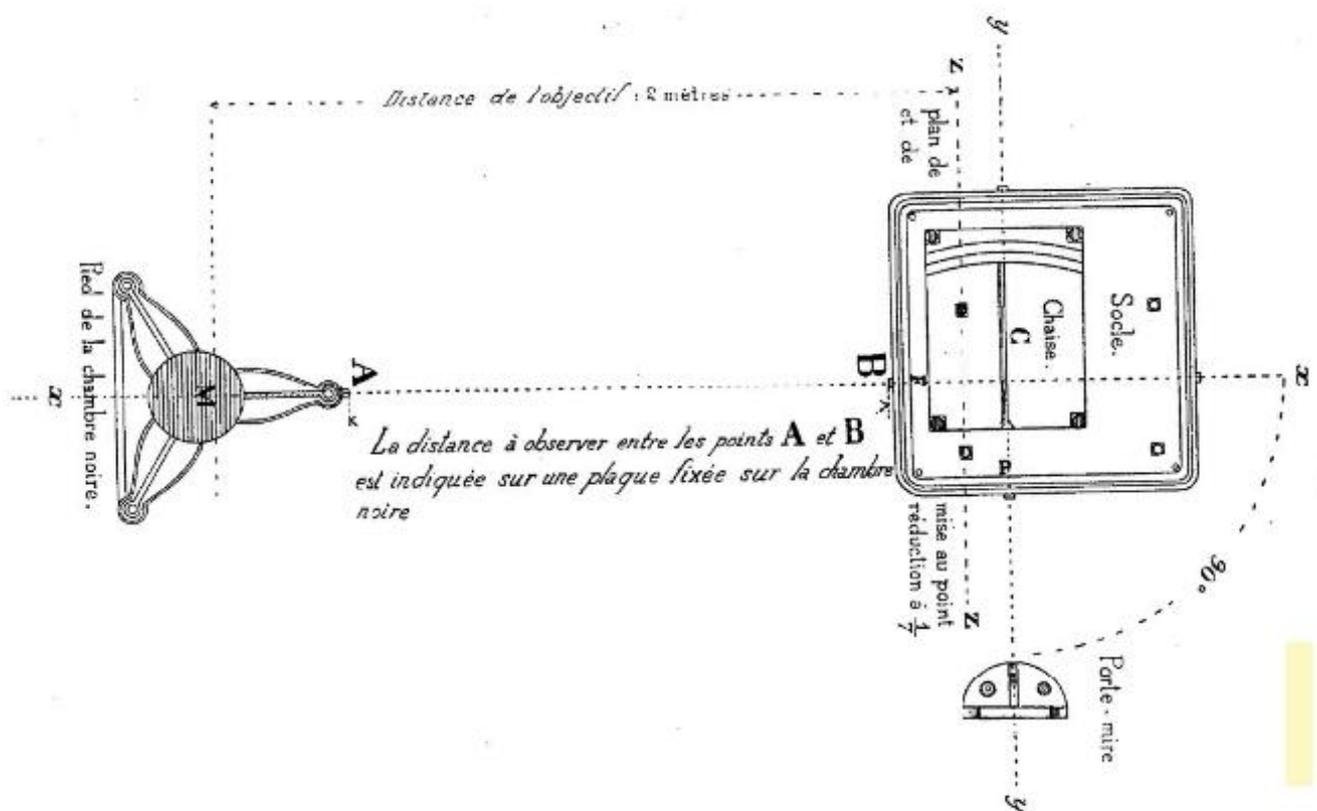


Figura 38 - Ilustração da colocação das diferentes peças no posto fixo. Fonte: Gallica.fr.

## Anexo III

### REGULAMENTO DO POSTO ANTROPOMÉTRICO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

#### ARTIGO 1.º

*Além do seu objectivo principal, que é o da aquisição de dados estatísticos sobre a antropologia criminal, o posto destina-se também:*

- a) A fornecer provas de identidade às pessoas quer as solicitarem.*
- b) A efectuar a identificação dos presos que lhe forem remetidos pelas autoridades competentes, e a de quaesquer outras pessoas, sempre que o Director não veja nisso inconveniente.*
- c) A organizar um arquivo criminal de sorte a poder habilitar a Polícia, o Ministério Público e Justiça em geral com todos os elementos de informação relativos aos delinquentes sujeitos a processo.*

93

Figura 39 - Regulamento do posto antropométrico da Universidade de Coimbra in cem anos de antropologia, p. 93.

d) *A auxiliar, no que lhe couber e quando lhe for solicitado, o serviço médico-legal na identificação de cadáveres desconhecidos, confrontação e exame de manchas e impressões latentes reveladas, fotografia dos locais de crimes, etc.*

e) *A divulgar o conhecimento dos processos de filiação morfológica, exame descritivo e dactiloscopia entre os agentes de segurança pública.*

f) *A trocar com os postos semelhantes dos pais, que o desejarem, as fixas individuais.*

#### ARTIGO 2.º

*A identificação constará do seguinte:*

a) *Filiação morfológica e exame descritivo, notas cromáticas, traços característicos e sinais particulares, cicatrizes, tatuagens, anomalias congénitas, acidentais ou adquiridas, etc.*

b) *Fotografia de frente e perfil, na escala conveniente.*

c) *Impressão digital.*

#### ARTIGO 3.º

*O documento a que se refere a alínea a) do art. 1.º consta duma carteira de identidade, que será de cor vermelha para os agentes de segurança, polícias civis e autoridades judiciais e administrativas; amarela para os outros funcionários públicos; verde para as demais pessoas.*

§ único. — *Para os funcionários públicos o preço da caderneta será o do custo; para os outros indivíduos custará 1\$000 reis.*

#### ARTIGO 4.º

*O serviço de identificação efectuar-se-ha, em todos os dias úteis, das 11 às 12 horas, sem prejuízo do ensino.*

6797 — Imp. da Univ. — 1912

Figura 40 - Regulamento do posto antropométrico da Universidade de Coimbra in cem anos de antropologia, p. 94.

As tabelas de dispersão, masculina (N = 278) e feminina (N = 166), relacionando a idade com o estado civil, a profissão, o grau de instrução e o motivo de identificação servir-nos-ão para uma sucinta análise das diferentes variáveis (17).

### 1) — *Grupo etário*

Apresentamos, apenas, os cinco grupos etários com maiores frequências:

<i>Sexo masculino</i>	<i>Sexo feminino</i>
16-20 anos (75)	21-25 anos (58)
21-25 anos (72)	16-20 anos (55)
26-30 anos (35)	26-30 anos (28)
31-35 anos (27)	31-35 anos (13)
10-15 anos (20)	36-40 anos ( 6)

As variáveis analisadas, de imediato, são consideradas independentemente da variável grupo etário.

### 2 — *Estado civil*

Constata-se para o sexo masculino um predomínio dos *solteiros* (220), seguido dos *casados* (51) e *viúvos* (7), enquanto que no sexo feminino são maioritárias as *casadas* (149), logo após as *solteiras* (11) e, por fim, as *viúvas* (6).

### 3 — *Profissão*

Do leque das vinte profissões consideradas para o sexo masculino, aparecem: *94 operários, 61 jornaleiros, 30 estudantes, 16 vendedores*

---

(17) Permitimo-nos não reproduzir os manuscritos das matrizes de dados de A. Themido, por acharmos descabido num artigo inserido no contexto do catálogo de uma exposição, apresentando, apenas, um mínimo das tabelas-resumos, que a partir delas fizemos.

### Anexo IV

**Registo geral n.º** \_\_\_\_\_

Nome \_\_\_\_\_ Residência \_\_\_\_\_  
 Estado \_\_\_\_\_ Naturalidade \_\_\_\_\_  
 Sexo \_\_\_\_\_ Mês \_\_\_\_\_  
 Profissão \_\_\_\_\_ Instrução \_\_\_\_\_ Estado civil \_\_\_\_\_  
 Observações \_\_\_\_\_

Coimbra \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 191 \_\_\_\_\_

O caracter, \_\_\_\_\_  
 Assinatura da pessoa aferida, \_\_\_\_\_

**POSTO ANTROPOMÉTRICO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA**

Sistema DAAE

Classificação: \_\_\_\_\_

SECÇÃO		SÉRIE	
Mão esquerda		Mão direita	
	POLICIAAR	QUADRADO	TRIANGULAR
	QUADRADO		
	ANGULAR		
	MISTO		

Figura 42 – Ilustração da ficha preenchida no Posto Antropométrico da Universidade de Coimbra. Fonte: cem anos de antropologia, p. 91.



Figura 43 - Ilustração da Carteira de Identidade que se poderia realizar no Posto Antropométrico de Coimbra. Fonte: Cem anos de antropologia, p. 92.

## Anexos V



Figura 44 - Fotografia onde se pode ver gravado “AB”, no compasso grande de deslize. Fonte: Fotografia de autor, 2019.



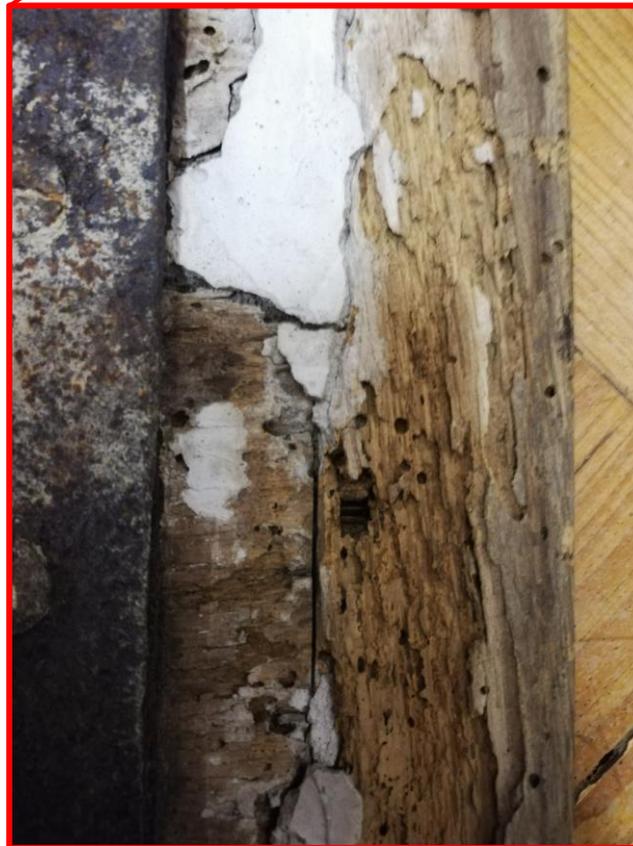
Figura 45 - Fotografia onde se pode ver gravado “AB”, no compasso pequeno de deslize. Fonte: Fotografia de autor, 2019.



Figura 46 - Fotografia onde se pode ver a chapa com a gravação “IA 171”, na mesa de apoio. Fonte: Fotografia de autor, 2019.



Figura 47 - Fotografia onde se pode ver a gravação em relevo do nome da construtora “Et’s Lacour Berthiot Constructeurs Paris”, na base. Fonte: Fotografia de autor, 2019.



**Figura 48 - Fotografia onde se pode ver de forma clara os danos biológicos e estruturais da base. Fonte: fotografia de autor, 2019.**

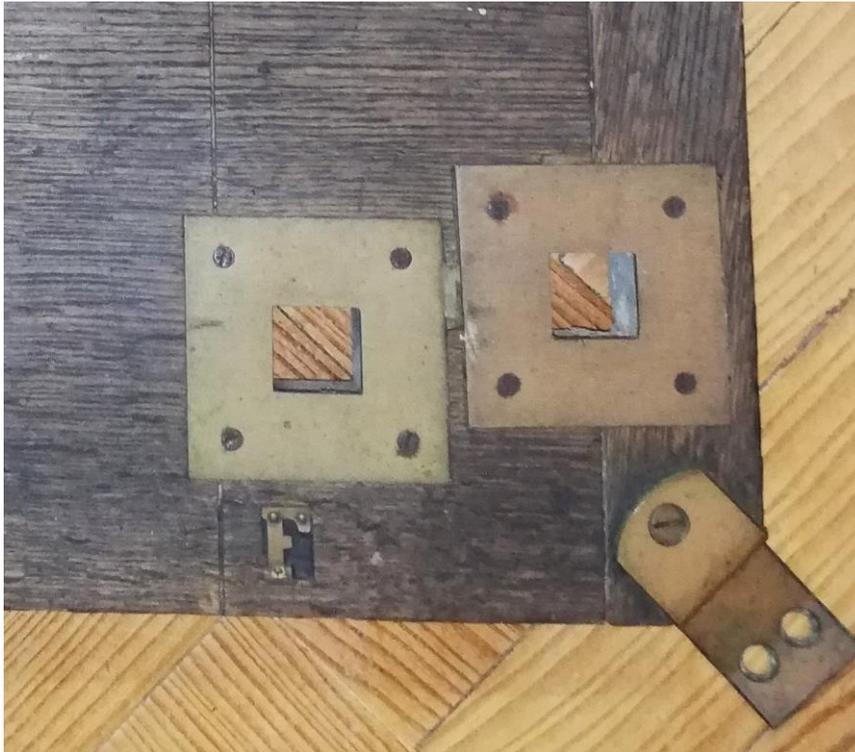


Figura 49 - Fotografia onde se pode ver a chapa com a gravação em relevo da letra "F". Fonte: Fotografia de autor, 2019.



Figura 50 - Fotografia onde se pode ver a chapa com a gravação da letra "P". Fonte: Fotografia de autor, 2019.



Figura 51 - Fotografia onde se pode ver os danos estruturais graves no Porte-mire. Fonte: Fotografia de autor, 2019.



Figura 52 - Fotografia onde se pode ver a gravação em relevo do nome da construtora “Et’s Lacour Berthiot Constructeurs Paris”, no porte-mire. Fonte: Fotografia de autor, 2019.



Figura 53 - Fotografia onde se pode ver a gravação em chapa do nome da construtora “Etablissements Lacour Berthiot Paris”, na câmara fotográfica. Fonte: Fotografia de autor, 2019.



Figura 54 - Fotografia onde se pode ver a gravação em relevo do nome da construtora “Et's Lacour Berthiot Constructeurs Paris”, no tripé. Fonte: Fotografia de autor, 2019.